



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

Havana Maria Ribeiro Alves

Questão Social no Brasil: contribuição para a compreensão de sua gênese

Florianópolis

2023

Havana Maria Ribeiro Alves

Questão Social no Brasil: contribuição para a compreensão de sua gênese

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Serviço Social.

Orientador: Prof. Ricardo Lara, Dr.

Florianópolis

2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Alves, Havana Maria Ribeiro
Questão Social no Brasil : contribuição para a
compreensão de sua gênese / Havana Maria Ribeiro Alves ;
orientador, Ricardo Lara, 2023.
177 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro Socioeconômico, Programa de Pós-Graduação em
Serviço Social, Florianópolis, 2023.

Inclui referências.

1. Serviço Social. 2. Questão Social. 3. Escravidismo
Colonial. 4. Formação social brasileira. 5. Capitalismo
Dependente. I. Lara, Ricardo. II. Universidade Federal de
Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social.
III. Título.

Havana Maria Ribeiro Alves

Questão Social no Brasil: contribuição para a compreensão de sua gênese

O presente trabalho em nível de Doutorado foi avaliado e aprovado, em 06 de dezembro de 2023, pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. Ricardo Lara, Dr.

Universidade Federal de Santa Catarina

Profa. Clarissa Tenório Maranhão, Dra.

Universidade Federal de Alagoas

Prof. Jonaz Gil Barcelos, Dr.

Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Jaime Hillesheim, Dr.

Universidade Federal de Santa Catarina

Profa. Beatriz Augusto de Paiva, Dra.

Universidade Federal de Santa Catarina

Certificamos que esta é a versão original e final do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de Doutora em Serviço Social.

Insira neste espaço a
assinatura digital

Coordenação do Programa de Pós-Graduação

Insira neste espaço a
assinatura digital

Prof. Ricardo Lara, Dr.
Orientador

Florianópolis, 2023.

Ao povo brasileiro que cotidianamente vivencia as manifestações da questão social neste país estruturalmente desigual.

AGRADECIMENTOS

Esta tese não é tão somente um esforço individual de pesquisa, é antes de tudo, o resultado de uma colaboração coletiva que me permitiu projetá-la, pesquisar, e neste momento divulgar seus resultados. Por isso, começo agradecendo ao Núcleo de Estudos e Pesquisa Trabalho, Questão Social e América Latina (NEPTQSAL), vinculado ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social (PPGSS) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Minha participação no Núcleo ao longo de todo o período de doutorado foi fundamental para o avanço nas pesquisas que envolvem a temática desta tese. Também agradeço a Capes, pelo apoio financeiro ofertado.

Ao corpo docente do PPGSS da UFSC, em especial aos professores que mais diretamente contribuíram com a minha formação: Ricardo Lara, Jaime Hillesheim, Beatriz Paiva, Ana Cartaxo, Tânia Regina, Helenara Silveira e Maria Del Carmo. Além dos docentes, agradeço aos discentes e servidores vinculados ao Programa. Guardo na lembrança, com imenso carinho, todas as trocas e vivências no decorrer dos quatro anos em que estive no Programa.

Ao Ricardo Lara, um imenso agradecimento, impossível de ser traduzido em palavras, pelo companheirismo ao longo desta caminhada. Agradeço pelos ensinamentos, confiança, cuidado e, sobretudo, pela horizontalidade como conduz os processos pedagógicos. Sua trajetória e compromisso com a classe trabalhadora deste país serão sempre uma referência para mim. Obrigada por ter apostado em mim.

Ao Jaime Hillesheim, grande referência na minha formação, agradeço as inestimáveis contribuições e densas reflexões em sala de aula. Destaco, como forma de agradecimento, o seu compromisso em compartilhar conhecimento, o que tanto contribui para o fortalecimento do nosso programa de pós-graduação.

À Clarissa Tenório, importante pesquisadora sobre a temática desta tese, agradeço pela prontidão em aceitar o convite para compor a banca examinadora, assim como pela leitura atenta do material de qualificação.

Ao Jonaz Gil, pelos excelentes diálogos e pela parceria construída no Programa, bem como pela gentileza com que compartilha o seu conhecimento e pela concordância em participar desta banca examinadora.

À Beatriz Paiva, pelo carinho com que me recebeu no Programa e pelos os diálogos e reflexões no decorrer das disciplinas.

Ao Francisco Teixeira, ao lado de quem, ainda na graduação, dei os primeiros passos na pesquisa como bolsista de iniciação científica do CNPq. Agradeço pelo muito que aprendi e pela amizade que ultrapassou a universidade e nos une até hoje.

Ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Alagoas, instituição a qual me tornei mestre. Agradeço aos docentes que marcaram minha formação profissional e demarcaram a pesquisadora que me tornei, alguns deles são: Sérgio Lessa, Ivo Tonet, Artur Bispo, Cristina Paniago, Norma Alcantara, Gilmaísa Costa, Reivan Marinho e, em especial, Edlene Pimentel, minha orientadora de mestrado com quem muito aprendi.

Não posso deixar de agradecer aos laços de amizade construídos ao longo dos quatro anos de inserção no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Destaco aqui alguns amigos: Jonaz, Aline Justino, Daniel (o palmeirense), Clara, Mamadu, Nalá, Selma, Maicon, Claudemir, Sabrina, Tereza, Ester, Priscila, Janaína, entre tantos outros(as), que mesmo não mencionados aqui, em algum momento desta caminhada me ofertaram sua amizade.

Agradeço, em especial, aos queridos amigos Leandro e Cláudio, que me receberam em Florianópolis com imenso carinho e me apresentaram parte considerável do que conheço desta cidade. De forma igualmente especial, agradeço a Késia e Analu, as quais, entre alguns outros, dividiram comigo a rica experiência de compor a representação discente do PPGSS entre 2019 e 2021.

À minha fortaleza e porto seguro em Florianópolis, Nadjanine e Bella.

À Nayara Santos, pela longa e gratificante amizade que me faz olhar para a vida com mais alegria.

Às queridas Gláucia e Suellen, pelas alegrias e angústias compartilhadas ao longo desta jornada acadêmica e pelo bem-querer sempre presente entre nós.

À minha mãe, Meire Ribeiro, por todo amor que me dedica – amor que só uma mãe consegue dedicar, e à memória daquele que, desde muito cedo, me instigou a não olhar o mundo com as lentes da conveniência: Mário Alves, meu pai, agradeço pela vida.

Ao José Ribeiro, meu tio, a quem certamente herdei a paixão por livros e dedico um amor de pai; e a Rosana Maria, tia e madrinha, sempre ao meu lado, apoiando e me incentivando em todos os momentos, sobretudo na minha ida a Florianópolis.

À minha querida avó Alzira, quem me apresentou o amor de vó, de quem tanto sinto saudade.

Ao meu querido irmão Alvinho, pelo eterno amor que nos une, e à minha querida cunhada Patrícia, pelo carinho e cumplicidade.

À Maria Valentina e Ana Luiza, minhas amadas sobrinhas, agradeço pelo olhar suave de criança, que me desperta um amor grandioso e a esperança de um país melhor.

À Emanuelle Moreira, que se revelou Manu, o meu grande amor. Agradeço pelo apoio em dias difíceis e pela felicidade compartilhada. Que o encanto desse amor seja crescente e que sigamos em par, em paz.

Aos que foram importantes nesta jornada e que não contemplei neste momento: gratidão!

*Seu dotô, só me parece
Que o sinhô não me conhece [...]
Se não sabe, escute agora,
Que eu vô contá minha história,
Tenha a bondade de ouvi:
Eu sou da crasse matuta,
Da crasse que não desfruta
Das riqueza do Brasil.*

*Sou aquele que conhece
As privação que padece
O mais pobre camponês;
Tenho passado na vida
De cinco mês em seguida
Sem comê carne uma vez.*

*Sou o que durante a semana,
Cumprindo a sina tirana,
Na grande labutação
Pra sustentá a famia
Só tem direito a dois dia
O resto é pra o patrão. [...]*

*Sou o sertanejo que cansa
De votá, com esperança
Do Brasil ficá mió;
Mas o Brasil continua
Na cantiga da perua
Que é: pió, pió, pió...*

*Sou o mendigo sem sossego
Que por não achá emprego
Se vê forçado a seguí
Sem direção e sem norte,
Envergonhado da sorte,
De porta em porta a pedí. [...]*

*Senhô dotô, não se enfade
Vá guardando essa verdade
Na memória, pode crê
Que sou aquele operário
Que ganha um nobre salário
Que não dá nem pra comê [...]*

*Sofrendo a mesma sentença
Tou quase perdendo a crença,
E pra ninguém se enganá
Vou deixá o meu nome aqui:
Eu sou fio do Brasil,
E o meu nome é Ceará.*

Patativa do Assaré

RESUMO

No presente estudo, de teor fundamentalmente teórico, objetiva-se analisar os fundamentos da questão social no Brasil a partir da investigação da formação sócio-histórica brasileira. Para tanto, num primeiro momento, apresentamos os fundamentos pelos quais a lei geral de acumulação capitalista figura como a “anatomia da questão social”. A seguir, relacionamos o processo de acumulação primitiva de capital com o escravismo e o colonialismo neste contexto. A partir deste prisma, investigamos os fundamentos do desenvolvimento do capitalismo no Brasil a partir da teoria marxista da dependência, apresentando a superexploração da força de trabalho como traço fundamental do capitalismo dependente, para, a partir desta movimentação teórica, apresentarmos os pressupostos sócio-históricos da formação da questão social no Brasil. De natureza qualitativa, esta pesquisa realizou-se mediante pesquisa bibliográfica e documental. A exposição das categorias de análise que subsidiam a apreensão do problema de pesquisa e direcionaram a resposta aos objetivos anunciados segmenta-se em três partes inter-relacionadas, expostas em forma de seções.

Palavras-chave: Questão Social, formação social brasileira, escravismo, colonialismo, capitalismo dependente.

ABSTRACT

In the present study, of fundamentally theoretical content, the aim is to analyze the foundations of the social issue in Brazil based on the investigation of socio-economic formation Brazilian history. To this end, firstly, we present the fundamentals by which the general law of capitalist accumulation appears as the "anatomy of the question Social". Next, we relate the process of primitive capital accumulation with the slavery and colonialism in this context. From this perspective, we investigated the foundations of the development of capitalism in Brazil based on Marxist theory of dependence, presenting the superexploitation of the workforce as a characteristic foundation of dependent capitalism, so that, based on this theoretical movement, present the socio-historical assumptions of the formation of the social question in Brazil. Qualitative in nature, this research was carried out through survey bibliographic and documentary. The presentation of the categories of analysis that support the understanding of the research problem and directed the response to the objectives advertised is segmented into three interrelated parts, exposed in the form of a sections.

Keywords: Social Question, Brazilian social formation, slavery, colonialism, dependent capitalism.

RESUMÉN

En el presente estudio, de contenido fundamentalmente teórico, el objetivo es analizar los fundamentos de la cuestión social en Brasil a partir de la investigación de la formación sociohistórica brasileña. Para ello, en primer lugar, presentamos los fundamentos sobre los cuales aparece la ley general de la acumulación capitalista como “anatomía de la cuestión social”. A continuación, relacionamos el proceso de acumulación primitiva de capital con la esclavitud y el colonialismo en este contexto. Desde esta perspectiva, investigamos los fundamentos del desarrollo del capitalismo en Brasil a partir de la teoría marxista de la dependencia, presentando la superexplotación de la fuerza laboral como un rasgo fundamental del capitalismo dependiente, para que, a partir de este movimiento teórico, presentemos la situación socio -supuestos históricos de la formación de la cuestión social en Brasil. De carácter cualitativo, esta investigación se realizó a través de una investigación bibliográfica y documental. La presentación de las categorías de análisis que apoyan la comprensión del problema de investigación y dirigen la respuesta a los objetivos anunciados se divide en tres partes interrelacionadas, presentadas en forma de secciones.

Mots Clés: Cuestión social, formación social brasileña, esclavitud, colonialismo, capitalismo dependiente.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Etapas do ciclo de reprodução do capital.....	54
Figura 2 – Vista do mercado de Valongo em 1920	102
Figura 3 – Mercado na Rua do Valongo	103
Figura 4 – Navio Negreiro	105

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Estratificação das relações escravistas no Brasil.....	95
Quadro 2 – Principais ciclos econômicos do Brasil	115
Quadro 3 – Principais legislações brasileiras entre 1830 e 1888.....	116

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Comércio transatlântico de escravizados: comparativo de escravizados desembarcados.....	107
Gráfico 2 – Preço médio do escravizado (1843-1887).....	108
Gráfico 3 – Comparativo entre o número de escravizados e o seu preço médio	109
Gráfico 4 – Regiões de desembarque dos escravizados no Brasil	113
Gráfico 5 - Taxa de desemprego entre brancos e negros (1992 – 2021).....	158
Gráfico 6 - Taxa de desemprego entre brancos e negros e homens e mulheres (1992 - 2021).....	160

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Quantitativo de escravizados desembarcados por região	99
Tabela 2 – Preço médio do escravizado (1843-1887).....	108
Tabela 3 – Quantitativo e destino de escravizados no Brasil	112
Tabela 4 – Relação entre cultivo de novas terras, produto líquido e renda da terra	125
Tabela 5 – Desemprego nos países do G7 – 1964/1973 e 1983/1992	153
Tabela 6 – Tendência à queda da taxa de lucro	155

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	18
1.1 Percurso Metodológico.....	24
1.1.1 Sobre a pesquisa e o método	24
1.1.2 Sobre os procedimentos metodológicos	30
2 DINÂMICA DE ACUMULAÇÃO CAPITALISTA E ACUMULAÇÃO PRIMITIVA DE CAPITAL.....	34
2.1 Dialética da mercadoria força de trabalho	38
2.2 Dinâmica da acumulação capitalista: a lei geral de acumulação capitalista.....	42
2.2.1 Acumulação de capital no capitalismo dependente	52
2.3 A Acumulação Primitiva de Capital	60
3 TERRA, TRABALHO E LUTAS DE CLASSES NO ESCRAVISMO COLONIAL..	67
3.1 O fundamento da formação social escravista: o modo de produção escravista colonial	70
3.2 O escravizado como mercadoria e como produtor de mercadorias	80
3.3 Da capitalização do escravizado à capitalização da terra	96
3.4 Luta de Classes no escravismo tardio e transição ao trabalho livre	131
4 PRESSUPOSTOS SÓCIO-HISTÓRICOS DA PARTICULARIDADE DA QUESTÃO SOCIAL NO BRASIL	148
4.1 O caráter dependente do capitalismo brasileiro: transferência de valor e superexploração da força de trabalho	149
4.2 Tendência à queda da taxa de lucro e Superpopulação relativa.....	152
5 CONCLUSÃO	162
REFERÊNCIAS.....	168

1 INTRODUÇÃO

O povo brasileiro tem direito à sua própria história.
Warren Dean

Historicamente, a classe dominante brasileira iniciou uma ofensiva ideológica destinada a “contar a história do Brasil” de acordo com os seus interesses. Essa disputa político-ideológica não é recente e é constitutiva de toda sociedade permeada por antagonismos irreconciliáveis de classes. A classe trabalhadora, ao passo que se situa no polo antagônico à perspectiva do capital, protagoniza o confronto à perspectiva político-ideológica desta classe.

Contudo, este processo registra algumas contradições. Assim, quando, por meio de estratégias ideológicas, a classe trabalhadora assimila uma leitura da formação social brasileira que nega a nossa particularidade e a concebe a partir de uma transferência mecânica do desenvolvimento socioeconômico europeu, está, em alguma instância e guardadas as devidas proporções, a validar a ofensiva ideológica da classe dominante.

É necessário, portanto, a pesquisa para ampliarmos a compreensão do trabalho e da questão social no marco da particularidade sócio-histórica brasileira.

À vista do exposto, o tema de pesquisa é a análise da questão social no Brasil a partir da compreensão da realidade brasileira, reivindicando como base da investigação as formas de trabalho e de acesso à terra.

A partir da perspectiva da *intenção de ruptura* (Netto, 2007) o Serviço Social “se insere com maior assiduidade no espaço acadêmico” e a “interlocução com profissionais de diversas áreas do saber (historiadores, filósofos, sociólogos) cria oportunidade para o desenvolvimento da pesquisa e da produção do conhecimento” (Lara, 2008, p. 34), dando início à interlocução da profissão com a obra de Marx.

A princípio, esta se deu de forma enviesada e com questionável rigor teórico, enriquecendo-se¹ nas décadas de 1980 e 1990. É nesse momento que a teoria social

¹ Esse enriquecimento se dá a partir do contato com “outros pensadores da tradição crítica como Antônio Gramsci, com as abordagens acerca do Estado, da sociedade civil, do mundo dos valores, da ideologia; com Georg Lukács, no resgate da *centralidade do trabalho* e dos enunciados ontológicos da obra de Marx; com Agnes Heller, na problematização sobre o cotidiano, os valores e a ética; com E. P. Thompson, na concepção acerca das “experiências humanas”; com Eric Hobsbawm, na contribuição sobre a interpretação marxista da história, além de outros importantes estudiosos críticos do *mundo dos homens*” (Lara, 2008, p. 34-35, grifo do autor).

de Marx começa a ser estudada com maior intensidade pelos assistentes sociais. O Serviço Social brasileiro, portanto, aproxima-se de “matrizes teóricas que colocam os movimentos sociais, as lutas de classes e a ‘questão social’ como categorias de análises essenciais para o entendimento da realidade social” (Lara, 2013, p. 216).

Cabe destacar que a influência do pensamento marxiano no campo do Serviço Social brasileiro alterou intensamente a relação entre a profissão e a “questão social”. Na década de 1980, com a contribuição pioneira de Iamamoto e Carvalho em “Relações Sociais e Serviço Social no Brasil”, o Serviço Social toma a “questão social” como “objeto do seu fazer profissional”, “matéria-prima da sua ação profissional” (Iamamoto, Carvalho; 2009).

No decorrer da década de 1990, a área passa a compreender a questão social como elemento constitutivo da relação entre o Serviço Social e a realidade, bem como “a matéria-prima do trabalho do(a) assistente social”, que dá significado social à profissão. Essa concepção, no âmbito da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), passa a orientar a elaboração das Diretrizes Curriculares que, após um amplo processo de discussões envolvendo o conjunto da categoria profissional, sobretudo docentes e estudantes de Serviço Social, são publicadas em 1996².

A discussão sobre “questão social” no âmbito do Serviço Social, nesse contexto, tem explicitamente em sua produção teórica uma grande quantidade de materiais publicados, fruto de produções de pesquisa (monografias, dissertações, teses), eventos científicos (fóruns, oficinas, seminários, encontros, congressos) e publicações bibliográficas (livros, revistas/periódicos)³. Sobreleva-se a discussão dessa temática no âmbito da pós-graduação como um assunto cada vez mais presente e consolidado, ainda que longe de figurar como uma discussão esgotada.

É importante destacar que, apesar dos avanços na produção teórica do Serviço Social, alguns estudos não estabelecem vínculo orgânico entre questão social

² O histórico da instituição demarca que em 1946 foi criada “a ABESS [...] então denominada Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social, uma década após a instalação do primeiro curso de Serviço Social no Brasil. [...] Um marco em sua história foi a Convenção de 1979, após o Congresso da Virada, quando assume a tarefa de coordenar e articular o projeto de formação profissional, transformando-se em Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social” (ABEPSS, 2023).

³ Sabendo dessa ampla e complexa produção, constata-se que pelo menos cinco diferentes aspectos e concepções permeiam esse debate na literatura da área. São eles: os fundamentos sócio-históricos da “questão social”, a discussão conceitual da “questão social”, a “nova questão social”, particularidades da “questão social” no Brasil e os desafios profissionais e de produção do conhecimento no enfrentamento da “questão social”.

e acumulação capitalista, ocultando, desse modo, as determinações sócio-históricas desse processo. Levando isso em conta, aqui, pretendeu-se problematizar as particularidades da questão social no Brasil a partir da sua formação sócio-histórica.

O tema de pesquisa pode ser assim delimitado: os pressupostos teóricos que sinalizam a concepção da gênese da questão social na particularidade brasileira. Com esse respaldo analítico, buscam-se elementos que permitam reiterar ou refutar os elementos teóricos em que se ancora o estudo da gênese da questão social na particularidade brasileira. Deste modo, nosso problema de pesquisa parte da seguinte indagação: quais as determinações socio-históricas que explicam as particularidades da questão social no Brasil?

Partindo do pressuposto de que a questão social se vincula à relação capital *versus* trabalho na dinâmica capitalista, a compreensão da gênese da questão social no Brasil requer uma ampla análise do contexto de transição do trabalho escravo⁴ para o trabalho livre, uma vez que o capitalismo brasileiro, de caráter dependente, não pode ser compreendido apartado da significação do extenso período do escravismo neste território.

Na sequência dessa indicação, acredita-se que transposições mecânicas da lógica de acumulação e desenvolvimento capitalista dos países centrais para a análise do caso brasileiro reverberam numa frágil compreensão da nossa particularidade sócio-histórica, acarretando uma demarcação incompleta acerca da gênese e da manifestação da questão social no Brasil.

A despeito dos avanços em torno do debate sobre a questão social na dinâmica do antagonismo entre capital e trabalho, constata-se que esta categoria não tem sido suficientemente problematizada, dada a particularidade brasileira.

Nesse sentido, para compreender esta particularidade entende-se ser imprescindível trazer à reflexão do nosso objeto uma questão mais específica que se soma à apresentada em linhas anteriores e que configura nossa indagação inicial de pesquisa: quais as determinações mais essenciais para a compreensão da gênese da questão social no Brasil?

⁴ Partimos da concepção que nenhum ser humano é escravo, podendo ser *escravizado* em determinadas condições históricas. Os africanos que desembarcaram no Brasil foram humanos escravizados contra a sua vontade. A condição de escravizado é, portanto, além de extremamente cruel, histórica. Como perspectiva teórica e posição política na luta antirracista, nesta tese adotamos o termo *escravizado*. No que se concerne ao trabalho, optamos pelo uso do termo *trabalho escravo*, pois acreditamos que o *sujeito do trabalho* e não o *trabalho em si*, é escravizado.

Outras questões-chave da pesquisa, que servem de fio condutor às tematizações contidas no arcabouço teórico-conceitual deste estudo, são: qual a relação entre a distribuição da terra e a questão social na formação sócio-histórica brasileira? Qual a relação entre a questão racial e a questão social na formação social brasileira? De que forma a herança escravista se articula com o desenvolvimento do capitalismo no Brasil?

O fio condutor de resposta aos questionamentos anteriormente apresentados se dá a partir do seguinte objetivo: analisar a gênese da questão social no Brasil a partir da investigação da formação sócio-histórica brasileira, considerando suas determinações mais essenciais – formas de trabalho e de acesso à terra. Deste objetivo, desdobram-se, especificamente, outros quatro: a) apresentar os fundamentos pelos quais a lei geral de acumulação capitalista figura como a “anatomia da questão social”; b) compreender o processo de acumulação primitiva de capital articulado ao escravismo e ao colonialismo; c) analisar os pressupostos sócio-históricos da formação da questão social no Brasil; d) compreender os fundamentos do desenvolvimento capitalista no Brasil a partir da teoria marxista da dependência, apresentando a superexploração da força de trabalho como um elemento intrínseco ao capitalismo dependente.

Até este momento da introdução apresentamos a contextualização e a delimitação do problema de pesquisa, bem como os seus objetivos. Desse modo, foram respondidas duas perguntas elementares acerca da pesquisa: “o que pesquisar?” e “para que pesquisar?”. Conectam-se a essas questões duas outras indagações indispensáveis à introdução da pesquisa: “por que pesquisar?” e “como pesquisar?”. A resposta aos dois últimos questionamentos impõe a exposição da justificativa da pesquisa e dos seus aspectos metodológicos.

No que concerne à justificativa, convém mencionar que a razão da pesquisa perpassa pelo destaque da relevância social e acadêmica do tema de pesquisa. Ainda que indispensáveis, tais aspectos não esgotam a justificativa, haja vista que a pesquisa parte de uma inquietação pessoal que se apresenta relevante acadêmica e socialmente.

A tese com que o leitor entra em contato neste momento, ao passo que responde a uma problemática de suma relevância para a pesquisa no âmbito da produção de conhecimento em Serviço de Serviço Social, dialoga e direciona-se pela

trajetória acadêmica da autora. À luz deste prima, a justificativa da pesquisa é apresentada ao leitor.

Considerando, como já exposto, que a pesquisa decorre de uma inquietação pessoal, uma questão se coloca como central: de onde parte a inquietação para compreender a questão social no Brasil?

A resposta a esta questão perpassa pela trajetória acadêmica da autora desta tese. Para apresenta-la resumidamente, peço licença ao leitor para escrever em primeira pessoa: instiga-me, desde a graduação, a compreensão da questão social à luz das categorias da crítica da Economia Política. Esta inquietação motivou a escolha do objeto de estudo do meu Trabalho de Conclusão de Curso⁵, bem como direcionou o meu ingresso no Mestrado⁶ e Doutorado em Serviço Social, na Universidade Federal de Alagoas e Universidade Federal de Santa Catarina, respectivamente. A tese que neste momento apresento ao leitor é fruto de um movimento de pesquisa que não começa e nem termina aqui. Pesquisa é movimento, por isso as reflexões desenvolvidas nesta tese serão aprofundadas, lapidadas e amplificadas ao longo dos próximos anos de vida acadêmica. A expectativa do ingresso na universidade pública como docente efetiva imprimiu a necessidade objetiva da célere conclusão desta tese, consequentemente isto firma algumas limitações analíticas.

Nessa trajetória acadêmica surgem, paulatinamente, alguns questionamentos: por que analisar a história do outro lado do oceano e não investigar a nossa? Seria possível compreender a nossa história e a nossa questão social centralizando a Europa? Essas interrogações direcionaram a delimitação do objeto de estudo desta tese, a partir da compreensão de que a particularidade da questão social em nosso país não se desvela pela análise abstrata das categorias marxianas, mas sim pela análise das categorias marxianas interpretadas à luz da realidade sócio-histórica brasileira.

Uma vez que o projeto de formação profissional está ancorado na intervenção sobre a “questão social”⁷, é fundamental o desenvolvimento de pesquisas que

⁵ Trabalho de Conclusão de Curso defendido no ano de 2012 e intitulado: *Um estudo sócio-histórico da "questão social": da lei geral de acumulação capitalista à política da assistência social na contemporaneidade*.

⁶ ALVES, H. M. R. *A social-democracia alemã e o reformismo: um estudo a partir da passagem da centralidade do trabalho para a centralidade da política*. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Programa de pós-graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2015.

⁷ “O Serviço Social se particulariza nas relações sociais de produção e reprodução da vida social como uma profissão interventiva no âmbito da questão social, expressa pelas contradições do desenvolvimento do capitalismo monopolista” (ABEPSS, 1996, p. 5).

reivindiquem a formação sócio-histórica brasileira como base de investigação da questão social no Brasil, uma vez que o relatório da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), elaborado pelo GTP “Trabalho, Questão Social e Serviço Social”, identificou, no triênio 2012-2014, “insuficientes mediações sobre trabalho e questão social no marco da particularidade sócio-histórica brasileira” (Amaral *et al.*, 2015, p. 526).

Ressalta-se, portanto, a importância de pesquisas acerca dessa temática no âmbito da pós-graduação, como uma temática cada vez mais presente. Busca-se contribuir no constante aprimoramento da produção de conhecimento da área, bem como na sua necessária sistematização.

A presente tese possui significativa relevância para o aprofundamento das Diretrizes Curriculares do Serviço Social brasileiro e para o fortalecimento do projeto ético-político hegemônico na profissão, haja vista que a orientação que direciona nossa atuação na busca da construção de um novo projeto de sociedade aparece com clareza no atual Código de Ética dos Assistentes Sociais. Neste se propõe uma ação político-profissional que vincule a luta por um projeto societário “[...] sem exploração/dominação de classe, etnia e gênero” (CFESS, 2011, p. 24). Evidencia-se, dessa forma, o propósito que deve permear todas as dimensões de nossa atuação acadêmica, política e profissional.

Há que se enfatizar os princípios que fundamentam nossa formação profissional, que apontam para a necessidade do rigor no “trato teórico, histórico e metodológico da realidade social”, em busca de compreender os problemas e desafios enfrentados pela profissão “no universo da produção e reprodução da vida social” (ABEPSS, 1996, p. 6), a partir da adoção de “uma teoria social crítica que possibilite a apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade” (ABEPSS, 1996, p. 6).

A produção do conhecimento através da pesquisa é fundamental para o assistente social, porque através

da investigação científica que, na verdade, é a sistematização de uma determinada realidade social, o profissional consegue apreender as intrincadas conexões do real e, assim, pode construir um caminho mais seguro para aproximar-se de respostas concretas, tão almejadas nas suas intervenções profissionais (Lara, 2008, p. 174).

Para o Serviço Social, as questões de pesquisa levantadas por este estudo refletem preocupações teóricas, políticas e ideológicas que permeiam o processo de produção de conhecimento, a formação e a intervenção profissional, porquanto a forma como se apreende e se explica a realidade direciona a intervenção e a definição dos procedimentos técnicos. Dito de outra forma: o recorte do estudo não existe por si só, já que as dimensões constitutivas da profissão (a saber: teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa) são indissociáveis.

Para o programa de pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, a pesquisa se mostra relevante ao trabalhar com a temática “questão social”, corroborando diretamente a linha de pesquisa *Questão Social, Trabalho e Emancipação Humana* e seu objetivo de desenvolver investigações a partir da “questão social” e suas expressões na sociedade capitalista, considerando-a como resultante das contradições existentes na relação capital/trabalho.

1.1 Percurso Metodológico

O percurso metodológico da pesquisa articula a análise do método de pesquisa e dos procedimentos metodológicos. Nesse sentido, apresenta duas partes inter-relacionadas expostas em forma de itens. A primeira, denominada “sobre a pesquisa e o método”, expõe a relevância da pesquisa para a área de Serviço Social, apresenta o objeto de estudo e o método que o embasa, assim como analisa a articulação dialética entre aparência e essência no método em Marx. A segunda parte versa sobre os procedimentos metodológicos da pesquisa.

1.1.1 Sobre a pesquisa e o método

Em face do objeto de pesquisa apresentado, realizaremos movimentos que permitiram sucessivas aproximações ao objeto com a finalidade de apreendê-lo em seu movimento real, reproduzindo este movimento real no pensamento, transformando, desse modo, o “concreto” em “concreto pensado”.

Pelo exposto, temos que o estudo das particularidades da questão social no Brasil, a partir da nossa formação sócio-histórica, requer o manejo da relação entre *aparência* e *essência*. Nesse sentido, é necessário, *a priori*, pontuarmos duas relevantes características sobre a *aparência* da sociedade capitalista. Primeiramente, “ela não é resultado de um erro ou engano do observador. Trata-se de uma das duas dimensões da realidade, tão real quanto a sua oposta, a *essência*⁸”. A segunda característica que convém destacar “é o fato de que ela resulta diretamente da observação da realidade, mas desde um ponto de vista particular, específico: do ponto de vista individual e isolado” (Carcanholo, 2003, p. 77-78).

Carcanholo (2003), ao abordar a relação da *aparência* com a *essência* do sistema capitalista, evidencia que há uma superioridade da última em relação à primeira. Expõe, para tanto, as seguintes razões:

[...] em primeiro lugar, porque só ela [a *essência*] é capaz de permitir a lógica e estruturada compreensão sobre os nexos mais íntimos da realidade, possibilitando prever as potencialidades do seu desenvolvimento, dos seus destinos possíveis. Em segundo, porque, a partir dela, com os instrumentos que fornece é possível entender todas as características da *aparência*, além de explicar a razão pela qual a *aparência* deve ser necessariamente como é. Em certo sentido, a *essência* contém dentro de si a própria *aparência* (Carcanholo, 2003, p. 78).

Partindo dessa perspectiva, o objetivo do pesquisador consiste em transitar do ponto de partida do conhecimento – o nível da *aparência* – e capturar a *essência* do objeto. O método de pesquisa, a partir desse movimento, propicia o conhecimento teórico.

Em *Dialética do Concreto*, Kosik aprofunda essa questão:

É profundamente errônea a hipótese de que a realidade no seu aspecto fenomênico seja desprezível para o conhecimento filosófico e para o homem; deixar de parte a *aparência* fenomênica significa barrar o caminho ao conhecimento do real (Kosik, 2002, p. 68).

À vista disso, nossa argumentação se enreda a partir da premissa de uma articulação dialética entre *aparência* e *essência* como instância necessária para se conhecer o real. O leitor mais atento deve se perguntar como se expressa essa articulação na obra de Marx, devido, sobretudo, à nossa defesa ao longo dessa

⁸ “[...] O erro não está na *aparência* e nem mesmo na interpretação que ela sugere, mas **na crença de que a realidade tem só uma dimensão**. O equívoco sobre o capitalismo consiste em pensar que a realidade é unidimensional, ou melhor, não saber da sua bidimensionalidade.” (CARCANHOLO, 2003, p. 77, grifo nosso).

metodologia acerca da indissociabilidade entre teoria e método na obra deste autor. Teixeira nos direciona no tocante a essa questão, uma vez que, no seu entender:

[...] pensar essa relação entre essência e aparência na sua unidade necessária significa olhar o mundo do capital da sua totalidade, o que exige que se passe do nível da representação dos capitais individuais para o do capital social, global; ou, se se preferir: *do nível das relações individuais para o das classes sociais*. **Essa passagem não é apenas passagem lógica, ela tem peso ontológico** [...] (Teixeira, 1995, p. 170, grifo nosso).

Em *O Capital*, é notório o manejo da articulação dialética entre essência e aparência no pensamento de Marx. Algumas passagens do livro primeiro explicitamente apresentam esse movimento, a exemplo da frase que abre o primeiro capítulo desta obra: “a riqueza das sociedades em que domina o modo de produção capitalista aparece como uma imensa coleção de mercadorias” (Marx, 1985a, p. 45). O autor parte do que caracteriza a aparência imediata da sociedade capitalista (uma “imensa coleção de mercadorias” em fluxo contínuo e renovável) para entranhar-se na sua essência a partir da apresentação dos fatores que compõem a mercadoria e do caráter do trabalho nelas representado.

Em algumas passagens de *O Capital*, a expressão “*aparece*” não é fruto da aleatoriedade, ao contrário, remete à aparência e carrega o peso da articulação dialética entre essência e aparência operada por Marx. No avançar do primeiro capítulo da supracitada obra, o autor novamente destaca a aparência como ponto de partida para a compreensão da sua construção categorial na seguinte passagem: “a mercadoria apareceu-nos, inicialmente, como algo dúplice, valor de uso e valor de troca [...]. Essa natureza dupla da mercadoria foi criticamente demonstrada pela primeira vez por mim” (Marx, 1985a, p. 49).

Diferente de concepções reducionistas divulgadas em manuais, é no mergulho dos próprios textos de Marx que se torna possível a compreensão do seu método sob um prisma analítico mais amplo. Isso porque o método em Marx consiste numa longa elaboração teórica, com o ponto de partida nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, culminado na construção de *O Capital: crítica da economia política*. Noutras palavras, o método em Marx consiste no método utilizado por este autor para o estudo da sociedade burguesa – dado que esta é o seu objeto de estudo.

Na esteira desse processo, é importante ressaltar que a teoria de um autor, ao passo que é construída a partir de elaborações anteriores, também serve de “matéria-prima” para a produção de novos conhecimentos. É dessa perspectiva que autores

clássicos como Marx devem ser lidos e pensados na atualidade. Dito de outro modo: Marx parte de elaborações anteriores (a saber: um caldo cultural produzido no âmbito da filosofia alemã, da economia política clássica inglesa e do socialismo francês), exaure suas potências explicativas e se apropria deste conhecimento numa perspectiva radicalmente crítica para avançar na construção do seu edifício teórico-categorial.

A despeito das críticas direcionadas à tradição filosófica e ao socialismo francês à época, consideramos essencial dar relevo ao diálogo de Marx com as elaborações dos clássicos da Economia Política na construção do seu edifício categorial, uma vez que no decorrer do longo processo de sua elaboração teórica, Marx percebe os limites de Adam Smith e David Ricardo no tocante à compreensão e à apreensão de todas as consequências da mais-valia.

Entendemos a questão metodológica (noutras palavras, as amarras do método por eles utilizado) como um ponto central para os economistas políticos clássicos não terem avançado no sentido da extração de todas as consequências da mais-valia. Na esteira dessa afirmação, refutamos como linha argumentativa explicações de cunho moralista ou simplista, as quais, não raramente, desembocam na desconsideração da relevância dos economistas clássicos (notadamente Smith e Ricardo) na construção do pensamento de Marx.

Neste momento, o leitor deve questionar o porquê de considerarmos de ordem metodológica as limitações dos clássicos da economia política clássica. É no sentido de elucidar essa possível questão que a argumentação segue. Vejamos: o método analítico, utilizado pela economia política clássica, concebe as contradições do real como contradições do pensar e, por isso, não admite que a troca entre capital e trabalho seja, ao mesmo tempo, troca de equivalentes e de não equivalentes⁹. Eis o motivo, no nosso entender, de a economia política clássica não conseguir conceber e extrair todas as consequências da mais-valia.

Como se dá, portanto, a conversão da troca de equivalentes em não equivalentes? As contribuições de Teixeira (1995, p. 149-150) conduzem ao entendimento desse aspecto:

⁹ Engessado nas amarras do método analítico, Ricardo recusou o conceito de valor como trabalho comandado, uma vez que este conceito fere o princípio segundo o qual a troca se dá de acordo com o princípio de equivalência.

Para desmistificar [a] aparência de que é o capitalista que adianta os fundos para o pagamento da força de trabalho, e assim demonstrar a mais-valia como apropriação de trabalho alheio não pago, é preciso analisar o processo de acumulação sob a ótica de sua totalidade, isto é, como um movimento ininterrupto, onde cada ciclo é ponto de partida para o próximo. Essa circularidade revela que a troca de equivalentes, ponto de partida necessário para transformar o dinheiro em capital, transforma-se no seu contrário direto: numa troca de não equivalentes; a rigor, aquela troca se transforma numa não troca, visto que é a própria classe trabalhadora que adianta os fundos necessários para o pagamento de seus salários (Teixeira, 1995, p. 171).

Em síntese, o autor mostra que a troca de equivalente, por via da sua própria dialética interna, se transforma em troca de não equivalente. Não se trata de uma contradição da ordem do pensar, como acreditavam os economistas políticos clássicos. Consideramos, portanto, que o método utilizado pelos maiores nomes da Economia Política Clássica os impedia de conceber a contradição entre aparência e essência, limitando a capacidade de compreensão do real.

Marx, por estar ancorado no método dialético, não recusa a relação de contradição entre essência e aparência; por entender que se trata de uma contradição real, e não subjetiva, aceita essa contradição.

Anota Marx em *O Capital*:

O processo de troca das mercadorias encerra relações contraditórias e mutuamente exclusivas. O desenvolvimento da mercadoria não suprime essas contradições, mas gera a forma dentro da qual elas podem mover-se. Esse é, em geral, o método com o qual as contradições reais se resolvem. É uma contradição, por exemplo, que um corpo caia constantemente em outro e, com a mesma constância, fuja dele. A elipse é uma das formas de movimento em que essa contradição tanto se realiza como se resolve (Marx, 1985a, p. 93).

Pelo exposto, a abordagem acerca do método marxiano deve considerar o percurso teórico-metodológico deste autor. No conjunto de sua vasta obra, poucas foram as páginas¹⁰ em que, efetivamente, Marx escreve acerca do seu método, haja vista que a compreensão do seu método está na leitura da sua obra. No entender de Lukács (2018), isso ocorre porque “a orientação essencial do pensamento de Marx era de origem ontológica e não epistemológica”.

Diz Lukács:

[...] todo leitor imparcial de Marx deve notar que todas as suas proposições concretas, se corretamente compreendidas sem os preconceitos em moda, são pensadas por último como proposições diretas sobre um ser, portanto, puramente ontologicamente (Lukács, 2018, p. 559).

¹⁰ Um momento em que Marx escreve acerca do método pode ser encontrado na obra “Contribuição à crítica da economia política”.

Por outro lado, Lukács afirma que não há em Marx

uma declaração acerca do tratamento independente dos problemas ontológicos; nunca empreendeu um tratamento sistemático ou sistematizador da determinação do lugar destes no pensamento, sua demarcação com a gnosiologia, com a lógica etc. Esses dois aspectos internamente conexos estão indubitavelmente ligados (Lukács, 2018, p. 559).

O pensamento de Marx atua no real para, por via desse processo, verificar questões epistemológicas e metodológicas necessárias para o conhecimento deste real. O percurso metodológico busca reproduzir o movimento do real no pensamento, transformando o concreto em concreto pensado.

No entender de Netto:

A realidade é concreta exatamente por isto, por ser “a síntese de muitas determinações”, a “unidade do diverso” que é própria de toda totalidade. O conhecimento teórico é, nesta medida, para Marx, o conhecimento do concreto, que constitui a realidade, mas que não se oferece imediatamente ao pensamento: deve ser reproduzido por este e só “a viagem de modo inverso” permite esta reprodução (Netto, 2011b, p. 44).

Netto (2011b) considera que “[...] não é possível, senão ao preço de uma adulteração do pensamento marxiano, analisar o método sem a necessária referência teórica e, igualmente, a teoria social de Marx torna-se ininteligível sem a consideração do seu método” (Netto, 2011b, p. 54). Tal argumentação revela o cuidado de não marginalizar ou relegar a uma nota de rodapé a indissociável conexão entre elaboração teórica e formulação metodológica, presente na obra de Marx. Por essa indissociável conexão não se pode abordar o método em Marx em si mesmo, sem a articulação com a sua elaboração teórica.

Na perspectiva que adotamos, o método crítico dialético, há uma prioridade ontológica do objeto em relação ao sujeito. Nesse sentido, Tonet afirma que é “[...] a realidade objetiva (o objeto), no seu modo próprio de ser, que indicará quais devem ser os procedimentos metodológicos” (Tonet, 2013, p. 112). Isso não significa, em nenhuma medida, que o papel do sujeito no processo de conhecimento seja meramente passivo, ao contrário: além de fundamental, “o papel do sujeito é essencialmente ativo: precisamente para apreender não a aparência ou a forma dada ao objeto, mas a essência, a sua estrutura dinâmica” (Netto, 2011b, p. 25).

O caminho metodológico para desvelar o real requer que o sujeito realize movimentos que permitam a transformação do *concreto* em *concreto pensado*. Nesse prisma de análise, Tonet (2013, p. 113) afirma que a ontologia marxiana

[...] mostrou, anteriormente, que a realidade é uma articulação entre singularidade, particularidade e universalidade [...]. Desse modo, nenhum objeto é uma pura singularidade e nem é algo absolutamente desconhecido [...]. [À vista disso], o caminho que nos leva do desconhecido ao conhecido não é absolutamente desprovido de qualquer indicação. Ele é balizado por elementos genéricos (abstratos, gerais) que vão se tornando menos genéricos (abstratos) na medida em que se aproximam do objeto específico. Assim, se soubermos que algo está articulado com todos os outros elementos, isto é, que faz parte de uma totalidade maior, e, portanto, não é uma partícula sem conexão alguma, isto nos permitirá buscar quais são essas conexões e quais os outros elementos com os quais está conectado. Desse modo, aqueles elementos genéricos servirão, de algum modo, de orientação quanto ao caminho a ser seguido.

Nessa perspectiva, o percurso de conhecimento do nosso objeto de pesquisa – a análise da questão social no Brasil a partir da compreensão da realidade brasileira – se dá com base num processo histórico-social e, portanto, não pode ser entendido *ensimesmado*. Dar-se-á a partir do manejo de categorias como totalidade, historicidade e práxis, sendo elas balizadores da busca pelo desconhecido.

A parte desconhecida não é absolutamente desconhecida porque há elementos nela que a conectam a uma totalidade maior, tanto sincrônica como diacronicamente. Na medida em que conhecemos as determinações gerais da realidade, o que nos é proporcionado pela ontologia do ser social, estas orientarão a descoberta daqueles aspectos ainda desconhecidos. Assim, saber que o ser social é radicalmente histórico e social, que é uma totalidade e não uma soma aleatória de partes, que é composto de essência e aparência, que é resultado da interatividade humana, que é permeado por contradições e mediações, que seu movimento implica sempre a existência de um momento predominante, essas e outras determinações gerais serão importantes elementos balizadores para orientar a busca pelo desconhecido (Tonet, 2013, p. 114).

Assim, de maneira a responder ao nosso problema de pesquisa e contemplar os objetivos propostos, definem-se, além da utilização do método dialético, os procedimentos metodológicos a seguir.

1.1.2 Sobre os procedimentos metodológicos

Os procedimentos metodológicos balizarão a necessária aproximação com o objeto de pesquisa, visando apreendê-lo pelo seu movimento real. Os instrumentos e técnicas de pesquisa “são meios de que se vale o pesquisador para ‘apoderar-se da matéria’, mas não devem ser identificados como método” (Netto, 2011b, p. 26).

A pesquisa se realiza a partir de uma articulação entre pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica permitirá alcançar uma ampla gama de informações e utilizar dados dispersos em inúmeras publicações, auxiliando também na construção e definição do quadro conceitual que envolve o objeto de estudo proposto (Gil, 1994).

Lima e Miotto (2007) afirmam que, não raramente, a pesquisa bibliográfica é confundida com revisão de literatura ou revisão bibliográfica. No entender das autoras, isso acontece porque

[...] falta compreensão de que a revisão de literatura é apenas um pré-requisito para a realização de toda e qualquer pesquisa, ao passo que **a pesquisa bibliográfica implica um conjunto ordenado de procedimentos de busca por soluções, atento ao objeto de estudo, e que, por isso, não pode ser aleatório** (Lima, Miotto, 2007, p. 38, grifo nosso).

Diante do exposto pelas autoras, reitera-se a importância da compreensão das fases da pesquisa bibliográfica. Segundo Salvador (1986), a pesquisa de caráter bibliográfico tem sua principal técnica na leitura, composta das seguintes fases e execuções: – Leitura de reconhecimento do material bibliográfico: busca inicial das obras para localizar e selecionar o material que pode apresentar informações referentes ao objeto; – Leitura exploratória: segunda leitura para verificar se as informações contidas nas obras selecionadas interessam de fato ao estudo; – Leitura seletiva: determinação das obras, relacionando-as diretamente aos objetivos da pesquisa; – Leitura reflexiva ou crítica: estudo crítico das obras selecionadas; – Leitura interpretativa: momento em que serão relacionadas as ideias contidas nas obras analisadas com os objetivos da pesquisa.

Não basta ler uma, duas, ou até três vezes o mesmo texto. É preciso parar para analisá-lo, criticá-lo, discuti-lo, questioná-lo, anotá-lo, sublinhá-lo, retê-lo, rephraseá-lo mentalmente e, quando necessário, em resumos escritos; é preciso captar com discernimento, analisar, associar, assimilar e reter com tenacidade, crescer através do desenvolvimento interno e não por agregação ou amontoamento desordenado de informações superficiais e assistemáticas (Ruiz, 2011, p. 47).

Por se tratar de um estudo eminentemente teórico, o procedimento metodológico que direciona a pesquisa precisa recuperar o conhecimento produzido sobre a temática para alcançar os objetivos anunciados no primeiro item. A produção teórica do Serviço Social e de áreas afins conta com uma grande quantidade de

materiais publicados – fruto de produções de pesquisa e publicações bibliográficas – que auxiliam nessa jornada, o que garante a exequibilidade da pesquisa bibliográfica.

A condução da pesquisa requer a apropriação de um acervo teórico que tem o seu sustentáculo nas obras de Marx e Engels e em autores da tradição marxista. Os estudos de Ruy Mauro Marini, Adrián Sotelo Valencia, Sérgio Bagu, Florestan Fernandes, Darcy Ribeiro, Octávio Ianni, Jacob Gorender, Clóvis Moura, José de Souza Martins, entre outros, foram fundamentais para pensar a realidade latino-americana e brasileira. Realiza-se, por via dessas obras, uma minuciosa análise do desenvolvimento do capitalismo brasileiro, articulando o nosso objeto de estudo com as seguintes categorias: trabalho, capital, Estado, classes, luta de classes, escravidão, revoltas, rebeliões, capitalismo dependente, valor e mais-valia.

No tocante à pesquisa documental, foi dado o tratamento analítico às seguintes legislações: Lei de Terras (1850), Lei Eusébio de Queirós (1850), Lei do Ventre Livre (1871), Lei dos Sexagenários (1885), Lei Áurea (1888), bem como a legislação sobre os contratos de locação de serviços: as leis de 1830, 1837 e 1879.

Com base nestas produções bibliográficas intencionalmente selecionadas à luz da perspectiva teórica adotada e das fontes documentais (legislações específicas), foi possível ampliar os horizontes para a compreensão das particularidades da questão social no Brasil, recusando transposições mecânicas que não dialogam com a nossa realidade e, de igual modo, desenvolvendo uma análise que contemple nossa particularidade.

A partir do exposto, apresentamos ao leitor a estruturação da tese, subdividida em quatro seções, são elas: i) introdução; ii) dinâmica de acumulação capitalista e acumulação primitiva de capital; iii) terra, trabalho e lutas de classes no escravismo colonial e iv) pressupostos socio-históricos da particularidade da questão social no Brasil.

A primeira seção apresenta aspectos introdutórios da pesquisa e o percurso metodológico da pesquisa, enquanto a segunda seção, investiga a dinâmica de acumulação capitalista e acumulação primitiva de capital, apresentando a dialética da mercadoria força de trabalho articulada à dinâmica de acumulação capitalista no capitalismo central e dependente. A síntese acerca da acumulação primitiva de capital amplia a nossa compreensão da seção seguinte, momento em que articulamos o escravismo colonial à consolidação da ordem capitalista nos países europeus. Na

condução da referida seção, importa analisar o modo de produção escravista colonial, a capitalização do escravizado e da terra, bem como a transição ao trabalho livre.

O desembarque na quarta seção expõe os pressupostos socio-históricos da particularidade da questão social no Brasil a partir da análise do caráter dependente do capitalismo brasileiro.

Neste momento, convidamos o leitor a acompanhar nossa exposição acerca da acumulação capitalista e acumulação primitiva de capital, análise que marca a segunda seção desta tese.

2 DINÂMICA DE ACUMULAÇÃO CAPITALISTA E ACUMULAÇÃO PRIMITIVA DE CAPITAL

A expressão *questão social*¹¹, de acordo com Netto (2011a), foi utilizada em meados da década de 1830 por críticos da sociedade e filantropos, com o propósito de expressar um fenômeno que se espalhou pela Europa Ocidental, decorrente da onda industrializante inglesa no século XVIII: o pauperismo. Como fenômeno novo em relação à pobreza, o pauperismo estava ligado ao quadro de escassez que marcava a sociedade europeia antes da crescente industrialização: quanto mais a sociedade revelava sua capacidade de produção de bens e serviços, mais aumentava o contingente de seus membros, que além de não terem acesso efetivo a tais bens e serviços, viam-se despossuídos das condições materiais de vida que dispunham anteriormente (Netto, 2011a).

Esse processo se dá porque

todos os métodos de produção da mais-valia são, simultaneamente, métodos da acumulação, e toda expansão da acumulação torna-se, reciprocamente, meio de desenvolver aqueles métodos. Segue, portanto, que **à medida que se acumula capital, a situação do trabalhador, qualquer que seja seu pagamento, alto ou baixo, tem de piorar** (Marx, 1985b, p. 210, grifo nosso).

Com a Revolução de 1848, evidenciou-se pela primeira vez a possibilidade de superação da ordem burguesa, na medida em que, em nível histórico-universal, surge o proletariado como classe para si, trazendo à consciência a possibilidade de superação da ordem burguesa. (Netto, 2011a).

Contudo, a revolta dos trabalhadores contra os efeitos do pauperismo somente encontrou os instrumentos teórico-metodológicos acerca da gênese, constituição e reprodução da “questão social” com a publicação do primeiro volume de *O Capital: crítica da Economia Política*, pois “somente com o conhecimento rigoroso do processo de produção do capital, Marx pôde esclarecer com precisão a dinâmica da ‘questão social’” (Netto, 2011a, p.156).

¹¹ “O termo ‘questão social’ aparece pela primeira vez no jornal francês *La Quotidienne* em 1831. Chamava-se a atenção dos parlamentares para uma ‘questão social’ carente de resposta, uma vez que os efeitos do processo de industrialização representariam um perigo à paz e à ordem econômico-social estabelecida” (Pimentel, 2012, p. 120, grifo original). Na segunda metade do século XIX, no marco da revolução de 1848, o termo “questão social” “desliza, lenta, mas nitidamente, para o vocabulário próprio do pensamento conservador” (Netto, 2011a, p. 154). Sua gênese conservadora, portanto, faz com que alguns autores da área utilizem a expressão entre aspas.

A partir da análise estabelecida por Marx na *lei geral de acumulação capitalista*¹² compreende-se o pauperismo como um processo intrínseco à dinâmica de produção e de reprodução do capital, uma vez que antes era considerado como “fenômeno social intrínseco às injustiças morais, privadas e sazonais dos modos de produção precedente” (Almeida, 2016, p. 79).

A literatura do Serviço Social concebe, hegemonicamente, a *lei geral de acumulação capitalista* como matriz explicativa da questão social, precisamente porque através do capítulo XXIII de *O Capital* se evidencia, de acordo com Netto (2011a), a anatomia da “questão social”, explicitando sua complexidade e seu caráter necessário do desenvolvimento capitalista em todos os seus estágios. A nosso ver, sem a referência a *lei geral de acumulação capitalista*, anula-se qualquer possibilidade de se apreender a verdadeira dinâmica da questão social. Contudo, é importante destacar que esta lei, tal como formulada por Marx, oferece particularidades no tocante às especificidades do desenvolvimento capitalista em cada região e em cada tempo histórico.

Cabe, desde logo, um registro elementar: na lei geral de acumulação capitalista, Marx expõe a forma típica de reprodução capitalista, a reprodução ampliada de capital¹³. Segundo este autor, “para acumular é preciso transformar [constantemente] parte da mais-valia em capital” (Marx, 1985b, p 164). Esse processo de reconversão constante de mais-valia em novo capital se dá através do ciclo D – M – P... - M’ – D’¹⁴.

Marx entende que:

¹² Marx demonstra como se realiza o movimento constitutivo do processo de acumulação do capital e suas implicações para a classe trabalhadora. Para tanto, destaca “a composição do capital e as modificações que ela sofre no transcurso do processo de acumulação” (Marx, 1985b, p. 245); noutros termos, demonstra as modificações que ocorrem na relação entre capital constante e capital variável no decorrer do processo produtivo. A incorporação de avanços técnicos e científicos mais eficientes à produção torna possível que os trabalhadores reduzam o tempo de trabalho socialmente necessário à produção, ampliando, dessa forma, o tempo de trabalho excedente que se transforma em mais-valia para o capitalista, uma vez que tempo de trabalho socialmente necessário e a mais-valia são grandezas inversamente proporcionais. Para Marx (1985), o crescimento relativo de capital variável aparece como crescimento absoluto da população trabalhadora, mais rápido do que os meios de ocupação. Assim, o processo de acumulação produz uma população relativamente supérflua e subsidiária às necessidades do capital. É a lei particular de população desse modo de produção, pois com a acumulação, obra da própria população trabalhadora, crescem os meios de seu excesso relativo: o exército industrial de reserva, considerado supérfluo para o capital. Nisso consiste a *lei geral de acumulação capitalista*.

¹³ Uma análise completa encontra-se no capítulo XXII (transformação de mais-valia em capital) da obra *O Capital: crítica da economia política*.

¹⁴ **D** (dinheiro) – **M** (mercadoria) – **P** (produção)... **M** (mercadoria nova) – **D’** (dinheiro acrescido de mais-valia).

A contínua retransformação de mais-valia em capital apresenta-se como grandeza crescente do capital que entra no processo de produção. Este se torna, por sua vez, fundamento para uma escala ampliada de produção, dos métodos que o acompanham para a elevação da força produtiva do trabalho e produção acelerada de mais-valia. Se, portanto, certo grau de acumulação do capital aparece como condição do modo de produção especificamente capitalista, este último ocasiona em reação uma acumulação acelerada do capital (Marx, 1985b, p. 195).

O processo de reprodução ampliada do capital é o meio pelo qual se acumula capital neste modo de produção. Um entrave nesse ciclo configura-se, em maior ou menor medida, numa crise. É nesses momentos que o capital precisa reconfigurar sua composição orgânica¹⁵.

Na esteira desse pensamento, Netto (2011a) afirma que “[...] o desenvolvimento capitalista produz compulsoriamente a ‘questão social’ [...]. Ele a torna não um desdobramento indesejável ou temporário, mas uma dimensão constitutiva do desenvolvimento do capitalismo”. Desse modo, “[...] diferentes estágios capitalistas produzem diferentes manifestações da questão social” (Netto, 2011a, p. 157). Pelo exposto, temos que o estudo acerca da “questão social” no Brasil exige a compreensão das particularidades do capitalismo neste país – um país de economia dependente e inserido periféricamente na dinâmica capitalista.

O modo de produção capitalista possui tendências gerais analisadas por Marx no decorrer das suas principais obras. À vista disso, as tendências gerais deste modo de produção, indicadas pelo referido autor, apresentam-se no desenvolvimento do capitalismo no Brasil e na América Latina.

A compreensão do movimento pelo qual se processam as situações históricas e particulares das relações sociais no Brasil e na América Latina se dá pelo movimento dialético, de modo que, em um horizonte crítico, não há possibilidade de compreensão da particularidade brasileira a partir de transposições mecânicas e automáticas da obra de Marx. É necessário, portanto, uma interpretação da obra de Marx à luz da realidade brasileira.

O estudo acerca da acumulação primitiva (sistema colonial) é indispensável para a compreensão da formação sócio-histórica brasileira e da nossa questão social. No capítulo denominado *a assim chamada acumulação primitiva*, Marx analisa o

¹⁵ No entender de Marx (1985), a composição orgânica de capital estabelece a relação entre capital constante (meios de produção e matéria-prima) e capital variável (força de trabalho).

violento processo pelo qual o capitalismo se constituiu enquanto modo de produção dominante:

[...] O processo que cria a relação-capital não pode ser outra coisa que o processo de separação de trabalhador da propriedade das condições de seu trabalho, um processo que transforma, por um lado, os meios sociais de subsistência e de produção de capital, por outro, os produtores diretos em trabalhadores assalariados. A assim chamada acumulação primitiva não é, portanto, nada mais do que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção. Ele aparece como “primitivo” porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde (Marx, 1985b, p. 262).

Marx (1985b) afirma, neste mesmo capítulo, que o movimento histórico que transforma os produtores em trabalhadores assalariados está inscrito nos anais da humanidade com traços de sangue e fogo. Esses processos, apesar de datados historicamente na análise do autor, ainda compõem as relações sociais deste modo de produção, sobretudo nos países que foram colônias e hodiernamente situam-se na condição de dependência, diante do poderio dos países imperialistas.

Ao sintetizar os processos de acumulação e expropriação que marcaram o que ele denominou de “pré-história do capitalismo”, Marx afirma que:

O roubo dos bens da Igreja, a fraudulenta alienação dos domínios do Estado, o furto da propriedade comunal, a transformação usurpadora e executada com terrorismo inescrupuloso da propriedade feudal e clânica em propriedade privada moderna, foram outros tantos métodos idílicos da acumulação primitiva. Eles conquistaram o campo para a agricultura capitalista, incorporaram a base fundiária ao capital e criaram para a indústria urbana a oferta necessária de um proletariado livre como os pássaros (Marx, 1985b, p. 274-275).

A leitura de *O desenvolvimento do capitalismo na América Latina* permite verificar que o movimento propulsor das revoluções técnico-científicas na Europa, simultaneamente, promoveu a expropriação e a concentração das riquezas na América Latina.

O fato de que este modo de produção [capitalista] se implante tardiamente em nosso continente, quando o capitalismo já alcançou sua fase superior a nível mundial, suscita desde logo problemas peculiares para a própria acumulação primitiva de capital. Enquanto na Europa o processo se complementou e ampliou o excedente econômico extraído das áreas coloniais que era levado às metrópoles para lá converter-se em capital, na América Latina a acumulação primitiva só podia realizar-se sobre uma base interna e, o que é mais grave, afetada desde o início pela sucção constante que essas metrópoles não deixaram de praticar através do intercâmbio desigual, da exploração de superlucros e inclusive da pilhagem pura e simples dos países neocoloniais (Cueva, 1983, p. 70-71).

Assim, a Revolução Industrial que se inicia na Inglaterra e se expande por toda a Europa só é possível porque nas Américas se acentuavam as mais diversas maneiras de expropriação dos povos originários, bem como os extravios das riquezas naturais.

À vista disso, cabe anotar que “[...] os três séculos de expropriação e pilhagem das riquezas naturais, saques e extermínios dos povos locais marcaram a ferro e fogo o futuro das nações e suas formas de reprodução social”. Por isto, o “escravismo no Brasil [...] deixou heranças profundas na constituição da sociedade brasileira que singulariza nossa formação social e cultural” (Lara, Maranhão, 2019). A título de síntese teórico-conceitual, afirma-se que a questão social é alimentada pela herança colonial e escravista.

2.1 Dialética da mercadoria força de trabalho

O objetivo da obra *O Capital: crítica da economia política* consiste em estudar as leis de funcionamento e desenvolvimento da sociedade capitalista. Os capítulos da obra são uma articulação categorial, tendo em seu capítulo inicial a materialização da “exposição” dialética da crítica da economia política realizada pelo autor. Seria, na concepção do autor,

[...] impraticável e errôneo colocar as categorias econômicas na ordem segundo a qual tiveram historicamente uma ação determinante. A ordem em que se sucedem se acha determinada, ao contrário, pelo relacionamento que têm umas com as outras na sociedade burguesa [...]. Trata-se de sua conexão orgânica no interior da sociedade burguesa moderna (Marx, 2008, p. 267).

Uma vez que “o movimento de exposição das categorias não segue a ordem em que elas aparecem na história, mas sim sua posição hierárquica no interior do movimento de valorização do capital” (Teixeira, 1999, p. 96), o ponto de partida não poderia ser outro a não ser a *mercadoria*¹⁶, já que – dada a generalização da produção

16 Para Teixeira (1995), a mercadoria é a forma mais geral e abstrata que assume a riqueza nas sociedades onde domina o modo de produção capitalista. Por isso, a mercadoria deve ser o ponto de partida da apresentação das leis que regem e governam esta forma de produção.

de mercadorias neste modo de produção –, a sociedade capitalista “aparece¹⁷ como uma imensa coleção de mercadorias” (Marx, 1995a, p. 45).

O Capítulo V divide-se em duas partes, são elas: *o processo de trabalho e o processo de valorização*. Marx inicia o capítulo colocando em suspenso o curso analítico até então predominante – de exposição dos elementos que buscam desvendar a produção de capital – para versar sobre *o trabalho em geral*. Nesse momento, analisa o trabalho como um *intercâmbio orgânico do homem com a natureza*,¹⁸ um processo entre homem e natureza, ou ainda, como produção de valores de uso para a satisfação das necessidades humanas.

Os elementos simples constitutivos do processo de trabalho, segundo Marx (1985a), são os objetos de trabalho¹⁹ e os meios de trabalho²⁰, bem como a vontade orientada a um fim. Nesse percurso, o trabalho concreto se coloca como a expressão da necessidade de intercâmbio entre o homem e a natureza; independe, portanto, de qualquer forma de produção, sendo responsável pela criação de valores de uso.

Contudo, convém destacar que “a relação com a natureza é mediada por relações entre os homens, o que faz com que todo trabalho sobre a natureza se realize no interior e por meio de uma forma social historicamente determinada” (Teixeira, 1995, p. 136). É desta perspectiva que Marx concebe a produção do valor de uso que, por si só, não permite penetrar na dinâmica da essência capitalista, uma vez que o processo de produção capitalista é a unidade entre o processo de trabalho e o

17 Essa expressão não é gratuita. Sabemos que os fatores determinantes da existência do modo de produção capitalista não se limitam à circulação de mercadorias e dinheiro. Requerem, antes de tudo, a propriedade privada dos meios de produção e a força de trabalho enquanto mercadoria. Prontamente, no primeiro capítulo de *O Capital* estão supostas e postas as condições para que as classes fundamentais do modo de produção capitalista sejam colocadas em cena no movimento analítico do autor. Trata-se de um eloquente argumento de contraposição às análises que afirmam que a luta de classes não é um elemento posto na referida obra. Um panorama do debate sumariamente anunciado pode ser encontrado em TEIXEIRA, Francisco José Soares. **Sobre a crítica dialética de O Capital: uma anticrítica**. Crítica Marxista, São Paulo, Xamã, v. 1, n. 8, 1999, p. 93-114.

18 “[...] O trabalho é um processo entre homem e natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a Natureza [...]. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida” (Marx, 1985a, p. 149).

19 Dos objetos de trabalho, a terra – incluindo a água – é o principal deles, já que é indispensável para os elementos do processo de trabalho. Ademais, “objetos de trabalho são todas as coisas que o trabalho só desprende sua conexão direta com o conjunto da terra”. Assim sendo, toda matéria-prima também é objeto de trabalho, haja vista que é fruto de trabalho anterior, ou, nas palavras de Marx (1985), “experimentou uma modificação mediada pelo trabalho”.

20 Por meio de trabalho, Marx (1985) entende “uma coisa, ou um complexo de coisas que o trabalhador coloca entre si e o objeto de trabalho, conduzindo sua atividade sobre o objeto” (p. 150). Assim, quando o homem, enquanto ser social, idealiza algo em mente, ele necessita utilizar propriedades – sejam elas químicas, físicas ou mecânicas – para atuar como meio de poder sobre outras coisas a fim de objetivar tal idealização, isto é, materializar o que até então era ideia.

processo de valorização, o que fica evidente já na primeira parte do Capítulo V, quando o autor anuncia ao leitor que “a transformação do próprio modo de produção mediante a subordinação do trabalho ao capital só pode ocorrer mais tarde e deve por isso ser considerada somente mais adiante” (Marx, 1985a, p. 154).

Isso não significa, em nenhuma hipótese, que a produção de valores de uso esteja apartada da dinâmica capitalista. Marx (1985a, p. 149) compreende que o processo de trabalho no capitalismo cria valores de uso e a natureza desses valores de uso não se altera por se realizar para o capitalista e sob seu controle. Entretanto, destaca que a produção desses valores só ocorre na medida em que estes são, nas palavras do autor, “substrato material, portadores de valores de troca”²¹.

Nesse sentido, “os valores de uso constituem o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social desta” (Marx, 1985a, p. 46). Se deixarmos de lado o valor de uso dos corpos das mercadorias,

[...] resta a elas apenas uma propriedade, que é a de serem produtos do trabalho. Entretanto, o produto do trabalho também já se transformou em nossas mãos. Se abstraímos o seu valor de uso, abstraímos também os componentes e formas corpóreas que fazem dele valor de uso. Deixa já de ser mesa ou casa ou fio ou qualquer outra coisa útil (...) para reduzir-se em sua totalidade [...] a trabalho humano abstrato (Marx, 1985a, p. 47).

Nesse contexto, desaparece o caráter útil das mercadorias, uma vez que estas passam a ser vistas como tempo de trabalho. Os valores de troca, por sua vez, constituem-se na forma social e histórica na riqueza e têm sua determinação mercantil evidenciada. A título de síntese, temos que a condição de existência do valor são as relações mercantis. Desse modo, percebe-se que o autor chega ao conceito de valor antes de fazer referência ao trabalho.

A partir desse momento da exposição, Marx conduz o leitor à compreensão do valor de uso em uma dada forma social por ele assumida. Afirma que no duplo caráter da mercadoria se apresenta o duplo caráter do trabalho (trabalho útil e trabalho abstrato) de que ela é produto. A mercadoria é compreendida como uma “unidade de valor de uso e valor”, expressada no valor de troca; por isso, “seu processo de produção tem de ser unidade de processo de trabalho e processo de formação de valor”. Assim, “o processo de produção agora também é processo de formação de valor” (Marx, 1985a, p. 155).

21 O capitalista, anota Marx (1985), não tem uma relação de amor com o valor de uso que produz, e o produz apenas quando e porque ele é portador de valor de troca.

Sabe-se que “a forma de dominação pela qual o capital – trabalho alienado e objetivado – comanda em sua autorreprodução circular o trabalho é muito diferente das formas anteriores de dominação” (Mészáros, 2002, p. 708). É indispensável, portanto, a análise do processo de trabalho submetido ao processo de valorização realizada por Marx na segunda parte do Capítulo V de *O Capital*, para a compreensão da particularidade do trabalho no modo de produção capitalista e do trabalho abstrato como resultante de uma forma específica de produção que revela as determinações do trabalho nessa sociedade²².

A generalização do valor é marca da sociedade capitalista e, por isso, diretamente proporcional ao seu grau de desenvolvimento. O processo de valorização ocorre quando o processo de formação de valor ultrapassa o ponto em que o valor da força de trabalho pago pelo capital é substituído por um novo equivalente.

Se compararmos o processo de formação de valor com o processo de valorização, vemos que o processo de valorização não é nada mais que um processo de formação de valor prolongado além de certo ponto. Se este apenas dura até o ponto em que o valor da força de trabalho pago pelo capital é substituído por novo equivalente, então é processo simples de formação de valor. Se ultrapassar esse ponto, torna-se processo de valorização (Marx, 1985a, p. 161).

Se não há a transformação do dinheiro em capital, não é processo de valorização, é apenas um simples processo de formação de valor. É a partir do prolongamento do processo de valor – leia-se: processo de valorização do valor – que há produção de mais-valia. A transformação do dinheiro em capital não decorre da circulação de mercadorias, mas sim da compra e da utilização (por parte do capitalista) de uma *mercadoria especial*: a força de trabalho.

Marx (1985a, p. 154) apresenta dois fenômenos particulares do processo de trabalho enquanto consumo da força de trabalho pelo capitalista: o trabalhador trabalhando sob o controle do capitalista – a quem pertence seu trabalho, é o primeiro; o segundo consiste na propriedade do produto do trabalho – que é do capitalista e não do seu produtor direto (o trabalhador).

A utilização peculiar da mercadoria força de trabalho, portanto, é fonte de valor e de mais-valia. Contudo, o valor de uso da força de trabalho do trabalhador não lhe

²² Destaca-se que o trabalho concreto não desaparece na sociedade capitalista, mas se subsume ao trabalho abstrato. (Marx, 1985).

pertence, ou como afirma Marx (1985a, p. 160), “[...] lhe pertence tão pouco quanto o valor de uso do óleo vendido pertence a seu vendedor”.

O Capítulo V é o primeiro movimento de síntese que o autor de *O capital* realiza nesta obra. Nos capítulos subsequentes, até o Capítulo XXIII – objeto de análise do próximo item –, Marx emprega um esforço analítico na compreensão das diversas fases do desenvolvimento capitalista, concluindo sua análise com a demonstração do movimento de reprodução ampliada do capital a partir da *lei geral de acumulação capitalista* e realizando o segundo movimento de síntese da referida obra.

2.2 Dinâmica da acumulação capitalista: a lei geral de acumulação capitalista

As condições de vida e trabalho da classe trabalhadora se agudizam a partir da intensificação dos mecanismos de exploração do trabalho, dado que este é a única fonte de produção de riqueza social. A partir desse momento, há o reconhecimento de que a “questão social” determina o processo de constituição e desenvolvimento do Serviço Social como profissão.

Se desassociada do prisma analítico da lei geral de acumulação capitalista, a compreensão da questão social apresenta análises superficiais, descritivas e desarticuladas do seu núcleo explicativo na dinâmica antagônica da sociedade de classes. A análise marxiana da “questão social” permite desnudar as condições de produção da riqueza social e da sua apropriação privada; das condições de reprodução desta forma de produção e da luta de classes em torno da superação da ordem capitalista. Sem considerar estes fundamentos ou tomá-los como pressupostos, a questão social não pode ser compreendida em sua concretude.

Cabe, neste momento, anunciar a vinculação orgânica entre lei geral de acumulação capitalista e questão social. No entender de Almeida (2016), a lei geral de acumulação capitalista explica as condições pelas quais o pauperismo foi elevado de fenômeno social circunstanciado às injustiças morais e privadas dos modos de produções precedentes à de componente intrínseco ao processo de produção e apropriação privada da riqueza social.

O pauperismo adquire então uma feição histórica nova, vinculada à contraditória dinâmica na qual a ampliação da produção da riqueza social só

se efetiva mediante a ampliação da pobreza e da progressiva destituição do trabalhador das condições próprias de sua reprodução (Almeida, 2016, p. 81).

As condições de exploração que marcam a relação capital *versus* trabalho são estruturais, acirrando os processos de luta entre as classes fundamentais desta ordem societária. Isso porque para se reproduzir o capital necessita, substancialmente, da produção de um excedente do valor e de um excedente de força de trabalho, assim como de um incremento da força produtiva do trabalho. Todas essas características vitais do modo de produção capitalista apontam para a necessidade da propriedade privadas dos meios e instrumentos de produção e da exploração da força de trabalho. Com isso, temos que a exploração da força de trabalho no modo de produção capitalista não é opcional.

No capítulo XXIII, denominado *A lei geral da acumulação capitalista*, Marx investiga a “influência que o aumento do capital exerce sobre o destino da classe trabalhadora. O fator mais importante nessa investigação é a composição do capital e as alterações que ela sofre durante o processo de acumulação” (Marx, 2013, p. 689).

Neste momento da exposição de *O capital*, Marx explica, no plano teórico e empírico²³, a estrutura e a expansão do modo de produção capitalista, que caminha *pari passu* com o aprofundamento das desigualdades econômicas, políticas e sociais.

A exposição que segue direciona-se a partir da seguinte questão: que forma o crescimento do capital pode provocar na classe trabalhadora? Para Marx, o ponto mais importante dessa análise consiste na investigação da composição do capital e nas alterações que ela sofre durante o processo de acumulação. De acordo com Marx, a composição do capital deve ser considerada em dois sentidos: o aspecto do valor e o aspecto da matéria, definidos pelo autor da seguinte forma:

A composição do capital tem de ser compreendida em duplo sentido. **Da perspectiva do valor**, ela é determinada pela proporção em que se reparte em capital constante ou valor dos meios de produção e capital variável ou valor da força de trabalho, soma global dos salários. **Da perspectiva da matéria**, como ela funciona no processo de produção, cada capital se reparte em meios de produção e força de trabalho viva; essa composição é determinada pela proporção entre, por um lado, a massa dos meios de produção utilizados e, por outro lado, o montante de trabalho exigido para seu emprego. **Chamo a primeira de composição-valor e a segunda de composição técnica do capital**. Entre ambas há estreita correlação. Para expressá-la, chamo a composição-valor do capital, à medida que é determinada por sua composição técnica e espelha suas modificações, de: composição orgânica do capital. Onde se fala simplesmente de composição

²³ Consultar “Ilustração da lei geral da acumulação Capitalista”, último item do Capítulo XXIII.

do capital, deve-se entender sempre sua composição orgânica (Marx, 1985b, p. 187, grifo nosso).

Com isso, Marx ressalta a estreita correlação entre a composição do valor e a composição técnica do capital, e a denomina de “[...] composição de valor do capital, porquanto é determinada pela composição técnica do capital e reflete suas modificações, de **composição orgânica do capital**” (Marx, 2013, p. 689, grifo nosso).

Diante do exposto, uma dúvida deve inquietar o(a) leitor(a): de que forma a composição orgânica do capital explica a influência que o aumento do capital exerce sobre o destino da classe trabalhadora?

Os diversos capitais individuais que se aplicam num determinado ramo da produção têm composições mais ou menos distintas entre si. A média de suas composições individuais nos dá a **composição do capital total desse ramo da produção**. Por fim, **a média total das composições médias de todos os ramos da produção** nos dá a **composição do capital social** de um país. (Marx, 1985b, p. 187).

A crescente produção do valor e do valor excedente é apropriada pela burguesia como parte do processo de produção da riqueza social materializada na produção de mercadorias – forma através da qual se dá a valorização do capital a partir da exploração do trabalho.

[...] a reprodução em escala ampliada, ou seja, a acumulação, reproduz a relação capitalista em escala ampliada – de um lado, mais capitalistas, ou capitalistas maiores; de outro, mais assalariados. A reprodução da força de trabalho, que tem incessantemente de se incorporar ao capital como meio de valorização, que não pode desligar-se dele e cuja submissão ao capital só é velada pela mudança dos capitalistas individuais aos quais se vende, constitui de fato um momento da própria reprodução do capital. Acumulação do capital é, portanto, multiplicação do proletariado (Marx, 1985b, p. 188).

Essa forma de organização da produção precisa se reproduzir de forma sempre progressiva e da reprodução das relações sociais que sustentam a produção e a acumulação. A reprodução do capital depende da exploração do trabalho. A reprodução ampliada do capital sustenta-se nas condições de reprodução da exploração do trabalhador.

As condições de exploração precisam ser continuamente reproduzidas; elas não se esgotam num único ciclo de exploração.

Importante destacar que na *lei geral de acumulação capitalista*, Marx apresenta o processo de produção como sendo, simultaneamente, processo de reprodução do

capital, uma vez que o capital é valor que busca valorizar-se. Assim, é por via da acumulação capitalista que o modo de produção capitalista se reproduz.

Talvez o leitor ainda não tão familiarizado com a obra de Marx esteja a se perguntar o que significa conceber o processo de produção de capital como, simultaneamente, processo de reprodução do capital.

Para Marx:

Se a produção tem forma capitalista, também o tem a reprodução. Como no modo de produção capitalista o processo de trabalho aparece apenas como um meio para o processo de valorização, também a reprodução aparece tão somente como um meio de reproduzir como capital o valor adiantado, isto é, como valor que se valoriza (Marx, 1985b, p. 153).

Outro aspecto nos parece relevante. Ora, enquanto a reprodução simples repete o processo de produção na mesma escala e “reproduz continuamente a própria relação capitalista, capitalistas de um lado, assalariados de outro” –, a reprodução de capital em escala ampliada, por onde ocorre o processo de acumulação de capital, “reproduz a relação capitalista em escala ampliada, mais capitalistas ou capitalistas maiores neste polo, mais assalariados naquele” (Marx, 1985b, p. 188).

Dito de outro modo: o processo de reprodução do capital não consiste apenas na metamorfose de mercadorias ($M - M'$) que serão vendidas por um valor maior do que aquele valor adiantado para a sua produção ($D - D'$); consiste também e, sobretudo, na reprodução das relações de classes antagônicas que marcam e sustentam este modo de produção. Isso porque a diferença de valor entre D e D' é criada pela força de trabalho que o capitalista encontra no mercado na forma de mercadoria.

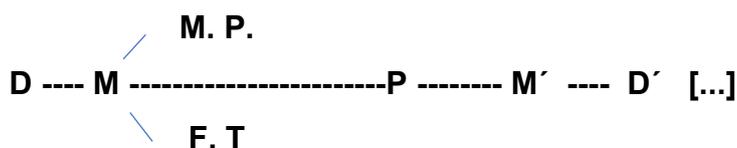
A força de trabalho é comprada, aqui, não para satisfazer, mediante seu serviço ou produto, às necessidades pessoais do comprador. O objetivo perseguido por este último é a valorização de seu capital, a produção de mercadorias que contenham mais trabalho do que o que ele paga, ou seja, que contenham uma parcela de valor que nada custa ao comprador e que, ainda assim, realiza-se mediante a venda de mercadorias (Marx, 2013, p. 695).

A produção de mais-valia é a lei absoluta deste sistema. Que Marx o diga:

[...]Produção de mais-valia ou geração de excedente é a lei absoluta desse modo de produção. Só à medida que mantém os meios de produção como capital, que reproduz seu próprio valor como capital e que fornece em trabalho não-pago uma fonte de capital adicional é que a força de trabalho é vendável.⁵⁰⁵ As condições de sua venda, quer sejam mais quer sejam menos favoráveis para o trabalhador, incluem, portanto, a necessidade de

sua contínua revenda e a contínua reprodução ampliada da riqueza como capital.. (Marx, 1985b, p. 191-192).

Neste momento, é importante apresentar, de forma pormenorizada, o movimento de reprodução ampliada do capital como um movimento que permite a constante (re)conversão do mais-valor em capital, o que pode ser representado por este ciclo:



Em que:

D = dinheiro; M = mercadoria; FT = força de trabalho; MP = meios de produção; P = fase de produção; M' = mercadoria com mais-valia; D' = dinheiro aumentado.

O ciclo apresentado é composto por três fases, sendo duas delas de circulação e uma delas de produção. Na primeira fase, o capital assume a forma de *dinheiro (D)*, e, por via deste capital monetário, o capitalista consegue adquirir as mercadorias necessárias (força de trabalho e meios de produção) à produção de novas mercadorias. Estas mercadorias, ao serem produzidas, criam excedente de valor (mais-valia) e, por isso, podem ser vendidas por um valor monetário superior ao que foi adiantado inicialmente, fazendo com que o capital ingresse num novo ciclo de reprodução, momento este em que as mercadorias são vendidas e *se realizam*. A diferença entre D e D' constitui a mais-valia e consiste no acréscimo de valor que surgiu no processo de produção criado pela força de trabalho.

O livro segundo apresenta uma síntese acerca desse processo:

O processo cíclico do capital ocorre em três estágios, que, segundo a exposição do volume I, constituem as seguintes sequências: *Primeiro estágio*: O capitalista aparece no mercado de mercadorias e no mercado de trabalho como comprador; seu dinheiro é convertido em mercadoria ou passa pelo ato de circulação D-M. *Segundo estágio*: O capitalista consome produtivamente a mercadoria comprada. Ele atua como produtor capitalista de mercadorias; seu capital passa pelo processo de produção. O resultado é uma mercadoria de valor maior que seus elementos de produção. *Terceiro estágio*: O capitalista retorna ao mercado como vendedor; sua mercadoria é transformada em dinheiro ou passa pelo ato de circulação M – D (Marx, 1985c, p. 25, grifo original).

À vista disso, “[...] a fórmula para o ciclo do capital monetário é: D - M P M' - D', na qual os pontos indicam que o processo de circulação está interrompido e tanto M' quanto D' designam uma M e um D acrescidos de mais-valia” (Marx, 1985c, p. 25).

Um mergulho na essência da produção capitalista permite inferir que a produção mercantil capitalista é caracterizada por uma relação de exploração na qual o capitalista explora a força de trabalho (encontrada no mercado como mercadoria) com a finalidade de obter mais-valia. Assim, pela própria lógica interna do sistema, o processo de produção de mercadorias é um processo contínuo e ininterrupto que deve percorrer periodicamente sempre as mesmas fases, pois ao fim de cada ciclo estão postas as bases para o próximo.

Considerando a indissociabilidade das fases do ciclo geral do capital, “[...] todo processo de produção é também processo de reprodução” (Marx, 1985b, p 153). A condição para esta reprodução contínua é, portanto, a transformação constante de parte de seus produtos em elementos para uma nova produção.

Em *O Capital*, Marx fornece um exemplo de como se dá esse processo:

Consideremos este processo primeiramente do ponto de vista do capitalista singular. Suponhamos, por exemplo, que um fiandeiro adiantou um capital de 10.000 libras esterlinas, do qual quatro quintos em algodão, máquinas, etc., e o último quinto em salário. Suponhamos que ele produz anualmente 240.000 libras de fio no valor de 12.000 libras esterlinas. A uma taxa de mais-valia de 100%, a mais-valia está metida no sobreproduto ou no produto líquido de 40.000 libras de fio, um sexto do produto bruto com o valor de 2000 libras esterlinas que a venda realizará. Uma soma de valor de 2.000 libras é uma soma de valor de 2.000 libras esterlinas Não se pode cheirar nem ver neste dinheiro, pois ele é mais-valia. O caráter de um valor como mais-valia mostra o modo como ele chegou ao seu dono, mas nada altera na natureza do valor ou do dinheiro (Marx, 1985b, p. 163).

E prossegue:

[...] para transformar a soma recém-acrescentada de 2.000 libras esterlinas em capital, o fiandeiro, permanecendo iguais todas as outras circunstâncias, adiantará, portanto, quatro quintos dela na compra de algodão, etc., e um quinto na compra de novos operários fiandeiros, os quais encontrarão no mercado os meios de vida cujo valor ele lhes adiantou. O novo capital de 2.000 libras esterlinas funciona então na fiação e proporciona, por seu lado, uma mais-valia de 400 libras (Marx, 1985b, p. 163).

A mais-valia obtida ao final de cada ciclo é reinserida no processo produtivo para ampliar o capital originalmente investido e gerar uma massa maior de mais-valia do que no ciclo anterior.

Considerando que “[...] a relação entre capital, acumulação e taxa salarial não é nada mais que a relação entre o trabalho não pago, transformado em capital, e o

trabalho adicional, requerido para pôr em movimento o capital adicional” (Marx, 1985b, p. 193), a constante transformação da mais-valia em capital, característica de sua reprodução ampliada, é condição indispensável e vital da acumulação de capital. Há, portanto, uma relação diretamente proporcional entre taxa de exploração, mais-valia e acumulação: quanto maior a taxa de exploração, maior a mais-valia, e mais alargada será a acumulação.

Nosso esforço analítico neste item consiste em demonstrar que o processo de produção é, concomitantemente, processo de criação da mais-valia e processo de exploração do trabalho pelo capital. Por isso, o processo de produção é também processo de reprodução dos antagonismos de classe que constituem esta sociedade, pois significa para uma classe a valorização do seu capital e, para outra, a exploração do seu trabalho. Isto acontece porque a produção de mercadorias no modo de produção capitalista se dá a partir da simbiose de mercadorias que pertencem ao capitalista: os meios de produção e a força de trabalho, que ele encontra no mercado como mercadoria.

A compra da mercadoria força de trabalho só faz sentido, da perspectiva do capital, se o valor produzido por ela for maior que o valor que o capitalista desembolsou para comprá-la. Este valor adicional só é possível por via da exploração do trabalho. Assim, o que significa acumulação de capital para uma classe, significa exploração do trabalho para a outra. Isto não é um defeito do sistema, tampouco uma característica transitória; trata-se de uma característica ineliminável e é o que dá sentido à sua existência.

Para começar o processo produtivo, o capitalista dispõe de uma composição orgânica do capital. Aqui, por uma escolha metodológica feita em virtude da abordagem do objeto, nos dedicaremos à exposição da relação entre a composição orgânica do capital e os movimentos tendenciais de concentração e centralização.

Marx entende como composição orgânica do capital a relação entre capital constante e capital variável. O capital constante é “a parte do capital [...] que se converte em meios de produção, isto é, em matéria-prima, matérias auxiliares e meio de trabalho, e não altera sua grandeza de valor no processo de produção”. O capital variável, por sua vez, é a parte do capital que se converte em força de trabalho (Marx, 1985a, p. 171). Dessa forma:

A contínua reconversão de mais-valor em capital apresenta-se como grandeza crescente do capital que entra no processo de produção. Este se torna, por sua vez, o fundamento de uma escala ampliada da produção, dos métodos nela empregados para o aumento da força produtiva do trabalho e a aceleração da produção de mais-valor. Se, portanto, **certo grau da acumulação do capital aparece como condição do modo de produção especificamente capitalista, este último provoca, em reação, uma acumulação acelerada do capital.** Com a acumulação do capital desenvolve-se, assim, o modo de produção especificamente capitalista e, com ele, a acumulação do capital. Esses dois fatores econômicos provocam, de acordo com a conjugação dos estímulos que eles exercem um sobre o outro, **a mudança na composição técnica do capital, o que faz com que a seu componente variável se torne cada vez menor em comparação ao componente constante** (Marx, 1985b, p. 195-196, grifo nosso).

A composição orgânica do capital consiste na massa total de capital que o capitalista dispõe para iniciar o processo produtivo. Vinculado a esse contexto se processa a tendência à concentração de capital; dessa forma, toda iniciativa que requeira uma elevada composição orgânica de capital (quando o componente do capital constante é maior que o componente do capital variável) exclui o conjunto de capitalistas que não possuem essa massa de capital.

É importante salientar que esse processo não cessa com a concorrência entre capitalistas, ao contrário. A concorrência agora não será mais entre inúmeros pequenos capitalistas, conforme se deu no estágio concorrencial do capitalismo, mas sim entre um reduzido número de grandes capitalistas com elevados montantes de capital.

Operando ao lado da tendência à concentração, a centralização de capital “[...] não implica um aumento de capital em função de uma nova acumulação, mas tão somente o aumento de capital pela fusão de vários outros” (Netto, 2012, p. 143). Essa centralização opera-se pela união de capitais já existentes, mediante *cartéis*, *trustes* e a formação de *holdings*²⁴.

A tendência à concentração e à centralização são movimentos da realidade econômica constitutivos do movimento do capital que, operando em conjunto, fornecem as bases materiais para, a partir da década de 1870, o capital em sua era monopolista, estágio que Lenin denomina como *estágio imperialista* – na sua visão, a fase superior do capitalismo²⁵. Lenin, quando argumenta acerca do lugar do

²⁴ O cartel se dá a partir da união de empresas, obviamente do mesmo ramo, para o estabelecimento de acordo que fixam um mesmo preço para seus produtos; os trustes são a fusão em si de várias empresas com a finalidade de controlar uma fatia cada vez maior do mercado; e os *holdings* surgem com a financeirização do capital e o “protagonismo” da sociedade de ações.

²⁵ Lenin (2012) afirma que o imperialismo é o capitalismo na fase de desenvolvimento em que ganhou corpo a dominação dos monopólios e do capital financeiro.

imperialismo na história, diz que “o imperialismo é, pela sua própria essência econômica, o capitalismo monopolista” (Lenin, 2012, p. 165).

A centralização complementa a obra da acumulação, ao colocar os capitalistas industriais em condições de expandir a escala de suas operações. Seja esse último resultado agora conseqüente da acumulação ou da centralização; ocorra a centralização pelo caminho violento da anexação — onde certos capitais se tornam centros de gravitação tão superiores para outros que lhes rompem a coesão individual e, então, atraem para si os fragmentos isolados — ou ocorra a fusão de uma porção de capitais já constituídos ou em vias de constituição mediante o procedimento mais tranqüilo da formação de sociedades por ações — o efeito econômico permanece o mesmo. A expansão acrescida dos estabelecimentos industriais constitui por toda parte o ponto de partida para uma organização mais abrangente do trabalho coletivo de muitos, para um desenvolvimento mais amplo de suas forças motrizes materiais, isto é, para a conversão progressiva de processos de produção isolados e rotineiros em processos de produção socialmente combinados e cientificamente dispostos (Marx, 1985b, p. 197).

No momento histórico em que a dinâmica de acumulação do capital se amplia em face dos já mencionados processos de concentração e centralização, os escritos de Marx ganham espaço no seio do movimento operário, e suas conclusões da teoria valor trabalho representam uma enorme ameaça para a dinâmica de acumulação capitalista.

Aqui cabe um indicativo que será melhor difundido na última seção desta tese: os movimentos de concentração e centralização de capital permitem que capitais com mais força na dinâmica de acumulação absorvam os mais fracos, desencadeando a subordinação da burguesia dos países periféricos à dos países centrais - processo este que tem seu fundamento na lei geral de acumulação capitalista.

É neste contexto que o processo de acumulação de capital empurra uma série de trabalhadores para o exército industrial de reserva. Em *A lei geral da acumulação capitalista*, Marx argumenta que o capital cria, por meio de seu movimento – conforme já expomos: contínuo e ininterrupto – de expansão, permanentemente, uma superpopulação relativa que assume diversas formas. A superpopulação relativa para o capital, também conhecida como exército industrial de reserva, expressa, numa análise ainda introdutória, os trabalhadores desempregados.

O capital cria várias formas de superpopulação relativa. Na exposição de Marx, há a população trabalhadora flutuante, a qual ganha dimensão no cenário econômico à medida que o capitalismo invade a agricultura, produzindo um excedente de trabalhadores – basta lembrarmos as migrações de força de trabalho do campo para

as cidades. A população estagnada, para Marx, constitui parte do exército ativo de trabalhadores, ocupada em atividades extremamente irregulares. Essa parcela da classe trabalhadora, segundo Marx,

absorve continuamente os redundantes da grande indústria e da agricultura e notadamente também dos ramos industriais decadentes, em que o artesanato é vencido pela manufatura e esta última pela produção de mercadorias. Seu volume se expande na medida em que, com o volume e a energia da acumulação, avança a 'produção da redundância' (Marx, 1985b, p. 209).

Em seguida, Marx apresenta a parcela que considera “o mais profundo sedimento da superpopulação relativa” (Marx, 1985b, p. 208), que habita, de acordo com ele, a “esfera do pauperismo²⁶”. Essa fração da classe trabalhadora se divide em três categorias: “abstraindo vagabundos, delinquentes, prostitutas, em suma, o lumpemproletariado propriamente dito, essa camada social consiste em três categorias” (Marx, 1985b, p. 208), comenta o autor de *O Capital*.

Primeiro, os aptos para o trabalho. Basta apenas observar superficialmente a estatística do pauperismo inglês e se constata que sua massa se expande a cada crise e decresce a toda retomada dos negócios. Segundo, órfãos e crianças indigentes. Eles são candidatos ao exército industrial de reserva e, em tempos de grande prosperidade, como, por exemplo, em 1860, são rápida e maciçamente incorporados ao exército ativo de trabalhadores. Terceiro, degradados, maltrapilhos, incapacitados para o trabalho. São notadamente indivíduos que sucumbem devido a sua imobilidade, causada pela divisão do trabalho, aqueles que ultrapassam a idade normal de um trabalhador, e finalmente as vítimas da indústria, cujo número cresce com a máquina perigosa, minas, fábricas químicas etc., isto é, aleijados, doentes, viúvas etc (Marx, 1985b, p. 208).

Em *O Capital*, ainda no mesmo capítulo, Marx apresenta a fase de ascensão do ciclo de acumulação de capital, acompanhada de uma demanda crescente por força de trabalho. Para ele, uma parte maior do que era produzido pelos trabalhadores

flui de volta para eles numa parcela maior sob a forma de meios de pagamento, de maneira que podem ampliar o âmbito de suas satisfações, podem prover melhor seu fundo de consumo de vestuário, móveis etc., e constituir um pequeno fundo de reserva (Marx, 1985b, p. 191).

²⁶ Para ele, o pauperismo constitui o asilo para inválidos do exército ativo de trabalhadores e o peso morto do exército industrial de reserva. Sua produção está incluída na produção da superpopulação relativa, sua necessidade na necessidade dela, e ambos constituem uma condição de existência da produção capitalista e do desenvolvimento da riqueza. (Marx, 1985b, p. 209).

Contudo, essa parcela que flui de volta para o trabalhador em forma de salário não diminui a dependência do trabalhador com relação ao capital, pois, por mais favorável que seja a sua situação no sistema capitalista, isso não elimina a constante necessidade de venda da sua força de trabalho para a contínua reprodução ampliada da riqueza como capital. Para garantir ao capitalista a apropriação do trabalho não remunerado, a classe trabalhadora passa por um processo de exaurimento devido às exaustivas horas de trabalho.

Para Rosdolsky (2001, p. 323), as grandezas relativas do preço da força de trabalho e da mais-valia são condicionadas por três circunstâncias: “a extensão da jornada de trabalho, a intensidade normal do trabalho e a força produtiva do trabalho”.

No que concerne à extensão da jornada de trabalho como uma condição para a análise do preço da força de trabalho e da mais-valia, sabe-se que o prolongamento da jornada de trabalho amplia, simultaneamente, a mais-valia e o salário que remunera o trabalho. Rosdolsky (2001, p. 323) assevera que “[...] desde a derrocada do fascismo este caso não parece oferecer interesse, já que na Europa o que está na ordem do dia não é o prolongamento da jornada de trabalho, senão sua abreviação”.

Não sem razão o referido autor entende que o prolongamento da jornada de trabalho não consiste no mecanismo mais utilizado pelo capital para alavancar o processo de extração de mais-valia, sobretudo a partir do marco histórico apresentado pelo autor: o pós-Segunda Guerra Mundial. No capitalismo contemporâneo, a intensidade do trabalho assume importância decisiva na produção da mais-valia.

Discorreremos acerca deste aspecto na última seção desta tese, momento em que serão apresentados ao leitor indicativos para a compreensão dos elementos contemporâneos do capitalismo. Passemos agora à análise da dinâmica de acumulação capitalista nas economias dependentes, o que exige a exposição e a análise do ciclo de reprodução do capital no capitalismo dependente.

2.2.1 Acumulação de capital no capitalismo dependente

As três fases do ciclo de reprodução do capital: circulação, produção e circulação, apresentadas a partir da expressão $D - M \dots P \dots M' - D'$, dá-se de maneira particular na economia dependente latino-americana. Consideremos, a partir de

agora, este aspecto em nossa análise. A este respeito, é imprescindível destacar que a referência à economia dependente engloba

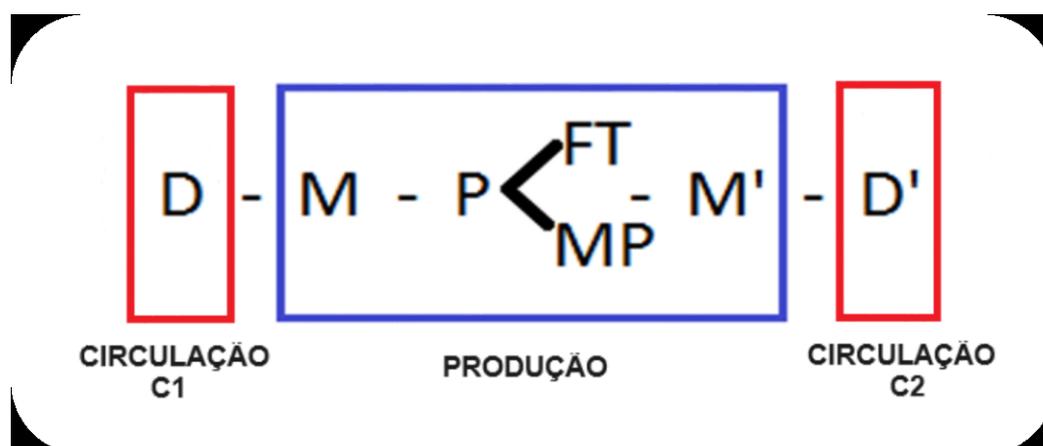
[...] a forma atual que esta assumiu depois de que, em seu seio, se conformou um setor de produção para o mercado interno que assumiu progressivamente o papel hegemônico na dinâmica econômica. Situação a toda prova diferente da que imperava em princípios do século XX, sob a forma de economia exportadora, quando a economia dependente latino-americana representava um sistema de produção complementar ao das economias centrais, tendo seu ciclo determinado por este (Marini, 2012, p. 21).

Do ponto de vista que nos interessa – a caracterização do ciclo do capital na economia dependente –, convém destacar que [...] assim como tal ciclo depende do fluxo circulatório externo de capital dinheiro, depende também, para completar a primeira fase da circulação, de meios de produção proporcionados pelo exterior (Marini, 2012, p. 28).

O autor supramencionado apresenta uma análise do ciclo de reprodução do capital a partir da particularidade do capitalismo dependente. Para tanto, articula a análise das três instâncias que mobilizam o processo de reprodução capitalista, as quais ele denomina de primeira fase de circulação (c1); fase de produção e segunda fase de circulação (c2). A definição que este autor estabelece para estas fases não apresenta novidades em relação ao que foi exposto ao leitor na abertura deste item, uma vez que o autor apresenta sua análise com base no mesmo direcionamento teórico desta tese: a análise marxiana da reprodução do capital. A nós, neste momento, interessa compreender, a partir desta referência, o ciclo do capital na economia dependente latino-americana.

A figura abaixo permite que o leitor melhor diferencie as três fases do processo de reprodução capitalista a partir da constante referência a estas etapas neste item.

Figura 1 – Etapas do ciclo de reprodução do capital



Fonte: Elaboração própria

Legenda: D = dinheiro; M = mercadoria; FT = força de trabalho; MP = meios de produção; P = fase de produção; M' = mercadoria com mais-valia; D' = dinheiro aumentado.

Marini (2012) inicia esta empreitada realizando uma investigação acerca da primeira fase de circulação do capital. Dois aspectos centrais perpassam a análise desta fase: “a origem do capital dinheiro que comparece para iniciar o ciclo” (p. 23) e o “ato de compra, mediante o qual se dá o processo de acumulação” (p. 27).

No tocante à origem do capital dinheiro que inicia o primeiro ciclo de circulação (c1), devem-se considerar e estabelecer distinções entre três fontes: capital privado interno, investimento público e capital estrangeiro.

Ao discorrer sobre a primeira dessas fontes, Marini (2012) afirma:

O capital privado interno ou o investimento privado interno, isto é, a parte da mais-valia gerada no interior da economia que (deduzidos os gastos improdutivos do capital) se apresenta para acumular-se sob a forma de meios de produção e força de trabalho. O fato de que esse capital seja juridicamente propriedade de nacionais ou de estrangeiros não afeta absolutamente a situação, pois estamos considerando apenas a parte da mais-valia que se acumula; isso quer dizer que já foi feita a dedução da parte da mais-valia que sai da esfera da economia nacional sob formas diversas: remessa de lucros, pagamentos de juros, amortizações, *royalties* etc. A mais-valia gerada na economia nacional e investida nela é investimento nacional, independentemente da nacionalidade dos que detenham títulos de propriedade sobre ela; é óbvio que isso não se apresenta assim do ponto de vista das contas nacionais, em que a parte da mais-valia que se encontra em mãos de estrangeiros é, uma vez investida, contabilizada como capital estrangeiro (reinvestimento); porém, é óbvio também que, do ponto de vista da análise do funcionamento da economia, essa é a premissa adotada aqui (Marini, 2012, p. 23).

Sobre o investimento público, o autor observa:

[...] por um lado, ele corresponde simplesmente a uma parte da mais-valia gerada, mediante sua transferência ao Estado através dos impostos diretos sobre o capital e os proventos [*sueldos*], assim como da parte dos impostos indiretos que recaem sobre tipos de rendimentos (lucros, proventos etc.) que correspondem à distribuição da mais-valia; junto com essa parte da mais-valia em mãos do Estado, observamos que parte do capital variável também pode aparecer ali mediante os impostos sobre o trabalho ou os impostos indiretos pagos pelos trabalhadores. Uma segunda fonte do investimento público é a que resulta do processo direto de exploração que o Estado, enquanto capitalista, leva a cabo; as empresas estatais funcionam em um sistema capitalista como capitais privados e dão origem diretamente à produção de mais-valia, que, por sua mediação, é apropriada pelo Estado (Marini, 2012, p. 23).

Quanto ao capital estrangeiro, terceira fonte de origem do capital dinheiro que inicia o primeiro ciclo de circulação, Marini (2012, p. 25) indica que este capital pode se apresentar sob duas formas: como investimento direto ou indireto. O investimento direto ocorre quando o capitalista estrangeiro investe diretamente na economia dependente, detendo a propriedade total ou parcial do capital produtivo gerado pelo investimento e, dessa forma, apropriando-se diretamente da mais-valia total ou parcial gerada.

O investimento indireto, por sua vez, ocorre quando o capital estrangeiro se coloca à disposição dos capitalistas internos (nacionais e estrangeiros), sob a forma de empréstimos e financiamentos, diretamente contratados com os capitalistas receptores ou com o Estado, que os redistribui a estes ou os integra em seu próprio investimento.

Na América Latina, o investimento direto predominou como forma de investimento estrangeiro entre o pós-guerra e a década de 1960. No final desta década, o cenário muda e, “embora o investimento direto tenha seguido crescendo, sua proporção no investimento estrangeiro total apresentou a tendência de redução (em termos relativos)” (Marini, 2012, p. 25). Atualmente, o investimento indireto tende a ser a forma predominante do capital financeiro, sobretudo em países como México ou Brasil, relativamente mais desenvolvidos.

Nesse contexto,

[...] muda o tipo de remuneração que se obtém: à diferença do lucro ou dividendo [*beneficio*] industrial, o capital estrangeiro, além das taxas de amortização, cobra taxas de juros que são deduzidas da mais-valia gerada pelo investimento produtivo para o qual ele contribuiu, sem haver assumido, contudo, os riscos da produção e realização dessa mais-valia (Marini, 2012, p. 25, grifo original).

Com isso, entende-se a intervenção do capital estrangeiro na formação do montante de capital, em forma de capital dinheiro, que ingressa no ciclo de reprodução. Segundo Marini (2012, p. 25), este capital “[...] se integra ao e determina o ciclo do capital da economia dependente e, por conseguinte, seu processo de desenvolvimento capitalista”. Representa, em verdade, uma restituição de capital em relação ao que drenou anteriormente da economia dependente. Esta restituição, evidentemente, nunca é total. Um exemplo disso pode ser observado pelo exposto na citação a seguir:

No período entre 1960 e 1967, a maior parte do investimento direto norte-americano não se dirigiu aos países dependentes, sendo 70% dele destinados para os países desenvolvidos, particularmente os da Europa Ocidental e o Canadá. Entretanto, nesse período em que receberam apenas 30% do investimento norte-americano, os países dependentes aportaram aos Estados Unidos 60% do total de rendimentos que o país recebeu do exterior na modalidade de lucros, juros e *royalties* (Marini, 2012, p. 25).

A movimentação do capital estrangeiro nas economias dependentes se dá em dois sentidos: entrada e saída. Até este momento compreendemos a entrada de capital; consideraremos, a partir de agora, a sua saída. Eis como se dá este processo:

A partir do momento em que, cumprido o ciclo de produção, o capital estrangeiro contribuiu para a produção de mais-valia, ele tem direito a uma parte dela sob a forma de lucro ou juros, conforme se trate de investimento direto ou indireto. Isso dá lugar a transferências de mais-valia ao exterior. E mais: nos casos em que essa transferência não opera e em que a mais-valia ou parte dela é reinvestida no próprio país em que foi gerada, o capital produtivo dali resultante é contabilizado como capital estrangeiro, embora tenha sido gerado com base na mais-valia criada no próprio país (Marini, 2012, p. 25-26).

Com isso, apresentamos ao leitor a análise das três fontes em que o capital dinheiro que inicia o primeiro ciclo de circulação (c1) pode se originar. A ênfase do capital estrangeiro neste aspecto deve-se à sua relevância na análise da formação do capital dinheiro e de sua incidência na primeira fase de circulação do ciclo do capital na economia dependente.

Em economias dependentes, o ciclo do capital “[nas] distintas fases de expansão e recessão que esta atravessa, encontra-se diretamente articulado com o exterior e é suscetível em ampla medida a ser influenciado pelo Estado” (Marini, 2012, p. 26).

Nunca é demais lembrar ao leitor o nosso percurso: a análise do ciclo do capital na economia dependente investiga as três etapas de reprodução capitalista à luz da dinâmica da economia periférica. Neste momento, investigamos a dinâmica particular da economia dependente na primeira fase de reprodução capitalista: a fase de circulação do capital dinheiro que inicia o processo de acumulação. Nesta movimentação analítica, há dois aspectos centrais: a origem do capital dinheiro que comparece para iniciar o ciclo e o ato de compra mediante o qual se dá o processo de acumulação.

A investigação acerca da origem do capital dinheiro que comparece no início do ciclo de reprodução permite inferir que o capital estrangeiro atua como um fator externo à economia dependente, encontrando-se fora de seu controle. Contudo, a sua inserção nesta fase de circulação faz com que ele figure como elemento direto do ciclo do capital nesta particularidade. Com isso, passamos agora à análise do segundo elemento central a ser considerado na análise da origem do capital dinheiro que inicia o ciclo de reprodução: o ato de compra mediante o qual se dá o processo de acumulação.

Antes, é necessário enfatizar a magnitude de capital estrangeiro que entra no processo de circulação da economia dependente, a fim de promover um processo de produção com base na contratação de força de trabalho e na compra de maquinaria, terreno e matérias-primas. Saem dessas economias, pelo intercâmbio de meios de produção, sobretudo máquinas e equipamentos, adquiridos no exterior (Marini, 2012, p. 27).

O autor que embasa nossa análise adverte que a aquisição de meios de produção no mercado mundial não é, por si só, uma característica da economia dependente. Assume sim fortes contornos nessas economias, pois se apresenta, de modo acentuado, umbilicalmente vinculada à constituição do processo de acumulação de capital. Isso ocorre porque, enquanto os países de capitalismo central tendiam a dar primazia à produção de bens de consumo, e só depois à produção de bens de capital, os países de capitalismo dependente, pela sua industrialização tardia,

[...] prolongaram a fase que corresponde à produção de bens de consumo além do que foi normal na industrialização orgânica dos países centrais. Puderam fazê-lo pelo fato de contar com uma oferta externa de meios de produção, em particular equipamento e maquinaria, que lhes permitiu não só avançar sem base própria na produção de bens de consumo habitual, ordinário, como também desdobrá-la em produção de bens de consumo suntuário (em que os produtos têm muitas vezes o caráter de bens mistos,

como os da indústria automotiva), sem contar com um setor dinâmico de bens de capital. Na verdade, a indústria manufatureira dos países dependentes se apoia em boa parte no setor de bens de capital dos países capitalistas avançados, por meio do mercado mundial. Por consequência, essa indústria manufatureira é dependente não só em termos materiais, no que se refere aos equipamentos e maquinaria enquanto meios materiais de produção, mas tecnologicamente, ou seja, na medida em que deve importar também o conhecimento para operar esses meios de produção e, eventualmente, fabricá-los (Marini, 2012, p. 28).

A dependência material e tecnológica da indústria manufatureira dos países dependentes constitui um vínculo financeiro com os países de capitalismo desenvolvido através de pagamentos de *royalties*, que figuram como um modo de transferência de mais-valia aos países de capitalismo avançado.

A título de síntese da movimentação do capital na primeira fase de circulação, temos que:

Na fase de circulação C¹ [...], o ciclo do capital dessa economia encontra-se duplamente articulado e é duplamente dependente com relação ao exterior. Essa circulação encontra-se parcialmente centrada no exterior, tanto no que se refere ao capital dinheiro como no que diz respeito ao capital mercadoria (Marini, 2012, p. 28).

Com isso, passamos à análise da fase de produção, segunda fase do ciclo de reprodução do capital que, sob nenhuma perspectiva, pode ser desassociado do primeiro ciclo. Nesta etapa ocorre a metamorfose de mercadorias no processo produtivo – momento em que as mercadorias força de trabalho e meios de produção²⁷, operando em conjunto, produzem, pela ação desta última, uma mercadoria de valor superior (M') à soma do que o capitalista desembolsou para adquiri-las (M).

A articulação entre as duas primeiras fases do processo de reprodução capitalista se dá porque a fase de produção (P) é condicionada pela primeira fase de circulação (C1).

[...] dado o desnível tecnológico existente entre os países avançados e os dependentes, os meios de produção que provêm daqueles implicam a utilização de uma tecnologia mais sofisticada do que a que existe no país dependente ou, inclusive, uma tecnologia que não existe neste. Por sua conexão com o exterior ou mediante a vinculação mais estreita que se dá na fase de circulação entre o capital estrangeiro sob a forma dinheiro e sob a forma mercadorias, a tendência é que sejam as empresas estrangeiras que operam na economia dependente ou as que correspondem a associações de

²⁷ “Considerando-se o processo inteiro do ponto de vista de seu resultado, do produto, aparecem ambos, meio e objeto de trabalho, como meios de produção” (Marx, 1985a, p. 151).

capital interno e estrangeiro aquelas que tenham acesso mais direto à tecnologia implícita nesses meios de produção (Marini, 2012, p. 29).

Para analisar o efeito da introdução de nova tecnologia nos países dependentes, Marini (2012, p. 29) considera dois capitais individuais: (A) e (B). O capital (A), “correspondente a um capitalista estrangeiro que opera [...] no ramo de produção de sapatos”, enquanto (B) representa “[...] um capital interno que atua nesse mesmo ramo”. Se o capital (A) reduzir o seu custo de produção mediante a introdução de meios tecnológicos enquanto (B) produz em condições tecnológicas médias, ainda assim (A) venderá sua mercadoria pelo preço estabelecido ao nível de produção do capitalista (B). O lucro de (A) será maior que o de (B) devido à diferença do custo de produção.

Deste modo,

[...] vista em conjunto, a massa de lucro produzida em uma economia corresponde ao conjunto dos capitalistas que ali operam e é apropriada por eles de acordo com a magnitude do capital investido por cada um, com a composição orgânica de seu capital e o número de rotações deste em dado período através do mecanismo da competição. O lucro maior de A é, por conseguinte, um fenômeno normal, correspondente à transferência do valor no interior do ramo de sapatos. O problema não reside ali, mas sim no fato de que o lucro diferencial ou extraordinário de A dificilmente pode ser anulado por um esforço de B para, elevando sua composição orgânica, seu nível tecnológico e a produtividade do trabalho que emprega, igualar o custo de produção que A tem. Isso porque a diferença dos custos de produção, na verdade, não resulta de um desenvolvimento técnico interno, mas da introdução de uma nova tecnologia vinda do exterior que faz com que A detenha em relação a B a posição de um monopólio tecnológico. Se este não se anular de imediato, será possível ver que, ao cabo de dois, três ou mais períodos de produção, A poderá beneficiar-se sistematicamente de uma mais-valia extraordinária, que concentrou em suas mãos uma parte crescente da mais-valia produzida no ramo. Com isso, no caso de que B iguale seu nível tecnológico (suponhamos, por uma queda do preço internacional do equipamento que A utiliza), a superioridade em termos de magnitude do capital que A detém lhe dá condições para responder de imediato, introduzindo outro avanço tecnológico que, baixando novamente seu custo de produção, restabelece seu lucro extraordinário. (Marini, 2012, p. 30).

A concentração de capital se alarga a partir das contradições da primeira fase de circulação (c1). Disso podemos inferir que as empresas que operam em melhores condições obtêm uma mais-valia extraordinária e por isso “concentram porções cada vez maiores da mais-valia produzida e, por conseguinte, do capital que é investido na economia dependente”. À vista disso, cabe uma indagação: “como reagem as empresas médias e pequenas que operam em condições médias de produção ou

abaixo delas e que devem, por isso, transferir parte de sua mais-valia às empresas monopolistas?” (Marini, 2012, p. 30).

O argumento do autor que apresenta esta resposta versa que:

empresas médias e pequenas tratam de recompor sua taxa de lucro através da elevação da taxa de mais-valia, obtida à custa de – sem variação significativa na produtividade – extrair mais trabalho não remunerado de seus operários. Isso só é possível se (descartada sempre a elevação da produtividade) aumenta-se a intensidade do trabalho, prolonga-se a jornada laboral e/ou simplesmente se rebaixa forçosamente o salário do trabalhador, sem que essa redução salarial corresponda a um barateamento real da força de trabalho. Em todos esses casos, a força de trabalho é remunerada abaixo de seu valor e, por conseguinte, dá-se uma superexploração dos trabalhadores. (Marini, 2012, p. 31).

A superexploração dos trabalhadores configura-se, portanto, como uma movimentação intrínseca à forma de reprodução do capital nas economias dependentes. Diante da transferência de mais-valia ao exterior, a terceira fase do ciclo de reprodução do capital nas economias dependentes direciona-se ao exterior, buscando a realização de mercadorias no mercado mundial.

Nesta seção, vimos a extração de mais-valia, em suas formas absoluta e relativa, a acumulação capitalista. A análise histórica da consolidação do modo de produção capitalista direciona à compreensão da funcionalidade da exploração colonial no período da acumulação primitiva, temática que será abordada no próximo item.

2.3 A Acumulação Primitiva de Capital

Ao se entender a reprodução do capital como um movimento contínuo e ininterrupto, uma questão coloca-se como central: qual a origem desse capital reproduzido periodicamente? Esta questão direciona a exposição deste item a partir do que Marx apresenta em *O Capital*:

[...] a partir de nosso ponto de vista, desenvolvido até agora, é provável que alguma vez o capitalista se tornou possuidor de dinheiro em virtude de uma acumulação primitiva, independentemente do trabalho alheio não pago, e por isso pode pisar no mercado como comprador de força de trabalho (Marx, 1985b, p. 155).

A contínua reprodução do dinheiro de que dispõe o capitalista se transforma, em sua integralidade, em mais-valia capitalizada. Antes do encaminhamento analítico deste item, faz-se necessária uma breve elucidação acerca da exposição dos resultados desta pesquisa nos três itens que compõem esta seção, ainda que o leitor mais familiarizado com a obra marxiana a julgue desnecessária. O horizonte da nossa exposição direciona-se pela exposição realizada por Marx no livro primeiro de *O Capital*. Na introdução deste estudo, o leitor teve a oportunidade de conhecer os elementos essenciais do método de análise em Marx e da sua fundamental interlocução com a economia política clássica. Neste momento, no entanto, nossa menção é ao método de exposição deste autor em *O Capital*, momento no qual ele expõe sua análise da sociedade capitalista desde *a célula econômica da sociedade burguesa*, a mercadoria, até a lei geral de acumulação capitalista, momento em que o autor expõe os reflexos da acumulação capitalista ao destino da classe trabalhadora.

Esse movimento de exposição é realizado ao longo de 23 capítulos; somente no capítulo seguinte, o autor apresenta *a assim chamada acumulação primitiva*, que, em seu entender, consiste no ponto de partida da acumulação capitalista. É provável que uma dúvida se apresente ao leitor neste momento: se a acumulação primitiva precede a acumulação capitalista e consiste em seu ponto de partida, por que se dá no vigésimo quarto capítulo, e não no primeiro, a exposição do autor?

Que o próprio Marx responda a isso:

[...] [é] impraticável e errôneo colocar as categorias econômicas na ordem segundo a qual tiveram historicamente uma ação determinante. A ordem em que se sucedem se acha determinada, ao contrário, pela relação que têm umas com as outras na sociedade burguesa moderna, e que é precisamente o inverso do que parece ser uma relação natural ou do que corresponde à série da evolução histórica. Não se trata do lugar que as relações econômicas ocupem historicamente na sucessão das diferentes formas da sociedade. Menos ainda de sua série 'na ideia' (Proudhon), que não passa de uma representação falaciosa do movimento histórico. Trata-se de sua conexão orgânica no interior da sociedade burguesa moderna (Marx, 2008, p. 267).

Esta seção, portanto, expõe o resultado desta pesquisa, direcionado pela sequência expositiva do autor supracitado, pelas razões já mencionadas.

Marx (2013, p. 766) compreende a acumulação primitiva como uma “uma acumulação que não é resultado do modo de produção capitalista, mas seu ponto de partida” – um processo brutal e violento que o capitalismo empregou para se constituir enquanto modo de produção dominante, em sua completude.

Esses processos brutais, inscritos “nos anais da humanidade com traços de sangue e fogo” (Marx, 2013, p. 769), não são apenas especificidades da constituição deste modo de produção, ao contrário, ainda figuram como características presentes nas relações sociais capitalistas, especialmente quando nos referimos a países com um passado colonial e que hodiernamente se inserem numa condição de dependência dentro do sistema capitalista, como é o caso do Brasil, objeto de estudo desta tese.

No entender do autor:

[...] o movimento histórico, que transforma os produtores em trabalhadores assalariados, aparece, por um lado, como sua libertação da servidão e da coação corporativa; e esse aspecto é o único que existe para nossos escribas burgueses da História. Por outro lado, porém, **esses recém-libertados só se tornam vendedores de si mesmos depois que todos os seus meios de produção e todas as garantias de sua existência, oferecidas pelas velhas instituições feudais, lhes foram roubados.** E a história dessa sua expropriação está inscrita nos anais da humanidade com traços de sangue e fogo (Marx, 1985b, p. 262, grifo nosso).

Considerando a transformação dos produtores em trabalhadores assalariados, é importante destacar que:

O que faz época na história da acumulação primitiva são todos os revolucionamentos que servem de alavanca à classe capitalista em formação; sobretudo, porém, todos os momentos em que grandes massas humanas são arrancadas súbita e violentamente de seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho como proletários livres como os pássaros. A expropriação da base fundiária do produtor rural, do camponês, forma a base de todo o processo. Sua história assume coloridos diferentes nos diferentes países e percorre as várias fases em seqüência diversa e em diferentes épocas históricas. (Marx, 1985b, p. 262-263).

Cueva (1983) assevera que a colonização da América relaciona-se direta e fundamentalmente com a acumulação primitiva.

Se a colonização da América Latina está relacionada com algum movimento fundamental da história, esse movimento é **a acumulação primitiva em escala mundial**, entendida com um processo que, **além de implicar a acumulação sem precedentes em um dos polos do sistema, supõe necessariamente a desacumulação também sem precedentes, no outro extremo** (Cueva, 1983, p. 24, grifo nosso).

Ao considerar a América Latina no processo de acumulação primitiva de capital, destaca-se que as mudanças técnico-científicas na Europa ocorrem *pari passu* à expropriação e à concentração das riquezas neste subcontinente.

O fato de que este modo de produção [capitalista] se implanta tardiamente em nosso continente, quando o capitalismo já alcançou sua “fase superior” a nível mundial, suscita desde logo problemas peculiares para a própria acumulação primitiva de capital. Enquanto na Europa o processo se complementou e ampliou o excedente econômico extraído das áreas coloniais [...] era levado às metrópoles para lá converter-se em capital –, **na América Latina a acumulação primitiva só podia realizar-se sobre uma base interna** e, o que é mais grave, afetada desde o início pela **sucção constante que essas metrópoles não deixaram de praticar através do intercâmbio desigual, da exploração de superlucros e inclusive da pilhagem pura e simples dos países neocoloniais** (Cueva, 1983, p. 71, grifo nosso).

A análise de Sérgio Bagu em *Economia da Sociedade Colonial* apresenta a relação entre a escravidão americana e a acumulação primitiva. Para ele, a escravidão americana foi o principal motor de acumulação de capital comercial na Europa, e este capital, por sua vez, propiciou alavancar o capitalismo industrial.

Em suas palavras:

La esclavitud americana fué el más extraordinario motor que tuvo la acumulación del capital comercial europeo y éste, a su vez, la piedra fundamental sobre la cual se construyó el gigantesco capital industrial de los tiempos contemporáneos – capital industrial que, necesitado como estuvo tempranamente de produtores y consumidores libres, atacó desde el siglo 19 la institución de la esclavitud como funesta para sus propósitos. Indirectamente, pues, la esclavitud del índio y el negro resultó indispensable para que, mediante un secular proceso de acumulación capitalista, pudiera la Europa occidental tener industrias modernas y Estados Unidos alcanzara en el siglo 19 su espectacular desarrollo económico (Bagu, 2021, p. 79).

O comércio colonial foi fundamentalmente lucrativo aos mercadores europeus no que concerne ao acúmulo de capital. O mecanismo que permitia essa lucratividade ao mercado europeu consistia na venda de matérias-primas à Europa com um preço infinitamente superior ao que adquirira junto às colônias. Assim, o impulso à Revolução Industrial na Europa advinha da expropriação dos povos originários e do extravio dos seus recursos naturais.

Marx destaca os momentos fundamentais da acumulação primitiva:

A descoberta das terras do ouro e da prata, na América, o extermínio, a escravização e o enfurnamento da população nativa nas minas, o começo da conquista e pilhagem das Índias Orientais, a transformação da África em um cercado para a caça comercial às peles negras marcam a aurora da era de produção capitalista. Esses processos idílicos são momentos fundamentais da acumulação primitiva (Marx, 1985b, p. 285).

E acrescenta:

Os diferentes momentos da acumulação primitiva repartem-se, agora, numa sequência mais ou menos cronológica, principalmente entre Espanha, Portugal, Holanda, França e Inglaterra. Na Inglaterra, no fim do século XVII, esses momentos foram combinados de modo sistêmico, dando origem ao sistema colonial, ao sistema da dívida pública, ao moderno sistema tributário e ao sistema protecionista. Tais métodos, como, por exemplo, o sistema colonial, baseiam-se, em parte, na violência mais brutal. Todos eles, porém, lançaram mão do poder do Estado, da violência concentrada e organizada da sociedade, para impulsionar artificialmente o processo de transformação do modo de produção feudal em capitalista e abreviar a transição de um para o outro. A violência é a parteira de toda sociedade velha que está prenhe de uma sociedade nova. Ela mesma é uma potência econômica (Marx, 1985b, p. 285-286).

As relações sociais são historicamente produzidas em situações particulares; por isso, a compreensão da acumulação capitalista no Brasil é indispensável no tocante ao entendimento da nossa formação sócio-histórica. A investigação da gênese “questão social”, em sua essência, na realidade brasileira, requer a análise da acumulação primitiva e do sistema colonial. Pela análise da categoria acumulação primitiva, é possível compreender o desenvolvimento do capitalismo e o conjunto de transformações promovidas por este sistema que garantem a sua viabilidade e hegemonia. Por isso,

[...] a acumulação primitiva poderia ser considerada o processo social, isto é, político-econômico mais característico da transição do feudalismo ao capitalismo. Como processo de âmbito estrutural, a acumulação primitiva envolveu principalmente a força de trabalho e o capital [...]. Quanto à força de trabalho, o que ocorreu foi um divórcio generalizado e radical entre o trabalhador e a propriedade dos meios de produção. Historicamente, esse fenômeno ocorreu tanto na agricultura como nos grêmios e corporações de ofícios (Ianni, 1978, p. 4).

Na esteira deste processo, Octavio Ianni, em *Escravidão e racismo*, relaciona o processo de escravização com a gestação do capitalismo na Europa:

[...] a escravatura, nas Américas e Antilhas, estava dinamicamente relacionada com o processo de gestação do capitalismo na Europa, e principalmente na Inglaterra. Esse “paradoxo” começa a tornar-se cada vez mais explícito à medida que o mercantilismo passa a ser suplantado pelo capitalismo (Ianni, 1978, p. 12).

Ianni (1978, p. 14), na referida obra, destaca que nos séculos XVI e XVII as distintas formas de trabalho compulsório relacionam-se diretamente com o mercantilismo, enquanto os séculos seguintes, XVIII e XIX, marcam a associação antagônica entre a escravidão e o capitalismo.

Nesta lógica antagônica entre escravidão e capitalismo, ocorre a pressão internacional realizada pela Inglaterra pelo fim do tráfico de escravizados, sendo o Brasil, no continente americano, o país que recebeu o maior número de pessoas escravizadas e o último país a abolir a escravidão.

Côncios de que a acumulação primitiva de capital alavanca o desenvolvimento do capitalismo na Europa, inferimos que a herança colonial é a base constitutiva do capitalismo que se desenvolve no Brasil, caracterizando a questão social neste território.

A acumulação primitiva produzida durante séculos teve uma coexistência dual. Na Europa, os camponeses foram expulsos das terras e obrigados a migrar para as cidades, tornando-se trabalhadores assalariados, fontes inesgotáveis de produção de riqueza para a grande indústria. Já na América Latina, inicialmente ocorreu a expropriação brutal dos territórios, escravização, extermínio dos povos originários e suas culturas; num segundo momento, deu-se o tráfico de forças de trabalho da África e seu sistemático processo de escravização (Lara, 2019, p. 9).

O escravismo, marca essencial da formação social no Brasil, deixou heranças profundas na constituição da sociedade brasileira e isto singulariza nossa formação social. Acrescente-se o fato de que a formação social escravista, sob o colonialismo, tornava impositivo o estabelecimento de trocas mercantis. Além dos gêneros de exportação tropicais, a mercadoria mais importante, no aspecto das relações mercantis entre as metrópoles e as colônias, era a “mercadoria força de trabalho escravizada”.

A historiografia oficial que abordou a formação social brasileira, em especial a constituição da força de trabalho e o sujeito subjetivo do processo de trabalho, em alguns casos concentrou as análises nos processos gerais – porquanto às vezes generalista –, o que pode ter engendrado uma perspectiva da história do trabalho que pouco corresponde à história dos séculos de escravismo vividos em solo brasileiro. Em tal panorama se inscrevem, objetivamente, as análises que tratam apenas do mercado de trabalho no Brasil como simples implementação do trabalho livre assalariado ou, por outro lado, a abordagem culturalista e antropológica do escravismo, buscando apagar a essência de sua função enquanto formação social prenhe de conflitos de classes, gênero e étnico-raciais. Diante disso, compreendemos que é necessário estabelecer mediações sobre as determinações escravistas impostas ao processo histórico da formação do mercado de trabalho na sociedade brasileira (Lara, 2022, p. 73).

A gênese da questão social, consensualmente compreendida a partir dos antagonismos irreconciliáveis entre capital e trabalho, não pode ser investigada apartada do que significou a transição do trabalho escravo para o trabalho livre.

Na seção que segue analisaremos a particularidade brasileira a partir da investigação das formas de trabalho e de acesso à terra, bem como das lutas de classes no escravismo colonial. Nossa ênfase analítica se dará no processo de transição do trabalho escravo para o trabalho livre, com indicativos para uma compreensão da transição do escravismo colonial ao capitalismo dependente. Este sucinto indicativo anuncia ao leitor o que será objeto de uma leitura mais aprofundada na terceira seção desta tese.

3 TERRA, TRABALHO E LUTAS DE CLASSES NO ESCRAVISMO COLONIAL

Enquanto não nos empenharmos a fundo na economia política do modo de produção escravista colonial, seremos sempre tentados pelos raciocínios operantes com as analogias entre características comuns a fenômenos históricos distintos.

Jacob Gorender

Com a invasão colonial de 1492, desenham-se os processos de transição a modos de produção historicamente particulares na América Latina. A constituição destes modos de produção particulares articula-se estruturalmente com os processos de transição ao modo de produção capitalista na Europa.

Sabe-se que este é um processo complexo que se deu em várias regiões da América Latina. Neste estudo, conforme anunciado na introdução, a ênfase se dará na análise deste processo no Brasil. Esta análise busca mobilizar categorias marxianas e interpretá-las à luz da realidade brasileira, sob o prisma das categorias históricas, e não como uma mera cronologia de acontecimentos.

A análise da particularidade brasileira fundamenta-se nos estudos de Jacob Gorender em *O Escravismo Colonial*. Nesta obra, seu autor defende que, a partir da invasão colonial, constituiu-se um modo de produção específico no Brasil, denominado por ele de *modo de produção escravista colonial*, refutando análises de que no Brasil colonial tenha se estabelecido um modo de produção feudal ou um modo de produção capitalista.

No decorrer do levantamento bibliográfico da pesquisa, verificaram-se relevantes produções que tratam da particularidade brasileira, a nosso ver, como ela não é. Neste processo, duas perspectivas divergentes entre si merecem destaque quando concebem a realidade brasileira: (1) como uma formação social vinculada ao capitalismo comercial; (2) como uma espécie de feudalismo.

A primeira perspectiva, defendida por Caio Prado Junior desde a década de 1930, sendo reafirmada e sistematizada em sua obra *A revolução brasileira* de 1966, apresenta a formação social do Brasil vinculada ao mercado mundial capitalista em desenvolvimento desde o início do século XVI, articulado ao capitalismo em sua forma originária – o capitalismo comercial. Nesta interpretação, o Brasil constitui-se em sua origem como um setor do capitalismo comercial, vinculando-se sua essência histórica

a este modo de produção²⁸. O levantamento bibliográfico da pesquisa também demonstrou que esta chave explicativa da realidade brasileira é majoritária nas principais produções teóricas da área.

Caio Prado Junior inicia o livro *Formação do Brasil Contemporâneo* apresentando o sentido da colonização, momento em que afirma que “todo povo tem na sua evolução, vista à distância, um certo ‘sentido’” (Prado Jr, 1987, p. 13). A nosso ver, esta afirmativa sintetiza a forma como o autor caracteriza a nossa história ao longo do capítulo e da obra: uma nação que a partir do século XVI projeta-se para o que é determinado pelo exterior. Assim, o “sentido” da formação brasileira estaria intrinsecamente articulado à configuração dos países da Europa.

Del Roio, ao analisar este momento da obra de Caio Prado Jr., afirma:

Importava menos a Caio Prado Jr. a particularidade das relações sociais de produção instaladas no Brasil, pois o crucial era mesmo a universalidade do vínculo colonial. Nesse desenho era, sem dúvida, o interesse e o predomínio do capital comercial e da burguesia comercial lusitana que fundamentavam a análise. Esse, enfim, seria o sentido da colonização. (Del Roio, 2016, p. 12).

A segunda perspectiva, antagônica à primeira, apresenta a formação social brasileira como “uma espécie de feudalismo”, concepção esta defendida por Nelson Werneck Sodré em suas principais obras: *Formação histórica do Brasil*, de 1962, e *História da burguesia brasileira*, de 1965. Na elaboração teórica de uma sociedade feudal no Brasil,

[...] a ênfase incidiu no latifúndio, entendido como categoria central da qual se segue necessariamente uma forma qualquer de feudalismo. No caso brasileiro, era preciso admitir que o [1] **feudalismo se baseou em relações escravistas** – fenômeno considerado secundário diante do privilegiamento teórico da grande propriedade territorial – ou que [2] **o escravismo, entendido com superficial especificidade, teve existência restrita**, logo submergida pela formação feudal desde as origens coloniais estabelecida na maior parte do território. A primeira variante é a de Alberto Passos Guimarães; a segunda pertence a Nelson Werneck Sodré (Gorender, 2016a, p. 50, grifo nosso).

²⁸ “[...] fiel a Caio Prado Jr., formou-se assim uma vertente interpretativa não homogênea, que se aproximava do keynesianismo como projeto histórico de desenvolvimento capitalista, entre os quais se destacam Fernando Novaes e João Manoel Cardoso de Mello, que nas suas mediações fazem sobressair as potencialidades do capitalismo brasileiro. Outra vertente, com uma releitura pela esquerda de Caio Prado Jr., se formou a partir de José Chasin e Florestan Fernandes, mas também de muitos que passaram pela influência das formulações dos jovens intelectuais revolucionários dos anos 1960, que se opunham à política do PCB. Nesse viés passam a ser enfatizadas as dificuldades e os limites do capitalismo brasileiro, de modo a aproximar a atualidade da revolução socialista. (Del Roio, 2016, p. 43).

Pelo exposto, podemos inferir que Sodré, ao admitir um passado feudal para o Brasil, concebe o escravismo brasileiro sob os mesmos padrões do escravismo clássico, atribuindo ao Brasil a mesma sequência evolutiva do desenvolvimento histórico dos modos de produção, na qual o escravismo abre passagem para o feudalismo, que sucumbe à constituição do capitalismo.

Quanto a esta questão, o primeiro item desta seção (os fundamentos do escravismo colonial) apresenta a especificidade do escravismo colonial como uma forma de escravidão historicamente determinada, assim como o item que o sucede (o escravizado como mercadoria e como produtor de mercadorias) apresenta as limitações desta tese no que concerne à categoria escravismo.

A ausência de centralidade ofertada ao escravismo nesta tese inviabiliza a compreensão da particularidade de um país cuja maior parte da sua história foi marcada pela escravidão. Os estágios do desenvolvimento histórico dos modos de produção (comunismo primitivo, escravidão, feudalismo e capitalismo) não consistem numa trajetória universal; trata-se de uma trajetória da Europa Ocidental que só à custa de um grave ocultamento da nossa particularidade pode ser replicada em nosso território. Em nosso entender, a transição para o capitalismo no Brasil não parte do modo de produção feudal, mas sim do modo de produção escravista colonial – transição esta objeto de análise do quarto item desta seção.

Não sem razão, Caio Prado Jr. afirma que as relações de produção no Brasil articulam-se ao mercado mundial e que a colonização visa atender à necessidade de expansão deste. Ocorre que isto não é o todo do processo e não explica as particularidades das relações de produção estabelecidas no Brasil a partir do século XVI, pois não fornece elementos para elucidar uma questão central: qual trabalho produziu as mercadorias para o consumo no mercado mundial? Que relações de produção o sustentavam?

Essas indagações são o fio condutor da exposição do primeiro tópico desta seção, momento em que lançamos as bases para a análise dos fundamentos do escravismo colonial. Primordialmente, esta seção apresenta aspectos e contradições inerentes ao modo de produção escravista colonial, objetivando apresentar o desenvolvimento deste modo de produção ao longo de mais de três séculos, a partir da investigação dos fundamentos do escravismo colonial, do trabalho escravo e da luta de classes neste período. Com isto, projetam-se as bases para a análise da

dinâmica explicativa da formação social brasileira que o sucede: o capitalismo dependente.

3.1 O fundamento da formação social escravista: o modo de produção escravista colonial

O modo de produção escravista colonial consiste no fundamento da formação social escravista – é assim que entende Gorender ao afirmar que “o estudo de uma formação social deve começar pelo estudo do modo de produção que lhe serve de base material” (Gorender, 2016a, p. 58). Analisar o modo de produção escravista colonial não significa investigar a formação social escravista brasileira em sua totalidade, mas tão somente o seu fundamento – análise que figura como objetivo deste item.

A ênfase na investigação deste modo de produção como fundamento e base material da formação social escravista é uma necessidade metodológica ineliminável na compreensão do objeto de estudo desta tese. A abordagem da formação social sem o recurso ao fundamento do modo de produção, em muitos casos, culmina em análises superficiais.

Côncios da relevância desta análise para decifrar a dinâmica da formação da sociedade brasileira, reforçamos a relevância da análise e distinção de duas categorias fundamentais: modo de produção e formação social. Em 1986, ano seguinte à publicação de *O Escravismo Colonial*, Antônio Carlos Mazzeo elabora artigo²⁹ em que situa o escravismo colonial como uma formação social particular de caráter capitalista, criticando sua caracterização como um modo de produção específico e autônomo³⁰ (Mazzeo, 1986). Assim, julgamos que algumas precisões categoriais, à luz do pensamento marxiano, prescindem do ingresso na análise do modo de produção escravista colonial.

²⁹ Mazzeo, A. C. *O Escravismo Colonial: Modo de produção ou formação Social?* In: Revista Brasileira de Historia. São Paulo: nº 12, p. 203-214, 1986.

³⁰ “[...] o caráter historicamente novo não é dado por um ‘modo de produção escravista’, como quer Gorender, mas por uma formação social capitalista, com formas histórico-particulares de autorreposição. Assim, o escravismo colonial apresenta-se como uma das várias formas que o capitalismo encontrou em seu processo de entificação, produto de um processo de desenvolvimento desigual, fruto de múltiplas determinações que conformam a concretude, enquanto unidade da diversidade do modo de produção capitalista”. (MAZZEO, 1986, p. 213).

O modo de produção, assevera Gorender, não se refere apenas à produção; constitui, em verdade, “uma totalidade orgânica e um processo reiterado de produção, distribuição, circulação e consumo de bens materiais, todas elas fases distintas e, ao mesmo tempo, interpenetradas no fluir de um processo único” (Gorender, 2016a, p. 58). Mas isto ainda não é o todo do processo; as etapas envolvidas na caracterização de um modo de produção (produção, distribuição, circulação e consumo de bens materiais) articulam-se num processo único em que a produção é “a determinação fundamental e o ponto de partida sempre recorrente, [...] [pois] contém em si as demais fases como pressupostos e momentos particulares” (Gorender, 2016a, p. 58). Por conter em si todas as demais fases, a produção figura como o princípio formador do modo de produção.

Com efeito, a compreensão de um modo de produção requer duas categorias essenciais: as relações de produção e as forças produtivas. Vejamos como essas categorias se relacionam em Marx, na elaboração do prefácio de *Contribuição à crítica da Economia Política*, publicada em 1859:

[...] na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência. Em uma certa etapa de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes (Marx, 2008, p. 47).

Essa passagem menciona as duas categorias fundamentais para a nossa análise neste momento: as forças produtivas e as relações de produção, entre as quais se estabelecem certas relações explicativas que se descortinarão ao leitor à medida que forem conceituadas e relacionadas.

As forças produtivas consistem no conjunto de três elementos mobilizados no processo de trabalho, a saber: os objetos do trabalho, os meios de trabalho e a força de trabalho. Os conceitos de meios de trabalho e objetos de trabalho apresentados aqui como elementos constitutivos da caracterização de forças produtivas estão ancorados na primeira parte do quinto capítulo de *O Capital*, momento em que Marx analisa o processo simples de trabalho, ou, em seus termos, “o processo de trabalho

independentemente de qualquer forma social determinada”, “comum a todas as formas sociais” (Marx, 1985a, p. 150-153).

Seguiremos este roteiro expositivo a fim de elucidar estas categorias, para, em um segundo momento deste item, pensá-las à luz do escravismo colonial.

O primeiro desses elementos – os objetos do trabalho – é classificado por Marx em dois tipos: os *objetos de trabalho preexistentes por natureza*, caracterizados por ele como “todas as coisas que o trabalho só desprende de sua conexão direta com o conjunto da terra”; e *matéria-prima*, um objeto de trabalho que experimenta uma modificação mediada por trabalho. Por isso, “toda matéria-prima é objeto de trabalho, mas nem todo objeto de trabalho é matéria-prima” (Marx, 1985a, p. 150).

O conceito de objetos de trabalho é elementar para a compreensão do meio de trabalho e consiste em

[...] uma coisa ou um complexo de coisas que o trabalhador coloca **entre si mesmo e o objeto de trabalho** e que lhe serve como **condutor de sua atividade sobre esse objeto**. Ele utiliza as propriedades mecânicas, físicas, químicas das coisas para fazê-las atuar como meios de poder sobre outras coisas, conforme o seu objetivo (Marx, 1985a, p. 150).

Portanto, “[o] objeto do qual o trabalhador se apodera diretamente [...] não é objeto de trabalho, mas o meio de trabalho” (Marx, 1985a, p. 150), uma vez que o meio de trabalho intervém na mediação da atuação do trabalho ante a transformação do objeto de trabalho em algo que foi preidealizado³¹. Com isso “o trabalho se uniu a seu objetivo. O trabalho está objetivado, e o objeto trabalhado” (Marx, 1985a, p. 151). Essa afirmativa ganhará sentido mais amplo quando fecharmos o elo expositivo dos componentes das forças produtivas com a análise da configuração da força de trabalho neste conjunto.

Antes disso, adiciona-se a título de reforço que:

A mesma importância que a estrutura de ossos fósseis tem para o conhecimento da organização de espécies de animais desaparecidas, os restos dos meios de trabalho têm para a apreciação de formações

³¹ “No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador e, portanto, idealmente. Ele não apenas efetua uma transformação da forma da matéria natural; realiza, ao mesmo tempo, na matéria natural seu objetivo, que ele sabe que determina, como lei, a espécie e o modo de sua atividade e ao qual tem de subordinar sua vontade. Essa subordinação não é um ato isolado. Além do esforço dos órgãos que trabalham, é exigida a vontade orientada a um fim, que se manifesta como atenção durante todo o tempo de trabalho, e isso tanto mais quanto menos esse trabalho, pelo próprio conteúdo e pela espécie e modo de sua execução, atrai o trabalhador, portanto, quanto menos ele o aproveita, como jogo de suas próprias forças físicas e espirituais” (Marx, 1985a, p. 149-150).

socioeconômicas desaparecidas. **Não é o que se faz, mas como, com que meios de trabalho se faz, é o que distingue as épocas econômicas.** Os meios de trabalho não são só medidores do grau de desenvolvimento da força de trabalho humana, mas também **indicadores das condições sociais nas quais se trabalha.** Entre os meios de trabalho mesmos, os meios mecânicos de trabalho, cujo conjunto pode-se chamar de sistema ósseo e muscular da produção, oferecem marcas características muito mais decisivas de uma época social de produção do que aqueles meios de trabalho que apenas servem de recipientes do objeto de trabalho e cujo conjunto pode-se designar, generalizando, de sistema vascular da produção, como, por exemplo, tubos, barris, cestas, cântaros etc (Marx, 1985a, p. 150, grifo nosso).

Os meios de trabalho caracterizam e distinguem as épocas econômicas, indicando a forma como o trabalho se desenvolveu em cada formação sócio- histórica e, em conjunto com os objetos do trabalho, formam os meios de produção³². Estes ganham vida no processo de trabalho à medida que são operados pela força de trabalho – terceiro elemento que compõe o conjunto das forças produtivas mobilizado no processo de trabalho. Este elemento

é a mais preciosa das forças produtivas: afinal, são os homens que, através do acúmulo de gerações, aperfeiçoam e inventam instrumentos de trabalho, descobrem novos objetos de trabalho, adquirem habilidades e conhecimentos. [...] [nela], o caráter histórico das forças produtivas revela-se de maneira privilegiada: o crescimento da produtividade do trabalho (isto é, a obtenção de um produto maior com o emprego da mesma magnitude de trabalho) depende da força de trabalho, da sua capacidade para mobilizar perícia e conhecimentos (quanto mais verdadeiros, rigorosos e científicos, mais eficientes) (Netto, Braz; 2012, p. 60).

Se o caráter histórico das forças produtivas revela-se pela força de trabalho, sobretudo quando, por via da exploração, aumenta a produtividade do trabalho, o exame do trabalho escravo como a forma de exploração utilizada no modo de produção estudado consiste num percurso elementar para a elucidação do que fundamenta esta formação social. O leitor será apresentado a esta análise no próximo item desta seção.

Por ora, nossa análise preocupa-se em precisar categorias elementares sem as quais a análise do modo de produção escravista colonial torna-se inviável.

Até o momento minuciamos, de forma articulada, o conjunto de elementos mobilizados no processo de trabalho a que Marx denomina de **forças produtivas**. Estes elementos não se desassociaem na realidade e, apenas à custa de cuidadosa concessão em nível didático expositivo, poderiam ser analisados isoladamente; isto

³² “Considerando-se o processo inteiro do ponto de vista de seu resultado, do produto, aparecem ambos, meio e objeto de trabalho, como meios de produção” (Marx, 1985a, p. 151).

porque, juntos, operam no marco de determinadas relações: as relações de produção. Tal elucidação se mostra relevante, uma vez que, em Marx, o modo de produção figura como a articulação entre forças produtivas e relações de produção, sendo essa articulação “extremamente complexa, variando ao longo da história e exigindo, para a sua compreensão, análises rigorosas e detalhadas” (Netto, Braz; 2012, p. 60).

Estabelecidas algumas precisões categoriais, convidamos o(a) leitor(a) a ingressar em nossa argumentação sobre o fundamento da formação social escravista: o modo de produção escravista colonial.

De tudo que foi exposto, estamos aptos a considerar a concepção de Gorender acerca do modo de produção para além do que foi exposto no início deste item. O referido autor afirma, condizentemente com a perspectiva marxiana, que “o modo de produção é, assim, por si mesmo, um modo de *reprodução* continuado das relações de produção e das forças produtivas” (Gorender, 2016a, p 58). Nesta definição, Gorender dialoga com o que afirma Marx quando analisa em *O Capital*, no capítulo da reprodução simples, o processo de produção comum a todas as formas sociais. Vejamos:

Qualquer que seja a forma social do processo de produção, este tem de ser contínuo ou percorrer periodicamente, sempre de novo, as mesmas fases. Uma sociedade não pode parar de consumir, tampouco deixar de produzir. Considerado em sua permanente conexão e constante fluxo de sua renovação, todo processo social de produção é, portanto, ao mesmo tempo, processo de reprodução. As condições da produção são ao mesmo tempo as condições da reprodução. Nenhuma sociedade pode produzir continuamente, isto é, reproduzir, sem retransformar continuamente parte de seus produtos em meios de produção ou em elementos da nova produção (Marx, 1985b, p. 153).

A repetição contínua do processo de produção, ainda que em escala simples, marca todas as formações sociais. Isto pode ser verificado no processo de produção do escravismo colonial:

A subsistência da organização social escravista através de muitas gerações sucessivas só se verificou, evidentemente, porque não lhe faltou a possibilidade de ininterrupta renovação dos fatores desgastados em cada ciclo produtivo. Na atualização dessa possibilidade residiu a reprodução continuada do processo social de produção inerente ao escravismo colonial. **Mas a reprodução do processo social de produção não é tão somente a renovação dos elementos materiais da produção como, por igual, a reprodução constante das relações de produção específicas de cada modo social de produção** (Gorender, 2012, p. 585, grifo nosso).

A reprodução do modo de produção escravista colonial manifestava-se, além de na reprodução dos elementos materiais da produção, na reprodução incessante das relações de produção escravistas, em que “cada ciclo produtivo anual renovava os elementos materiais, físicos, do ciclo produtivo seguinte e, ao mesmo tempo, recriava as relações sociais de dominação e exploração baseadas no trabalho escravo” (Gorender, 2012, p. 585).

Se quando tratada em referência ao modo de produção capitalista a reprodução simples consiste em mera abstração teórica³³, isso não é de toda verdade quando se trata dos modos de produção anteriores ao capitalismo. Nestes modos de produção, “a reprodução ampliada, ainda quando não imperativa de um ciclo produtivo a outro, acaba por afirmar-se, a longo prazo, como resultado [...] do desenvolvimento qualitativo das forças produtivas” (Gorender, 2012, p. 583).

Qualquer que seja o modo de produção, a *acumulação de meios de produção* constitui premissa da expansão da produção ou, o que é o mesmo, da sua reprodução ampliada. **Devemos, pois, propor-nos a indagação se o modo de produção escravista colonial possuía a possibilidade interna de acumulação ou se lhe seria absolutamente indispensável a introdução de recursos externos financiados por capitais externos, sempre que se tratasse da expansão da produção** (Gorender, 2016a, p. 583, grifo nosso).

Criticando a elaboração esquemática de Fernando Novais³⁴, Gorender (2016a) enfatiza esta questão sob outro prisma: parte da concepção de que as relações entre o capital mercantil europeu e os escravistas coloniais se desenvolviam contraditoriamente sobre a base dos preços de monopólio na comercialização dos produtos escravistas exportados. O autor dedica o capítulo XXIV da sua obra para investigar essa questão, momento em que analisa o financiamento da produção e a circulação mercantil.

Sobre o financiamento originário deste modo de produção, anota:

O estabelecimento do modo de produção escravista colonial, pela maneira como ocorreu, deve supor a aplicação concentrada de recursos acumulados antes do seu surgimento. **Ao se decidirem pela instalação de plantagens,**

³³ “A reprodução simples em escala constante aparece, nesse sentido, como uma abstração, na medida em que, por um lado, a ausência de toda acumulação ou reprodução em escala ampliada é uma suposição estranha sobre a base capitalista e, por outro, as condições nas quais se produz não permanecem absolutamente inalteradas (o que aqui se pressupôs) no decorrer dos anos.” (MARX, 2013, p. 498).

³⁴ “Do ponto de vista do esquema elaborado por Fernando Novais, a acumulação no interior do escravismo colonial somente é concebível como puro acidente. A própria reprodução simples estaria a todo momento ameaçada pelo ‘sentido’ do antigo sistema colonial.” (Gorender, 2016a, p. 587).

os colonizadores pioneiros tiveram de dispor de fundos indispensáveis à aquisição de escravos e de meios de produção. A fase inicial do modo de produção requereu, assim, um financiamento originário, e este se fez à custa de recursos previamente acumulados pelos conquistadores europeus (Gorender, 2016a, p. 536, grifo nosso).

A reprodução contínua do modo de produção escravista colonial se deu pela “engrenagem institucionalizada entre a função de produção, de um lado, e as funções de financiamento e de circulação, de outro” (Gorender, 2016a, p. 537). A função de produção a que se refere o autor diz respeito à forma de organização da produção no escravismo colonial, enquanto as funções de financiamento e de circulação referem-se ao padrão de financiamento e de comercialização incorporado ao modo de produção escravista colonial. Esta articulação será objeto de análise do item que trata das principais categorias do modo de produção escravista colonial, mais precisamente em seu subitem a *organização da produção escravista*.

Sobre as formações sociais, Gorender aponta para a possibilidade de as formações sociais conterem mais de um modo de produção³⁵. Ocorre que apenas o modo de produção dominante determina o caráter da formação social. Em suas palavras:

As formações sociais podem conter um único modo de produção, o que lhes atribuirá homogeneidade estrutural. **Podem conter, no entanto, vários modos de produção, dos quais o dominante determinará o caráter geral da formação social.** Comumente, os próprios modos de produção não são puros, mas encerram categorias insuficientemente desenvolvidas ou decadentes, que representam embriões ou sobrevivências de modos de produção diferentes (Gorender, 2016a, p. 58, itálico do autor, negrito nosso).

[...] **as formações sociais não se reduzem aos modos de produção.** Compõem-se de modos de produção e formas de consciência social e instituições que os homens criam coletivamente sobre a base do modo de produção. **Estrutura (modo de produção) e superestrutura (formas de consciência e instituições) se englobam e se articulam em cada formação social.** A categoria de formação social seria dispensável se a concepção marxista da sociedade humana se prendesse unicamente ao modo de produção. No estudo das formações sociais e dos modos de

³⁵ José Paulo Netto e Marcelo Braz também destacam a coexistência de modos de produção em uma formação social, no entender desses autores: “[...] a análise histórica demonstra que, nas sociedades que sucederam à comunidade primitiva, havendo sempre um modo de produção dominante, ele subordina formas remanescentes de modos já substituídos, formas que se apresentam como vestígios mais ou menos fortes do passado – podendo mesmo, em certos casos, ocorrer a combinação de formas de mais de um modo de produção numa sociedade determinada. Por isso, emprega-se a expressão formação econômico-social (ou, simplesmente, formação social) para designar a estrutura econômico-social específica de uma sociedade determinada, em que um modo de produção dominante pode coexistir com formas precedentes (e, mesmo, com formas que prenunciam elementos a se desenvolverem posteriormente)” (Netto, Braz; 2012, p. 74-75, grifo original).

produção, a economia política se une à sociologia e à ciência da história (Gorender, 2016a, p. 61, grifo nosso).

A vasta extensão de terras sem cultivo no território brasileiro permitiu que o modo de produção escravista colonial, do qual estamos tratando neste item como fundamento da formação social escravista, convivesse com outro modo de produção que “surge com o passar do tempo [...] e [inclui] grandes massas da população, a metade desta provavelmente além dos meados do século XIX” (Gorender, 2016a, 332): o modo de produção dos pequenos cultivadores não escravistas. Enquanto o primeiro figura como o modo de produção dominante da formação social escravista, assentando-se no trabalho coercitivo e na propriedade latifundiária, este último modo de produção, predominantemente de autossubsistência, caracteriza-se como um modo de produção “secundário” ao modo de produção escravista colonial, assentando-se na propriedade ou na posse de terra. Caracterizava-se pelo nomadismo³⁶ e por uma produção voltada à subsistência (em que parte dela era mercantilizada).

O modo de produção dos pequenos cultivadores não escravistas “[...] deve ser pensado em sua identidade categorial como inteiramente distinto do modo de produção escravista colonial e em antagonismo com este” (Gorender, 2016a, p. 332). Todavia, o autor de *O escravismo colonial* adverte que o modo de produção dos pequenos cultivadores não escravistas, apesar de “marginal”, não deve ser pensando apartado da formação social escravista, mas sim integrado em sua dinâmica econômica e cultural. Sua análise, portanto, não deve ser isolada desta formação social, uma vez que a organização econômica dos agregados e posseiros constituiu um modo de produção específico integrado à dinâmica da formação social escravista e, portanto, é uma chave analítica indispensável para a investigação do seu fundamento.

Esses dois modos de produção, um dominante e outro secundário, fundamentam a formação social escravista e, juntos, articulam-se à acumulação primitiva de capital. A premissa de que o modo de produção é a base material da

³⁶ “Característica frequente dessa pequena economia natural era o nomadismo. O ciclo iniciava-se pela queimada da mata virgem – a “coivara” dos indígenas –, e o cultivo esgotava a fertilidade superficial da terra no prazo de poucos anos. Acompanhado da família, o posseiro transferia-se para outro lugar na mata e recomeçava mais um ciclo. Este é o fenômeno dos sítios volantes, cuja produção não ultrapassava o autoabastecimento familiar e que se distinguia, como salientou Alice Canabrava, da lavoura propriamente de subsistência, abastecedora do mercado dos centros urbanos.” (Gorender, 2016a, p. 330).

formação social incorpora os dois modos de produção que marcaram a formação social, ainda que a ênfase ocorra no modo de produção dominante, por este determinar o caráter geral desta formação social e oferecer os elementos basilares da dinâmica explicativa da sociedade.

A chave de análise que direciona a compreensão da particularidade brasileira ancora-se na tese de Jacob Gorender em *O escravismo colonial*, momento em que o autor refuta as teses de que no Brasil colônia tenha se estabelecido um modo de produção feudal ou um modo de produção capitalista. No seu entender, a organização das forças produtivas e das relações de produção no território brasileiro após a invasão e colonização no século XVI estruturou um modo de produção historicamente novo: o modo de produção escravista colonial, modo de produção este que “[...] é inexplicável como síntese de modos de produção preexistentes”, pois o seu surgimento “não encontra explicação nas direções unilaterais do evolucionismo nem do difusionismo” (Gorender, 2016a, p. 88).

A dinâmica particular da realidade brasileira a partir do século XVI deve ser investigada concretamente a partir da compreensão do processo de invasão colonial e de como os elementos externos repercutem na organização do trabalho dos povos originários. Com isso, o autor supracitado aponta para a incapacidade de explicar a transição a novas formas de organização no território brasileiro a partir da síntese das contradições desenvolvidas nas relações no próprio território.

Nas palavras do autor:

O escravismo colonial surgiu e se desenvolveu dentro de determinismo socioeconômico rigorosamente definido, no tempo e no espaço. Deste determinismo de fatores complexos, precisamente, é que o escravismo colonial emergiu como um modo de produção de características *novas*, antes desconhecidas na história humana. **Nem ele constituiu repetição ou retorno do escravismo antigo [...] nem resultou da conjugação sintética entre as tendências inerentes à formação social portuguesa do século XVI e às tribos indígenas** (Gorender, 2016a, p. 88, grifo nosso).

As relações de produção específicas do escravismo colonial não foram acidentes históricos, ou como afirma Gorender, “invenção arbitrária fora de qualquer condicionamento histórico”; constituem-se, ao contrário, a partir de determinações socioeconômicas específicas, cuja complexidade e processualidade histórica não podem ser explicitadas de modo unilateral (Gorender, 2016a, p 88).

Em passagem que articula a formação social escravista com o modo de produção escravista colonial, Gorender assevera que “a formação social escravista teve no Brasil peculiaridades que só nele se encontrarão”, todavia destaca que o modo de produção escravista colonial, “[...] em sua concreticidade conceitual, como pensamento da concreticidade empírica, correspondeu à mesma categoria histórica que existiu em todos os países escravistas do continente”.

Pelo exposto, estamos aptos a inferir que, no Brasil, este modo de produção, como modo de produção dominante, explicita suas maiores contradições, pois, em seu entender, “poucos países oferecem, tanto quanto o Brasil, os elementos fatuais adequados à compreensão de tal categoria, uma vez que, justamente aqui, o escravismo colonial teve duração e riqueza de determinações maiores do que em qualquer outra parte” (Gorender, 2016a, p. 92).

Antes de abordar as principais categorias do modo de produção escravista colonial, é necessário destacar que, apesar de escravista, este modo de produção não consiste numa reprodução do escravismo antigo. Caracteriza-se, na verdade, como uma forma de escravidão historicamente determinada, vinculada ao sistema colonial e, por isso, denominada de *escravidão colonial, consolidando um modo de produção historicamente novo*: o modo de produção escravista colonial.

Este modo não se aparta do processo de reprodução ampliada do capital em nível global, pois, diferentemente do escravismo antigo, que figurou na história num período em que o capitalismo ainda não existia, o escravismo moderno articula-se ao sistema de expansão capitalista europeia. Por isso é possível, e antes de tudo necessário, utilizarmos as categorias da crítica da economia política na investigação do trabalho escravo e do modo de produção ao qual se associa.

Nossa análise mobiliza categorias da crítica da Economia Política para investigar e articular a dinâmica escravista colonial ao processo de consolidação capitalista. Essas instâncias coexistem, senão vejamos: foi imprescindível ao sistema capitalista o papel atribuído ao trabalho escravo na produção escravista colonial, bem como as terras monocultoras da América para a produção de mercadorias tropicais destinadas ao desenvolvimento industrial da metrópole, apesar de à primeira vista “[...] parecer um paradoxo o fato de que na mesma época em que na Europa se implantava o trabalho livre, no Novo Mundo criavam-se distintas formas de trabalho compulsório” (Ianni, 1978, p. 3). O capitalismo mercantil dinamiza o modo de produção escravista colonial, retroalimentando-se desta dinâmica.

Moura (2020, p. 72-73) destaca a consolidação do escravismo a partir da chegada de Dom João VI no Brasil³⁷, em 1808. A abertura dos portos às nações permitiu a quebra do monopólio colonial, liberando, a despeito de alguns limites, o comércio internacional. Contudo, essa liberdade não tem grande significação para o nosso país no que concerne à livre escolha de mercado, “[...] pois todas as nações que poderiam ser clientes dos nossos produtos estavam envolvidas nas guerras napoleônicas, restando-nos a Inglaterra como última alternativa”. Por este motivo, a forma de produção de valor com base no trabalho escravo não se altera; as mudanças deste período ocorrem, portanto, no nível de superestrutura.

Em *História Econômica do Brasil*, Caio Prado Jr analisa a quebra do monopólio colonial e a liberação do comércio internacional, denominando o período entre 1808 (chegada do príncipe regente ao Brasil) e 1850 (promulgação da Lei Eusébio de Queirós) de “era do liberalismo”. Moura (2020, p. 73), todavia, direciona um maior grau de precisão à análise caiopradiana ao acrescentar que se trata de um *liberalismo escravista*, pois “[...] o seu discurso liberal ia até os limites das relações existentes e a sociedade civil brasileira continuava não admitindo a população escrava nos seus quadros institucionais”.

Com este indicativo, avançamos à análise das principais categorias do modo de produção escravista colonial.

3.2 O escravizado como mercadoria e como produtor de mercadorias

O modo de produção escravista colonial, como fundamento da formação social escravista, possui duas categorias elementares de análise: a escravidão e a forma plantagem. Gorender dedica a primeira parte da sua principal obra à investigação dessas categorias. O presente item, subdividido em dois momentos, busca empreender uma análise à luz da perspectiva gorendiana, articulado ao exposto no item anterior.

³⁷ “A vinda de Dom João VI para o Brasil (1808), acompanhado de sua Corte, com magistrados, nobres, militares, corpo diplomático, intelectuais, conselheiros, clero e políticos, num total de cerca de 10 mil pessoas, determinou uma série de modificações de comportamento e de interesses na cidade do Rio de Janeiro.” (Moura, 2020a, p. 72).

No primeiro item desta seção apresentamos a compreensão o modo de produção a partir da articulação de duas categorias essenciais: as relações de produção e as forças produtivas. Naquele momento, anunciamos a exposição categorial como pré-requisito para particularizar essas categorias no modo de produção escravista colonial, sobretudo porque concordamos que “[...] o particular não é um exemplo do geral, e sim a existência do geral mais rica de determinações que o próprio geral” (Gorender, 2016a, p. 77). Sob esta orientação, cabe investigar neste momento o que alguns estudiosos de Marx não levam devidamente em consideração: a mediação da exposição categorial em Marx com a formação social brasileira.

Direciona nossa análise a compreensão de que, no Brasil, o núcleo fundante da questão social (o antagonismo irreconciliável entre capital e trabalho) carrega uma herança colonial e escravista enraizada na base de constituição da questão social no país. Esta análise, a partir das particularidades do desenvolvimento capitalista dependente, perpassa, inevitavelmente, pela compreensão da formação sócio-histórica brasileira, conexão que será desnudada ao leitor na abertura da próxima seção.

Necessário é, neste momento, interpretar a questão social no Brasil, fundamentada no que nos caracteriza como formação social particular. A formação sócio-histórica, como um dos eixos de fundamentação do projeto de formação profissional, deve direcionar a compreensão da questão social na particularidade brasileira, o que aproxima a formação do exercício profissional e amplia a capacidade de compreensão das demandas inerentes à sociedade brasileira que requerem a intervenção do assistente social nos mais diversos espaços sócio- ocupacionais.

Essa orientação corrobora a necessária refutação à danosa concepção de uma prática profissional dissociada do universo teórico, concepção esta que desconsidera a apropriação teórica proporcionada pela formação básica como elementar para a resposta qualificada às demandas sociais impostas ao assistente social nos espaços sócio-ocupacionais, e desconsidera, ainda mais, o sentido da teoria para uma profissão eminentemente interventiva, a exemplo do Serviço Social³⁸.

³⁸ Não é propósito desta tese responder a estas indagações, todavia o leitor interessado em aprofundar esta questão deve consultar, entre outras referências, o texto da Yolanda Guerra “No que se sustenta a falácia de que ‘na prática a teoria é outra?’”, assim como o livro “Na prática a teoria é outra?”, de Cláudia Mônica dos Santos.

No limite desta exposição, que neste momento investiga as principais categorias que fundamentam a formação social escravista, reivindicamos a superação do debate abstrato conceitual e das análises meramente historiográficas. Na esteira deste processo, nos unimos a qualificados pesquisadores da área, na busca pela significação da particularidade brasileira articulada à totalidade da (re)produção do capital. Convidamos (a) leitor(a) a acompanhar esta empreitada nas páginas que seguem.

O escravizado consiste num elemento central para a compreensão do que significou o modo de produção escravista colonial. Marginalizar teoricamente esta centralidade significa retirar de cena a compreensão do significado da formação social brasileira.

O foco do interesse interpretativo se concentrou sucessivamente em outras categorias, que serviram de elemento-chave à reconstrução conceitual do passado. **O escravo, está claro, sempre figurou no quadro geral, mas explicado por este e não o explicando.** Como se devesse ocupar na hierarquia teórica o mesmo lugar subordinado que ocupara na hierarquia social objetiva (Gorender, 2016a, p. 49, grifo nosso).

A título de exemplificação do afirmado, destaca-se que uma das primeiras tentativas de interpretação sociológica do Brasil, elaborada por Gilberto Freyre e Oliveira Viana, atribuiu centralidade à classe senhorial e, com isso, “modelou a história de uma sociedade patriarcal e aristocrática”. Esses dois autores, apesar de suas divergências³⁹, “incluíram a sociedade patriarcal na tipologia feudal” (Gorender, 2016a, p. 50).

Esta linha interpretativa do Brasil dialoga “com o quadro histórico e os mesmos elementos sistemáticos” (Gorender, 2016a, p. 50) mediante a elaboração teórica acerca da sociedade feudal no Brasil, sumariada na apresentação desta seção. Isto não autoriza o(a) leitor(a) a inferir que estes autores compactuam de uma perspectiva ideológica convergente com a de Nelson Werneck Sodré – principal expoente da linha de interpretação que explica a constituição da sociedade brasileira a partir do feudalismo. O diálogo entre as perspectivas destes autores em nenhuma circunstância refere-se à vinculação ideológica, mas sim ao quadro histórico explicativo.

³⁹ No entender de Gorender, “se Oliveira Vianna legitimou a aristocracia escravista brasileira pela superioridade racial, o antirracismo de Gilberto Freyre deixa margem explícita a uma legitimação análoga pela presumida superioridade genética dos stocks, das estirpes ou das etnias.” (Gorender, 2016, p. 50).

A vinculação teórica que caracteriza a sociedade brasileira a partir de um modo de produção feudal realiza uma leitura do escravismo e, por conseguinte, do escravizado, cuja importância é de caráter secundário, pois nas duas variações em que esta tendência se expressa, o escravismo e o escravizado não figuram como eixos explicativos desta formação social.

Gorender (2016a) considera que a primeira delas, defendida por Alberto Passos Guimarães, sustenta a tese de que o feudalismo se baseou em relações escravistas e, diante da primazia ofertada ao latifúndio, essas relações eram tidas como secundárias. A segunda, defendida por Nelson Werneck Sodré, advoga a existência restrita do escravismo, que logo submerge à formação feudal. Nessa situação, o latifúndio e não o escravizado/escravismo figura como categoria central de análise.

Este preâmbulo reafirma ao leitor o que foi assinalado na introdução desta tese: o escravismo como categoria central de análise da formação social brasileira com vistas à compreensão da particularidade da questão social no país. Ante o exposto, este item apresenta o escravizado como o principal elemento do modo de produção escravista colonial, cujos fundamentos foram analisados no item anterior. O elemento mais importante do modo de produção escravista colonial, ao passo que figurou como mercadoria, inseriu-se na dinâmica de produção de riqueza como produtor de mercadorias.

O ser escravizado implica, necessariamente, uma condição: ser propriedade, uma propriedade viva, de outro ser humano. Na sua condição de propriedade, o escravizado é uma coisa, uma “mercadoria ao mesmo título que as demais mercadorias; sujeito a idênticas relações de compra e venda, o escravizado era livremente alienável” (Gorender, 2016a, p. 112). A condição de livremente alienável, no entender do autor em tela, refere-se à capacidade de o escravizado ser transacionado de todas as formas nas relações mercantis.

Ademais, o direito de propriedade permite ao senhor de escravizados

[...] alugar os escravos, emprestá-los, vendê-los, doá-los, transmiti-los por herança ou legado, constituí-los em penhor ou hipoteca, desmembrar da sua propriedade o usufruto, exercer, enfim, todos os direitos legítimos de verdadeiro dono ou proprietário. Como propriedade, está ainda o escravo sujeito a ser sequestrado, embargado ou arrestado, penhorado, depositado, arrematado, adjudicado, correndo sobre ele todos os termos sem atenção mais do que à propriedade nele constituída (Gorender, 2016a, p. 113).

Na análise do escravizado como mercadoria, importa compreender o que Gorender denomina como “lei da inversão inicial de aquisição do escravo” enquanto uma das leis específicas do modo de produção escravista colonial.

O empregador capitalista não compra o operário, mas contrata com ele o fornecimento de sua força de trabalho por determinado tempo. A existência do servo é simultaneamente pressuposto e decorrência da propriedade dominial. **Já o escravista só terá o escravo se o adquirir e, para tanto, precisa realizar um investimento, um adiantamento de recursos.** Esta inversão prévia – a inversão inicial de aquisição do escravo – constitui categoria econômica absolutamente específica do escravismo (Gorender, 2016a, p. 207).

No trecho acima, o autor assinala a especificidade da aquisição de escravizados como propriedade. Pelo que configura o escravismo, “só a propriedade de escravizados – de homens tratados como coisas – garante a continuidade do processo de produção” (Gorender, 2016a, p. 209). À vista disso, o referido autor destaca a funcionalidade do escravizado ao escravismo, fato este que resume sua racionalidade específica.

A relação de compra e venda da força de trabalho no capitalismo, por seu turno, envolve um contrato de fornecimento de mercadorias: o contrato de compra e venda da força de trabalho. O capitalista realiza o processo de produção a partir da simbiose de mercadorias que lhe pertencem: força de trabalho e meios de produção, remunerando o trabalhador com parte da mais-valia produzida no processo de exploração do trabalho.

A mercadoria força de trabalho pertence ao capitalista, e não o trabalhador por inteiro. O custo desta força de trabalho só será pago a partir do momento em que esta gera riqueza. No escravismo há uma *inversão inicial* na aquisição da força de trabalho, momento em que é necessário realizar um investimento e adiantar recursos para adquirir um escravizado.

Se calcularmos que cerca de 10 milhões de africanos entraram no Brasil via tráfico internacional, no período que vai do início do século XVI ao meado do século XIX, adquiridos pelos senhores durante a Colônia e por outros setores interessados nesse tipo de mão de obra até a época da extinção do tráfico, podemos imaginar, aproximadamente, as proporções das despesas que eles tiveram com esse tipo de investimento e os lucros que proporcionaram aos traficantes. Era um tipo de investimento inicial oneroso e de curta duração, se levarmos em conta que a vida útil do escravo era de sete a dez anos, sem incluirmos entre os riscos possíveis as constantes fugas individuais, a formação de quilombos, as guerrilhas nas estradas, os suicídios e as insurreições urbanas (Moura, 2020a, p. 63).

O escravizado, como ser humano, pertencia ao seu comprador. O tráfico de escravizados africanos à época do mercantilismo envolvia a figura do traficante africano e europeu, consistindo num dos negócios mais lucrativos à época do mercantilismo. Lucrativo, pois o traficante africano não tinha custo na obtenção de escravizados e, assim, trocava-os de forma simples por uma diversidade de produtos; os escambiava não objetivando a obtenção de valores de troca, mas sim valores de uso.

Os traficantes europeus envolvidos nesta troca adquiriam escravizados “[...] por um preço que, juntando todos os gastos feitos, não representaria senão uma pequena fração do preço final no mercado americano; pois enquanto o escravizado não tinha valor na África, o contrário sucedia do outro lado do Atlântico” (Gorender, 2016a, p. 173). A quase sempre gigantesca margem de lucro entre a aquisição e vendas de escravizado acontecia porque:

Aqui, o escravo apresentava-se desde logo como mercadoria, com um custo inicial determinado e com um preço final a ser fixado pela correlação entre demanda e oferta no momento dado. A diferença entre os preços no mercado vendedor e no mercado comprador podia ser, em consequência, muito ampla e propiciar um lucro excepcional em comparação com outras aplicações do capital mercantil (Gorender, 2016a, p. 173).

O processo mais regular e típico da inversão inicial estudada por Gorender (2016a) consiste na compra do escravizado. A comercialização a partir dos traficantes de escravizados situa-se na esfera da circulação, e a compra aparece como aplicação de capital-dinheiro.

Ao finalizar o ciclo de operações, depois de vendido o escravo comprado na África a um plantador no Brasil, o capital-dinheiro adiantado pelo traficante devia voltar a ele acrescido do lucro. Mas este acréscimo independe de criação de valores (Gorender, 2016a, p. 208-209).

A esfera da circulação não fornece os elementos necessários à compreensão do sentido econômico da inversão inicial de aquisição do escravizado. É necessário o mergulho investigativo na instância da produção a fim de compreender como se relacionam, nesta esfera, o escravizado e o plantador. Este, ao adiantar recursos para a compra de escravizados, objetiva recuperá-los com um acréscimo.

Sob esta orientação, o plantador – diferentemente do traficante – não atua na esfera da circulação, mas sim da produção. Por conseguinte, “o acréscimo do valor

adiantado deverá resultar agora do emprego produtivo do escravo” (Gorender, 2016a, p. 209).

Ao comprar o escravo, o plantador adquiriu o direito de dispor de sua força de trabalho a vida inteira. A compra do escravo encerra função econômica precisa: a de assegurar ao plantador uma força de trabalho permanentemente disponível [...]. A fim de ser produtiva, a força de trabalho do escravo terá de ser usada. O trabalho constitui o processo vivo de uso da força de trabalho. A compra do escravo simplesmente o colocou à disposição do dono sem ainda dar a este o uso produtivo da força de trabalho. A fim de usá-la, o plantador não poderá limitar-se ao dispêndio feito no ato da compra, mas terá de levar a efeito um novo dispêndio: o do sustento do escravo. Este precisará receber, dia a dia, alimentos, vestuário, abrigo, tempo de repouso, remédios nas eventualidades de doenças etc. Se não for sustentado, o escravo se tornará incapaz de trabalhar e de nada servirá a compra efetuada pelo plantador. Não altera o raciocínio o fato de o sustento do escravo efetivar-se em nível baixíssimo (Gorender, 2016a, p. 209).

Esse trecho apresenta um elemento essencial: o sustento do escravizado é financiado pela sua própria produção. Isto significa que no escravismo, mesmo o plantador tendo o escravizado como sua propriedade, não está isento de ceder uma parte do seu tempo de trabalho para garantir o seu sustento. Se assim não procedesse, o plantador inviabilizaria a continuidade da produção. Dessa forma “só o excedente acima do trabalho necessário, ou seja, só o sobretrabalho do escravizado é que se tornava apropriável pelo escravista” (Gorender, 2016a, p. 210). Já não é novidade ao leitor que acompanha esta jornada desde a seção inicial que trabalho necessário e trabalho excedente são grandezas inversamente proporcionais.

Ceder ao escravizado uma parte do tempo de trabalho para garantir o seu sustento significa reduzir a parcela de trabalho excedente de que o plantador irá apropriar-se. Gorender infere que enquanto na aparência⁴⁰ do trabalho assalariado, o salário remunera o trabalho por inteiro, ocultando o fato de esta remuneração corresponder apenas ao trabalho necessário, no escravismo esta aparência apresenta-se ao inverso: o trabalho se mostra por inteiro como trabalho não pago, desconsiderando o dispêndio necessário ao sustento do escravizado.

O autor destaca a existência de

[...] dois dispêndios do escravista *inteiramente distintos*: o do preço de compra do escravo e o do seu sustento. O preço de compra do escravo não é pago a este, porém ao seu vendedor, personagem que nenhuma relação entretém com o processo de produção. O traficante embolsa a soma pela qual vendeu

⁴⁰ A apresentação metodológica desta tese revela de que forma se manifesta a aparência no sistema capitalista, bem como a necessária relação entre aparência e essência.

o escravo e desaparece com ela. O comprador do escravo diminuiu sua fortuna em dinheiro no montante correspondente ao preço de compra e se vê face a face com o escravo que se tornou sua propriedade. De direito, é proprietário também de toda a produção que o escravo venha a realizar. Na prática, o uso da força de trabalho do escravo implica a cessão em favor dele de uma parte da sua produção. Do ponto de vista do senhor do escravo, trata-se de um novo dispêndio. Enquanto, porém, o primeiro dispêndio – o do preço de compra – se deu fora do processo de produção, o segundo – o do sustento do escravo – se dá *dentro* dele (Gorender, 2016a, p. 210, itálicos do autor).

Na esteira desse processo, ressalta-se a relação entre trabalho e castigo no sistema escravista. O escravizado “é inimigo visceral do trabalho, uma vez que neste se manifesta totalmente sua condição unilateral de coisa apropriada, de instrumento animado”. No exercício da sua humanidade, o escravizado rechaça o trabalho numa reação à coisificação a que é submetido; com isso, seu senhor lhe confere constantes ameaças e castigos físicos⁴¹.

Gorender (2016a) recorre a uma citação de Thomas Davatz⁴² para demonstrar a naturalização, do ponto de vista escravista, ao castigo:

Eles [os negros] sabem que são espoliados, e isso deve tornar-lhes ainda mais amargos os espancamentos e outros maus-tratos que sofrem [...]. Também é preciso ter em mente que muitos negros deixam de trabalhar bem se não forem convenientemente espancados. E se desprezásemos a primeira iniquidade a que os sujeitam, isto é, sua introdução e sua submissão forçadas, teríamos de considerar em grande parte merecidos os castigos que lhes impõem os seus senhores (Davatz *apud* Gorender, 2016a, p. 103).

O alto custo da vigilância torna-se, mais que em qualquer outro modo de produção, uma característica inerente à dinâmica econômica escravista e

[...] tem, *grosso modo*, um peso específico pelo menos quatro vezes mais alto no escravismo com relação ao capitalismo. É que no escravismo a oposição do trabalhador ao explorador se manifesta, mais do que em qualquer outro modo de produção, sob o aspecto de oposição ao próprio trabalho (Gorender, 2016a, p. 108).

Durante um longo período do modo de produção escravista colonial, era volumoso o investimento para a aquisição do escravizado, o que exigia, em contrapartida,

[...] um alto padrão de exploração do trabalho; sem isso, o empreendimento não seria econômico. Somente a escravidão, com o seu rígido aparelho de dominação e controle, poderia satisfazer os requisitos exigidos para que a

⁴¹ Uma característica dos regimes escravistas, sem exceções nacionais, é que conferem ao senhor o direito privado de castigar fisicamente o escravo. (Gorender, 2016a, p. 113).

⁴² Colono suíço que viveu numa fazenda paulista de café em meados do século XIX.

empresa colonial fosse um sistema lucrativo a vendedores e compradores (Moura, 2020a, p. 65).

A utilização de mão de obra escravizada no Brasil, durante o período colonial, insere-se na dinâmica de desenvolvimento do capitalismo europeu atrelada à necessidade de maximização das taxas de lucro. No entender de Melo (2009), o pacto colonial com Portugal fez com que o Brasil assumisse a função de instrumento de acumulação de capital no sistema colonial-mercantil.

A economia colonial consistiu numa economia de *plantation*, baseada na monocultura do açúcar, o qual era produzido em grandes latifúndios com mão de obra escrava. Vidal (2006) acrescenta que:

O mercado europeu de produtos tropicais, vale dizer, o próprio capitalismo mercantil europeu, constituiu o fator preponderante para a formação socioeconômica do Nordeste brasileiro, seja diretamente pela constituição de setores exportadores – destacando-se inicialmente o do açúcar e posteriormente o do algodão – ou por meio de seus reflexos, isto é, pela formação de setores economicamente periféricos, sobretudo a pecuária extensiva e o setor da agricultura de subsistência (Vidal, 2006, p. 8).

Além de mercadoria, o escravizado também era produtor de mercadorias no processo de produção de riquezas do escravismo colonial. O processo de trabalho no referido modo de produção caracterizou-se pela separação entre meios de produção e trabalhadores. A terra, fértil e abundante em território brasileiro, figurou como principal meio de produção, sendo segregada ao trabalhador escravizado na condição de escravo e quando liberto. No item 3.3 apresentamos uma análise acerca deste aspecto.

Neste momento em que investigamos o escravizado como mercadoria e como produtor de mercadorias, cumpre destacar que a condição de mercadoria do escravizado conduz Octavio Ianni na defesa da tese do ser escravizado como parte do capital constante no modo de produção escravista colonial. A nosso ver, conceber a compra do escravizado como um investimento em capital fixo aniquila as possibilidades de compreender a formação socioeconômica do Brasil, bem como os processos de luta e resistência no período do escravismo colonial, próximo item da nossa análise.

Ianni não é único na defesa da tese do negro escravizado como parte do capital fixo; autores como Nelson Werneck Sodré, Ciro Cardoso e Celso Furtado também

incorrem nesta defesa. Eis o que este último autor assevera quando compara a força de trabalho escrava às instalações de uma fábrica:

A mão-de-obra escrava pode ser comparada às instalações de uma fábrica: a inversão consiste na compra do escravo, e sua manutenção representa custos fixos. Esteja a fábrica ou o escravo trabalhando ou não, os gastos de manutenção terão de ser despendidos. Demais, uma hora de trabalho do escravo perdida não é recuperável, como ocorreria no caso de uma máquina que tivesse de ser impreterivelmente abandonada ao final de um dado número de anos. É natural que não podendo utilizá-la continuamente em atividades produtivas ligadas diretamente à exportação, o empresário procurasse ocupar a força de trabalho escravo em tarefas de outra ordem, nos interregnos forçados da atividade principal. Tais tarefas vinham a ser obras de construção, abertura de novas terras, melhoramentos locais, etc (Furtado, 2005, p. 37).

Nessa corrente também se enquadra Caio Prado Jr, para quem:

O escravo corresponde a um capital fixo cujo ciclo tem a duração da vida de um indivíduo; assim sendo, mesmo sem considerar o risco que representa a vida humana, **forma um adiantamento a longo prazo de sobretrabalho eventual a ser produzido; e portanto um empate de capital.** O assalariado, pelo contrário, fornece aquele sobretrabalho sem adiantamento ou risco algum. Nestas condições, o capitalismo é incompatível com a escravidão; o capital, permitindo dispensá-la, a exclui (Prado Jr., 1981, p. 129, grifo nosso).

No trecho destacado, sobressai que a correspondência do escravizado a capital fixo sustenta-se no fato de sua compra caracterizar-se como uma obstrução de capital, uma vez que o adiantamento de capital para a compra do escravo representa um investimento de longo prazo no sobretrabalho que eventualmente será produzido.

De fato, o investimento na compra do escravo “[...] é desembolsado de uma vez e recuperado gradualmente, no curso dos dez ou vinte anos de vida produtiva” (Gorender, 2016a, p. 218). Porém, isto não configura o escravo como um capital fixo; tampouco se encontram indicativos na leitura marxista que autorizem tal caracterização. Esta interpretação decorre certamente de uma compreensão não tão precisa do que afirma Marx no livro segundo de *O capital*.

Ao analisar este aspecto, o autor assevera que

no sistema escravista, o capital-dinheiro, desembolsado na compra de força de trabalho, desempenha o papel da forma dinheiro do capital fixo, somente paulatinamente repostos, até o decurso do período de vida ativa do escravo (Marx, 1985c, p. 474-475).

Não consta no trecho supracitado uma associação do escravizado ao capital fixo. Há, é bem verdade, a afirmação de que o capital-dinheiro utilizado para a compra

do escravizado desempenha a função da *forma dinheiro* do capital fixo. Portanto, numa perspectiva marxista, não há espaço para conceber o ser humano escravizado como capital fixo.

Gorender fornece uma síntese deste processo:

Não é o escravo como tal, como ser humano concreto, com sua força de trabalho concreta, no processo de trabalho concreto, que desempenha o papel de capital fixo, mas o dinheiro aplicado em sua compra se comporta à maneira da forma dinheiro do capital fixo (Gorender, 2016a, p. 218).

Em obra posterior, *A escravidão reabilitada*, este autor fornece elementos mais enfáticos no tocante à recusa da tese do escravizado como capital fixo:

A fim de identificar o escravo como agente histórico, precisamos, a meu ver, partir do que é o escravo justamente no âmbito da economia escravista. Da minha parte despendi o esforço discursivo a meu alcance **para demonstrar que o escravo não é um “capital fixo”, não equivale às máquinas ou a outro bem de capital [...]**. O *dinheiro* gasto na compra do escravo tem uma rotação idêntica à do *dinheiro* gasto na compra de um capital fixo, pois se amortiza também fracionadamente no decurso de vários ciclos produtivos e não de um único. Mas o próprio escravo, como ser concreto e no processo de trabalho, não se identifica como dinheiro equivalente ao seu preço de aquisição, nem com qualquer capital fixo encarnado em instrumentos de produção. **O escravo é o agente subjetivo do processo de trabalho:** todo processo de trabalho possui necessariamente um agente subjetivo, que não deixa de o ser por se tratar de indivíduo coagido e brutalizado. Já no âmago da atividade econômica, o escravo conserva a condição de pessoa humana, em contradição viva com a extrema coisificação que lhe impõem as relações de produção entre cujas tenazes se acha aprisionado. **Aí está, precisamente, o ponto de partida de sua resistência e da possibilidade nunca extinta de sua rebeldia e completa negação da condição de escravo** (Gorender, 2016b, p. 241-242, itálicos do autor, negrito nosso).

Contudo, é preciso ir além das refutações ancoradas em Gorender e fornecer provas ao leitor, fundamentadas em argumentos desenvolvidos pelo próprio Marx. Precisaremos melhor duas categorias apresentadas na segunda seção desta tese, a saber: capital constante e capital variável. Uma leitura atenta do sexto capítulo de *O capital* permite compreender os fatores objetivos e subjetivos do processo de trabalho:

A parte do capital, portanto, que se converte em meios de produção, isto é, em matéria-prima, matérias auxiliares e meios de trabalho, não altera sua grandeza de valor no processo de produção. Eu a chamo, por isso, parte constante do capital, ou mais concisamente: capital constante. A parte do capital convertida em força de trabalho em contraposição muda seu valor no processo de produção. Ela reproduz seu próprio equivalente e, além disso, produz um excedente, uma mais-valia que ela mesma pode variar, ser maior ou menor. Essa parte do capital transforma-se continuamente de grandeza constante em grandeza variável. Eu a chamo, por isso, parte variável do capital, ou mais concisamente: capital variável. **As mesmas partes componentes do capital, que do ponto de vista do processo de trabalho se distinguem como fatores objetivos e subjetivos, como meios de**

produção e força de trabalho, se distinguem, do ponto de vista do processo de valorização, como capital constante e capital variável (Marx, 1985a, p. 171, grifo nosso).

O referido trecho atesta que a força de trabalho, independentemente da formação social, constitui o componente subjetivo do processo de trabalho. Esta precisão categorial mostra-se fundamental à compreensão do sujeito subjetivo do processo de trabalho na formação social escravista.

O escravizado, pela condição de propriedade privada, é disposto como *coisa*, coisificação esta que não se encerra no processo de trabalho, sendo o ser escravizado coisificado também na sua condição de ser humano, como propriedade do senhor. Dito de outro modo: não somente a sua força de trabalho é alienada, mas o ser escravizado como um todo, na sua condição de propriedade do senhor.

No escravismo, a mercadoria aparece diretamente como **produto alienado de um produtor alienado** [...]. Daí a importância das técnicas de repressão e violência, operando tanto no processo produtivo, em sentido estrito, como fora da situação do trabalho (Ianni, 1978, p. 39, grifo nosso).

A dupla alienação refere-se à alienação do ser escravizado como pessoa e como força de trabalho, como mercadoria e como produtor de mercadorias, e decerto impacta consideravelmente na formação de sua consciência de classe. Como já afirmado, o escravizado estabelecia uma relação de repulsa e negação ao trabalho, uma vez que na sua inserção no processo de produção de riquezas era submetido a castigos brutais e a exacerbada violência física, processos que negavam a sua humanidade. Além disso, diante da coisificação do escravizado em si a “[...] única forma de negação à sua coisificação é, conseqüentemente, a negação à sua categoria econômica, ou seja, sua negação como sujeito escravizado” (Lara, Diogo; 2022, p. 75).

A inserção do escravizado no processo de trabalho como *mercadoria e produtor de mercadorias*, em fatigantes condições de trabalho no regime escravocrata, propiciou um extravio de sobretrabalho que proporcionou o desenvolvimento do capitalismo na Europa.

Clóvis Moura, em *Dialética Radical do Brasil Negro*, afirma: “[...] o fundamental para caracterizar um modo de produção são as relações de produção”. Desse modo, segundo o autor, “[...] não podemos deixar de reconhecer que este fato determina todos os outros” (Moura, 2020a, p. 70). Em seu entender:

O trabalho escravo, internamente distribuído e dinamizado através de níveis diferenciados de extração e sobretrabalho e da exploração econômica e extra econômica do escravo, foi o fator que proporcionou a dinâmica que se processou nos outros níveis de interação e ensejou a possibilidade de o sistema colonial desenvolver-se (Moura, 2020a, p. 70).

A análise de Clóvis Moura em *Dialética Radical do Brasil Negro* é indispensável para compreender a questão do escravo como caracterização essencial (de essência), e assim interpretar a dinâmica do escravismo no Brasil a partir das suas contradições estruturais.

Na referida obra, Moura (2020, p. 31) destaca duas fases distintas da escravidão: o escravismo pleno e o escravismo tardio. Caracteriza o escravismo pleno como o momento em que a escravidão vive a sua fase ascendente, de aproximadamente 1550 até a extinção do tráfico internacional de escravos, em 1850. Este mesmo marco inaugura a nova fase do escravismo: o escravismo tardio, vigente até a abolição da escravidão no Brasil (1851-1888). O processo gradual de abolição da escravidão ocorre no lapso temporal do escravismo tardio.

É na vigência dos três séculos de escravismo pleno que o modo de produção escravista colonial⁴³ se estrutura. Este modo de produção “[...] tem como componente estrutural mais importante as contradições entre senhores e escravos. E é essa dicotomia contraditória que lhe é inerente que impulsiona a dinâmica social [...]” (Moura, 2020a, p. 33). Assim,

do ponto de vista teórico mais abrangente (visão de totalidade), temos de destacar que foram as contradições estruturais que determinaram (de forma positiva ou negativa) a dinâmica desse processo e ensejaram, nas suas linhas mais gerais e significativas, do ponto de vista de dinâmica social, **a passagem do escravismo para o trabalho livre** (Moura, 2020a, p. 32, grifo nosso).

As relações mais importantes e secundárias de um modo de produção, analisadas em sua totalidade, indicam:

[...] quais são aquelas relações mais importantes em comparação àquelas secundárias no processo da dinâmica no período estudado. Evidentemente, são encontradas áreas nas quais as relações de frações de classes são pacíficas, neutras e até coloquiais. Elas possibilitam que o modo de produção possa funcionar e estabelecer um espaço no qual o trabalho possa ser

⁴³ Clóvis Moura utiliza em suas análises a nomenclatura *modo de produção escravista*. Contudo, seremos fiéis à terminologia utilizada ao longo desta tese não somente por uma unificação de adoção de termos, mas sim e, sobretudo, pelo modo como compreendemos o fundamento da formação social escravista.

realizado sem choques e com isto se justifique sua existência no campo da segurança social e da produtividade (Moura, 2020a, p. 39).

Contudo, isto não é suficiente para explicar a dinâmica do escravismo, pois “[...] o seu agente motor está justamente no oposto da harmonia e da cooperação”, e “[...] nas contradições de que uma parte da classe produtora do valor se abstém dessa produção. É justamente essa parcela escrava que representa, em diversos graus, a negação do sistema de produção existente” (Moura, 2020a, p. 39). Se a rebeldia fosse uma característica da totalidade dos escravizados, a produção se tornaria inviável e o modo de produção escravista colonial inexistiria, pois a produção é o que justifica e sustenta um modo de produção. Mas se, por outro lado, “[...] todos os escravos fossem disciplinados, fizessem acordos, aceitassem a cultura da escravidão segundo os critérios de concessão do senhor, então, como diria Marx, a história pararia” (Moura, 2020a, p. 40).

Neste momento é necessário tecer análises sobre a condição do escravizado, uma vez que nossa investigação lhe confere centralidade analítica. Moura (2020a, p. 44) explica que o significado, em essência, do *ser escravizado* não pode ser apresentado pelo tratamento que recebe de alguns senhores no que concerne a alimentação e vestimentas. “Sua condição podia, mesmo em certas circunstâncias, ser igualada a algumas categorias de trabalhadores livres europeus”.

Eis um relato de Michel Beaud para ilustrar o afirmado:

[...] ao mesmo tempo, é o brutal aprendizado da disciplina manufatureira. Os mendigos, encerrados nos asilos, devem aprender uma profissão; os ociosos, as moças sapateiras, o pessoal dos conventos pode ser obrigado a trabalhar nas manufaturas; as crianças devem ir ao aprendizado. Para os operários, a missa no início do dia, o silêncio ou cânticos durante o trabalho; as multas; o açoite em caso de erro; a jornada de doze a dezesseis horas; os baixos salários; a ameaça de prisão em caso de rebelião (Beaud *apud* Moura 2020a, p. 44).

Analisando-se superficialmente este relato, seria possível convencer o leitor a estabelecer comparações entre escravos brasileiros e trabalhadores livres da Europa, concluindo que ambos viviam em condições semelhantes. Um exame mais detalhado desta questão aponta que, a despeito de os dois processos serem visivelmente caracterizados como processos de exploração do trabalho, o trabalhador livre

[...] estava sujeito a normas contratuais, isto é, teoricamente voluntárias, e, ao mesmo tempo, participante do mercado e suas flutuações através das oscilações dos salários, do preço de sua força de trabalho e da aquisição de bens de consumo. Ele, mesmo submetido a formas abusivas de coerção,

tinha o direito de mudar voluntariamente de patrão, deixar de trabalhar ou exigir melhor pagamento. Era, por isto mesmo, malgrado as condições opressivas a que estava submetido, um *ser livre*, isto é, um ser que não era dono apenas da sua interioridade (o corpo do escravo pertencia ao senhor), mas dispunha livremente do seu corpo para locomover-se e atuar como agente produtor. Essas regras, mesmo nas condições odiosas expostas acima, tinham de ser respeitadas porque o mercado não podia ser criado independentemente dele, mesmo com a existência do exército industrial de reserva. É verdade que a mercadoria (por ele produzida) não lhe pertencia, mas ele, ao imprimir nela o seu trabalho, criando valor, participava do mercado no nível em que recebia um salário que também agia ativamente no mercado (Moura, 2020a, p. 45, grifo original).

Enquanto o escravo “[...] circulava como mercadoria, idêntica àquela que ele próprio produzia. E é nesse nível de relações econômicas que o escravo é socialmente *coisificado*” (Moura, 2020a, p. 45, grifo original). Diferentemente do trabalhador livre, a relação de trabalho escravo era ausente de qualquer vínculo contratual. Mais do que produtor de mercadorias, o escravo era mercadoria em si, podendo ser comercializado de igual maneira às mercadorias que produzia.

O trabalhador livre pode, dependendo de épocas ou regiões, ter um tratamento mais coercitivo do que o escravo. Mas isto para discipliná-lo no trabalho, quando a critério do patrão não está cumprindo com normas contratuais. Já o escravo era castigado sem necessidade de nenhuma norma de Direito, pois era uma propriedade privada do senhor e sobre ela o Estado não tinha o poder de intervir (Moura, 2020a, p. 46).

Pela condição de propriedade privada do escravizado, de além de produtor de mercadorias, ser, ele mesmo, mercadoria, não é possível comparar esses dois tipos de trabalhadores. A propriedade de si mesmo impede que o trabalhador livre se configure como escravo.

A propriedade sobre o escravo é absoluta. Se ele trabalha de *ganho* em atividade na qual há uma relação monetária ele (escravo) é *exterior* a essa transação, embora a realize materialmente. **Daí acreditarmos que esses escravos, embora privilegiados na divisão do trabalho (quando são escravos de *ganho* ou *alugados* na zona urbana), continuam escravos como os outros** (Moura, 2020a, p. 47, grifo original).

Moura (2020a) sistematiza a estratificação social no interior das relações escravistas, promovendo uma maior racionalidade na divisão do trabalho escravo. Esta estratificação demonstra os espaços sociais ocupados pelos escravos e está sistematizada no quadro 1.

Quadro 1 – Estratificação das relações escravistas no Brasil

Escravidos do eito destinados a atividades extrativas	<ul style="list-style-type: none"> • Na agropecuária nas diversificações regionais. • Escravos ocupados em atividades diretamente extrativas (congonha, borracha, algodão, fumo, etc.) • Na agroindústria dos engenhos de açúcar e suas atividades auxiliares. • Nos trabalhos nas fazendas de café a algodão e outras atividades ligadas a esse processo de produção agrícola. • Escravos da pecuária no Rio Grande do Sul e outras províncias 	
Escravidos da mineração	Escravidado doméstico urbano	<ul style="list-style-type: none"> - escravizados ouvires, - escravizados ferreiros, - escravizados mestres de oficinas, - escravizados pedreiros, - escravizados taverneiros, - escravizados carpinteiros, - escravizados barbeiros, - escravizados calafates, - escravizadas parteiras, - escravizados porreios, - escravizados carregadores em geral.
	Escravidado do eito	<ul style="list-style-type: none"> - Trabalhadores nas minas de ouro; - Extratores de diamantes.
Escravidos domésticos nas cidades e casas grandes em geral	Carregadores de liteiras, Caçadores, Mucamas e demais escravos de serviço doméstico, Amas de leite, Cozinheiras, Cocheiros.	
Escravidos de ganho nos centros urbanos	Barbeiros, Médicos, Vendedores Ambulantes, Carregadores de pianos, pipas e outros objetos. Músicos componentes de orquestras dos senhores, Prostitutas de ganho, Mendigos de ganho.	
Outros tipos de escravizados	Escravos dos cantos (de ganho), Soldados, Escravos do Estado, Escravos dos conventos e igrejas, Reprodutores.	

Elaboração própria

Fonte: Moura (2020a)

Insistimos na defesa da tese de que não é o modo de produção escravista colonial que explica o escravizado, ao contrário, o escravizado como mercadoria e produtor de mercadorias é uma instância explicativa central do que significou o modo de produção escravista colonial, pois sem a permanente comercialização do escravizado como mercadoria viva o desenvolvimento deste modo de produção seria inviável.

Sua centralidade justifica-se, já que

[...] somente a escravidão era a forma de trabalho adequada ao sistema colonial, porque somente ela, através da exploração econômica e extraeconômica do trabalhador, com um nível de coerção social despótico e constante, poderia extrair o volume da produção que fizesse com que esse empreendimento fosse compensador (Moura, 2020a, p. 64).

Com esta referência, direcionamos a análise ao próximo item, momento em que apresentamos o contexto em que há o trânsito da capitalização do escravizado para a capitalização da terra.

3.3 Da capitalização do escravizado à capitalização da terra

José de Souza Martins em *O cativo da Terra* apresenta uma interpretação da capitalização da terra a partir das categorias da crítica da Economia Política. Em sua análise, mostra a produção do colonato como elemento central para gerar a renda capitalizada e consolidar a Lei de Terras. As especificidades do regime de colonato são centrais para o entendimento da argumentação de Martins.

O presente item dialoga diretamente com o objetivo desta tese e consiste num elemento central da nossa análise. Por isso, neste momento, asseveramos que a investigação da capitalização do escravizado à capitalização da terra permite compreender a dinâmica do capital e do trabalho no Brasil, expressa neste momento através da terra. Seremos mais precisos, para que não restem dúvidas: a introdução desta tese apresentou ao leitor que o núcleo fundante da questão social encontra-se no antagonismo entre capital e trabalho. Este antagonismo é uma herança colonial e escravista enraizada na constituição histórica do país. O leitor também já foi apresentado às três categorias que consubstanciam a Economia Política Clássica: terra, capital e trabalho.

Neste momento, algumas considerações apriorísticas se desvelam ao leitor, são elas: o conflito entre capital e trabalho no Brasil, neste lapso histórico, se dá na terra. A singularidade que marca este conflito perpassa, de um lado, a capitalização da terra e, do outro, a transição do trabalho escravo para o trabalho livre.

Consideramos, portanto, limitada a demarcação da gênese da questão social no Brasil a partir do marco da industrialização brasileira em si mesma, sem o estabelecimento de conexões e problematizações com a dinâmica histórica e econômica que a constituiu. Quando o ponto de partida é a industrialização em si mesma, não há o devido espaço para a problematização do significado da *herança escravista*, ocultando-se elementos sem os quais a compreensão da questão social torna-se, no mínimo, limitada.

O processo de produção de riquezas, como procuramos demonstrar na primeira seção desta tese, requer a simbiose entre força de trabalho e meios de produção. Em coerência com tal raciocínio, a produção de riquezas no escravismo colonial se dava pela interação entre terra e trabalhador escravizado, respectivamente, meios de produção e força de trabalho, um e outro propriedade privada, interagiam-se como mercadorias no processo de produção de riquezas.

No início do século XIX, mais exatamente em 1807, o comércio de escravizados foi proibido pelo governo inglês. Décadas após este acontecimento internacional, a manutenção do escravismo no Brasil torna-se inviável.

No momento histórico assinalado, a terra ganha uma centralidade que antes não possuía. Na vigência do escravismo colonial, “[...] a terra era praticamente destituída de valor. Genericamente falando, ela não tinha a equivalência de capital”; prova disso é que, antes da Lei de Terras, o dispêndio de dinheiro na compra e venda de terras envolvia grande risco devido à ausência de mercado imobiliário, pois “[...] sendo as terras devolutas abundantes, mesmo após a extinção do regime de sesmarias com a Independência, sua mera ocupação era expediente simples e eficaz” (Martins, 2015, p. 40).

O autor supracitado destaca que, naquele momento histórico, mais valiosos que a terra eram os escravizados.

Antes do aparecimento [dos escravos], o valor venal da terra era nulo. Assim, a fazenda nada mais representava senão o trabalho escravo acumulado. Na verdade, tinha valor **o bem sujeito a comércio**, coisa que com a terra ocorria apenas limitadamente. Esse fato marcará [...] a história do café posterior à abolição da escravatura. A fazenda consistia, pois, no conjunto dos bens

essencialmente constituídos pelos frutos do trabalho (Martins, 2015, p. 41, grifo nosso).

Até 1850, “[...] a sociedade brasileira funcionará sem modificações substanciais na sua essência [...]. Durante esse período, o número de escravos – inicialmente índios, posteriormente africanos – ascenderá constantemente (Moura, 2020a, p. 61). Diante da inviabilidade da manutenção do escravismo no Brasil, o trabalho livre, cada vez mais, tornava-se inevitável. Neste contexto o Brasil aprova, em 4 de setembro de 1850, a Lei Eusébio de Queirós, proibindo o tráfico negreiro e condenando a escravidão, em um nítido movimento de opção pelo trabalhador livre imigrante estrangeiro.

Neste período, o governo estimula a vinda de imigrantes europeus para trabalhar nos país, e legisla⁴⁴, entre 1822 e 1914, acerca da imigração e da colonização. A política eugenista brasileira desenha-se entre 1851 e 1888 – período denominado por Clóvis Moura de *Escravidismo tardio* – a partir do incentivo à imigração europeia, com a finalidade de constituir uma força de trabalho branca.

Concomitantemente à proibição do tráfico negreiro, mais precisamente duas semanas depois, o Brasil aprova a Lei de Terras. Esta lei “instituiu um novo regime de propriedade em que a condição de proprietário não dependia apenas da condição de homem livre, mas também de pecúlio para a compra da terra, ainda que ao próprio Estado” (Martins, 2015, p. 3).

Com este panorama, avançamos a análise para a elucidação do significado da capitalização do escravizado, dimensionando o significado do tráfico transatlântico de escravizados africanos no Brasil:

Do século XVI até 1850, no período colonial e imperial, o país foi o maior importador de escravos africanos das Américas. Foi ainda a única nação independente que praticou maciçamente o tráfico negreiro, transformando o território nacional no maior agregado político escravista americano. Consubstancial à organização do Império do Brasil, a intensificação da importação de escravos africanos após 1822 explica a longevidade do escravismo até sua abolição em 1888 (Alencastro, 2018, p. 57).

44 Sobre este aspecto, Lotti argumenta que “[...] a legislação, produzida no período imperial, é vasta e reflete as contradições existentes na sociedade brasileira em relação à política imigratória adotada pelo Império. De um lado existia a tendência de continuidade da política adotada por D. João VI, ou seja, a entrada de imigrantes destinados a núcleos de pequena propriedade, com a finalidade de colonizar. De outro, a defesa do ingresso de estrangeiros para substituição do braço escravo, em especial nas lavouras de café” (Lotti, 2010, p. 1).

Por volta de 1530, os africanos, trazidos sob correntes, já aparecem exercendo seu papel de “força de trabalho”; em 1535, o comércio escravo para o Brasil estava regularmente constituído e organizado, e rapidamente aumentaria em proporções enormes (Nascimento, 1978, p. 48). A tabela 1 mostra em números a dimensão de escravizados desembarcados nas regiões envolvidas no comércio transatlântico de escravizados.

Tabela 1 – Quantitativo de escravizados desembarcados por região

Faixa de ano	Europa	América do Norte	Caribe	América Espanhola	Brasil	África	Outros	Total
1501-1525	452	0	0	8923	0	0	0	9375
1526-1550	0	0	0	35534	0	0	0	35534
1551-1575	0	0	0	40671	2461	0	0	43132
1576-1600	188	0	0	84242	26814	0	0	111244
1601-1625	85	0	567	117709	156468	0	0	274829
1626-1650	0	100	27184	61482	163938	172	0	252876
1651-1675	1281	3970	103516	32292	204575	2457	52190	400281
1676-1700	1615	11077	217895	14021	259475	493	90113	594689
1701-1725	158	39303	362617	37856	423161	0	61472	924567
1726-1750	3968	106671	569475	17435	468690	516	77566	1244321
1751-1775	1090	118822	890557	21030	476010	428	136416	1644353
1776-1800	23	30687	985808	69212	621156	1373	88369	1796628
1801-1825	0	77613	247218	254777	1012762	32224	42578	1667172
1826-1850	0	91	33631	333781	1041964	99908	5021	1514396
1851-1875	0	413	0	163947	6899	17998	0	189257
Total	8860	388747	3438468	1292912	4864373	155569	553725	10702654

Elaboração própria

Fonte: Banco de Dados do Comércio Transatlântico de Escravos (The Transatlantic Slave Trade Database) (<https://www.slavevoyages.org/voyage/database>)

A análise dos dados expostos requer algumas considerações preliminares. Na primeira delas destacamos que, apesar de a última faixa de ano da tabela abranger até 1875, a extensão de tempo coberto pelas estimativas vai somente até o ano de 1866, o que significa que nove anos da última faixa das tabelas 1 e 3 estão descobertos numericamente. Em uma segunda consideração, reconhecemos a dificuldade em quantificar os escravizados que entraram no país via tráfico internacional⁴⁵, mas, ao passo que reconhecemos essa difícil tarefa de quantificação, destacamos a imprescindível a relevância da base de dados do site *Trans-Atlantic Slave* para pesquisas sobre escravidão, importância esta reconhecida por pesquisadores consolidados na área, como Luiz Felipe de Alencastro⁴⁶.

Dito isso, é importante assinalar algumas imprecisões nas estimativas do *Trans-Atlantic Slave Trade Database*:

[...] não inclui as rotas indiretas de tráfico e [...] os números relativos aos séculos XVI e XVII são esparsos. Além disso, os registros escondem certas fraudes. Assim, na época filipina (1580-1640), para pagar um imposto de exportação menor, negreiros saídos de Bissau ou de Luanda declaravam os portos brasileiros como destino, mas rumavam para as Antilhas ou Buenos Aires, onde os preços dos escravos eram mais altos e havia contrabando de prata espanhola. **Desse modo, os registros do TSTD sobre as importações brasileiras podem estar sobre-estimados, indicando uma utilização mais intensa do trabalho compulsório indígena na primeira metade do século XVII. No auge do ouro, no século XVIII, aconteceu o inverso.** Africanos foram contrabandeados das Antilhas para as regiões mineiras do Mato Grosso e Minas Gerais, através da bacia amazônica e do Maranhão. Também é provável que o número de moçambicanos desembarcados no Brasil século XVIII seja um pouco superior aos 6.924 indivíduos registrados no TSTD como sendo provenientes dos portos da África do sudoeste. Na primeira metade do século XIX, incluindo os anos do

⁴⁵ De acordo com Abdias Nascimento: “É quase impossível estimar o número de escravos entrados no país. Isto não só por causa da ausência de estatísticas merecedoras de crédito, mas principalmente, consequência da lamentável Circular N° 29, de 13 de maio de 1891, assinada pelo Ministro das Finanças, Rui Barbosa, a qual ordenou a destruição pelo fogo de todos os documentos históricos e arquivos relacionados com o comércio de escravos e a escravidão em geral. As estimativas são, por isso, de credibilidade duvidosa. Há uma estimativa cujos números me parecem abaixo do que seria razoável, dando 4.000.000 de africanos importados e distribuídos conforme as seguintes proporções, aproximadamente: 38% para o porto do Rio de Janeiro, de onde eles foram redistribuídos para os estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Goiás; 25% para o estado da Bahia, 13% para o Estado de Pernambuco, 12% para o estado de São Paulo, 7% para o estado do Maranhão e 5% para o estado do Pará” (Nascimento, 1978, p. 49).

⁴⁶ “Cifras abrangentes consolidadas no *site* Trans-Atlantic Slave Trade Database (TSTD 2006, atualizado em 2012), organizado principalmente por David Eltis e David Richardson, mas que contou com a colaboração de pesquisadores brasileiros, notadamente de Manolo Florentino e Daniel Domingues, oferecem um panorama amplo e, em boa medida, definitivo, do tráfico e do transporte transatlântico de africanos” (Alencastro, 2018, p. 58). Recomendamos a leitura do artigo por inteiro: “África, números do tráfico atlântico”. In: Schwarcz, Lilia M.; Gomes, Flávio. *Dicionário da Escravidão e Liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 57-63.

tráfico clandestino (1831-1850), as estatísticas são mais precisas pelas razões apontadas acima. Note-se, entretanto, que nos 1848-1850, quando os preços no Brasil caíram por causa do grande afluxo de negreiros, houve reexportação de africanos para o Caribe. **Tomando em conta essas considerações, calculo que o total de africanos desembarcados no Brasil, em cerca de 14.910 viagens transcorridas nos três séculos, 1550-1850, atinja 4.800.000, pouco menos que os 4.860.000 constantes no Database** (Alencastro, 2018, p. 59-60, grifo nosso).

Entre as regiões envolvidas no comércio transatlântico de escravizados, o Brasil foi o país que mais recebeu escravos no lapso temporal exposto (1500-1875). Entre os anos de 1801 e 1825, desembarcam no Brasil quase um milhão de escravizados, o maior quantitativo registrado na história do país. Os 25 anos seguintes sinalizam uma tendência à queda que se consolida a partir de 1851. A exposição dos dados demonstra uma redução no número de escravizados que chegam ao Brasil pelo tráfico de escravizados a partir de 1850. Isso se deu pelo que versa a Lei Eusébio de Queiroz.

Se buscarmos a soma de escravos embarcados, temos que entre 1501-1875 embarcaram 12.521.335 escravizados, em sua esmagadora maioria de regiões da África⁴⁷ para os diversos continentes. Por seu turno, apenas 10.702.654 escravizados desembarcaram, o que significa que 14,54% morreram na travessia, mais especificamente, 1.818.681. Mais que números, estamos falando de 2 milhões de escravizados que morreram atravessando o Atlântico como mercadoria viva, tratados de forma absolutamente desumana.

47 O Banco de Dados do Comércio Transatlântico de Escravos (The Transatlantic Slave Trade Database) destaca as seguintes regiões: Senegâmbia e *offshore* Atlântico, Serra Leoa, Costa de Maravilha, Costa do Ouro, Baía do Benin, Baía de Biafra e ilhas do Golfo da Guiné, África Centro-Oeste e Santa Helena, África Oriental e ilhas do Oceano Índico, assim como outras regiões da África. Para além das regiões da África, os dados também apresentam embarque de escravizados na região do Caribe (Jamaica) e Ásia, com o registro de embarque de 100 e 490 escravizados, respectivamente. Quantitativo contabilizado nos 10.595.791 escravizados embarcados.

Figura 2 – Vista do mercado de Valongo em 1920



Fonte: Maria Graham [Lady Maria Callcott], *Diário de uma viagem ao Brasil e residência lá, durante parte dos anos de 1821, 1822 e 1823* (Londres, 1824).

O Valongo, o maior mercado de escravizados do Brasil, foi o porto por onde passaram mais escravizados nas Américas. No decorrer do século XIX, parte dos escravos comercializados neste mercado permanecia no Rio, mas outra parte era revendida para mercados do interior do Brasil. O destaque histórico deste lugar deve-se ao fato de, em toda a história do tráfico transatlântico, ser o que mais recebeu africanos escravizados, que geralmente chegavam desnutridos, doentes e acometidos por imensa tristeza, isso após ficarem semanas ou meses em barracões de cidades costeiras na África.

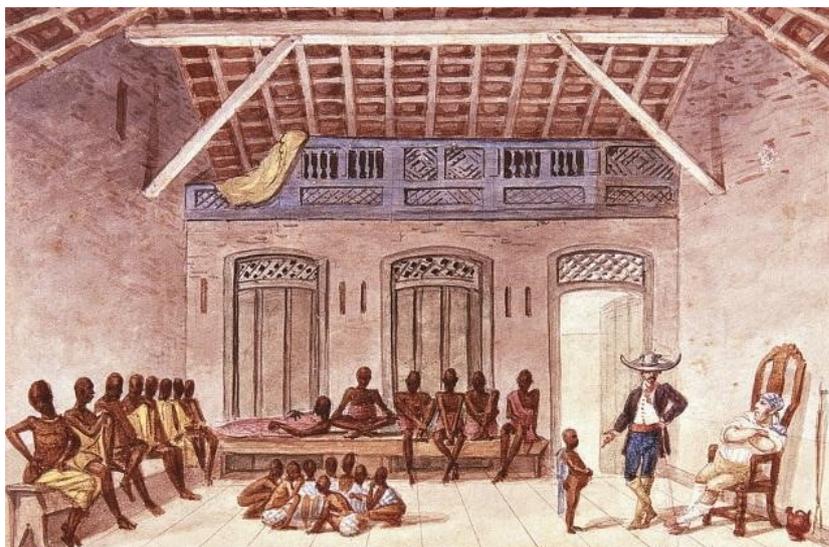
A travessia do Atlântico era uma experiência traumática: quarenta a noventa dias de confinamento em porões abarrotados, com pouca comida e água potável, condições higiênicas degradantes que levavam à morte de 30% da embarcação. E no final disso tudo, a escravidão (Santos, 2019).

As imagens expostas nesta tese consistem em recurso didático para aproximar o leitor do que significaram mais de três séculos de escravidão neste país. As constantes tentativas de silenciamento da história do povo negro se devem à

proposital ocultação do significado da escravidão. Somente distanciando-se deste momento histórico é possível ocultar o que significou a escravidão neste país. Não por acaso, no âmbito do serviço social, as intrínsecas conexões entre questão racial e questão social tem sido objeto de importantes estudos que, além de problematizarem tais nexos, dão maior visibilidade para o necessário debate no interior da profissão.

Quando se extravia a centralidade do escravizado na dinâmica explicativa da formação social brasileira e não se recorre ao que essencialmente significou a longa duração do modo de produção escravista colonial, anula-se a capacidade de reconhecer, com precisão, a significância dos horrores da escravidão brasileira, justificando a postura de uma parcela da sociedade que hodiernamente alega nada dever ao povo negro. Além disso, as imagens ofertam um importante caráter didático à tese, dilatando a capacidade de compreensão das análises textuais.

Figura 3 – Mercado na Rua do Valongo



Créditos: Jean Baptiste Debret. Mercado na Rua do Valongo, 1835.
Fonte: Biblioteca Pública de Nova Iorque.

A figura 3 ilustra o mercado da rua de Valongo, local onde ficavam os barracões em que ocorria o comércio de escravizados. É muito significativo que o maior porto escravista se localize no país com o maior número de escravizados desembarcados na América.

Construído em 1811, o cais facilitou o desembarque de navios negreiros. Muitos africanos chegavam, aos olhos dos senhores, inaptos para a venda, precisando aparentar compatibilidade com a força necessária à realização do trabalho escravo.

O cemitério dos pretos novos⁴⁸ também fazia parte do Cais do Valongo; neste lugar eram enterrados aqueles que não resistiam à travessia e aos primeiros dias de cativeiro (Santos, 2019).

Em 1868, Castro Alves publica “O navio negreiro”, poema que retrata a dolorosa travessia de seres humanos arrancados de sua cultura e inseridos em navios, em condições desumanas, visando atravessar o Atlântico. O referido poema consiste numa importante representação, no campo literário, da luta abolicionista.

Num primeiro momento do escrito, Castro Alves faz menção ao privilégio de poder contemplar o firmamento e a imensidão das águas. É no meio dessas duas imensidões que se coloca o navio em sua jornada. Em que pese a abordagem poética do autor, esta não se faz romântica, uma vez que este demonstra que o olhar não quer dizer sentir, e que “bem feliz quem ali pode nest’hora sentir deste painel a majestade!”. Decerto, quem cruza o Atlântico rumo à escravidão não sentirá esta majestade, talvez não sentirá nem mesmo o existir.

Já em outro momento, numa estrofe isolada, o autor captura o interior da embarcação. Econômico nos detalhes, descreve a cena como vil e infame, somando expressões interjetivas que exprimem pavor “Meu Deus! Meu Deus! Que horror!”. Castro Alves, neste momento, não precisa de uma profusão descritiva para situar o leitor no que está por vir.

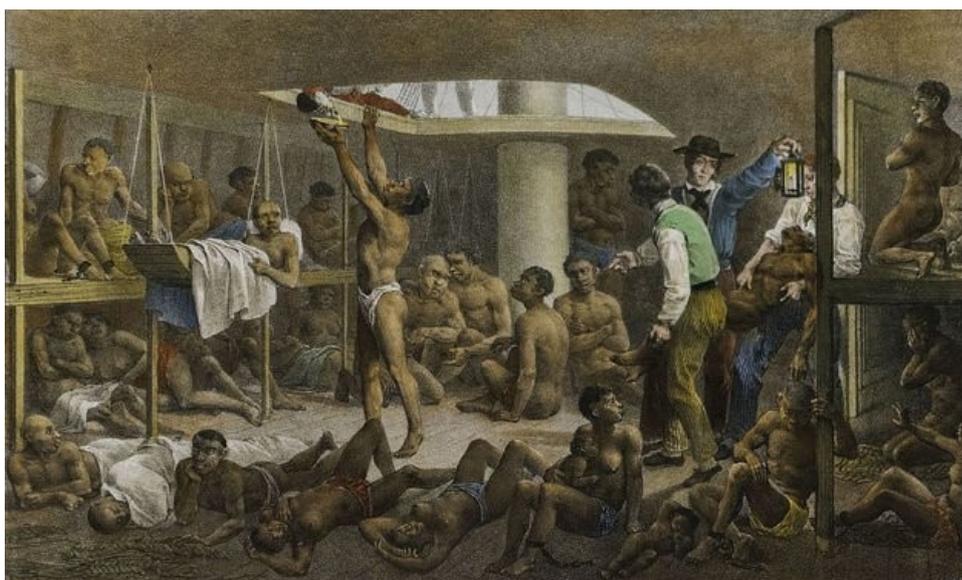
Em seis estrofes, o poeta narra a violência que marcava a viagem nos conveses dos navios. Por meio de uma metáfora e utilizando-se do barulho dos grilhões de ferro que aprisionavam os escravizados, o autor diz dançarem os homens negros sob uma orquestra irônica e estridente em que se ouvem gritos e o chicote estala. Uma poética descrição de cenas horrendas de tortura e maus-tratos, a verdadeira desumanidade com destino às Américas. “Negras mulheres, suspendendo às tetas/ Magras crianças, cujas bocas pretas/ Rega o sangue das mães:/ Outras moças, mas nuas e espantadas,/ No turbilhão de espectros arrastadas,/ Em ânsia e mágoa vãs!”. Este trecho, do conjunto das seis estrofes, alude à presença de mulheres, moças e crianças nas embarcações. Mulheres e moças algemadas e açoitadas no percurso ao inferno, sem saber que na chegada ainda serão exploradas e abusadas sexualmente pelos seus senhores.

⁴⁸ Parte da história deste lugar pode ser consultada no *site* do Instituto dos Pretos Novos: <https://pretosnovos.com.br>

Em tom de revolta, o poeta clama a Deus por uma explicação ao que está sendo descrito. Em “Senhor Deus dos desgraçados!/ Dizei-me vós, Senhor Deus!/ Se é loucura... se é verdade/ Tanto horror perante os céus?!”, a estrofe revela com mais ênfase um autor abolicionista que através desta obra realiza uma denúncia social do sistema escravista, especificamente das condições do povo negro na rota transatlântica.

Narrando, descrevendo e tecendo críticas, Castro Alves em “Navio Negreiro” também resgata o valor da liberdade que antecederia ao aprisionamento daquela gente. O tom saudosista e nacionalista destaca uma contemplação ao que ficou para trás. Carregado de significado, o que ficou em solo de mãe África tem gosto do que é ser e tem o dom de ser livre.

Figura 4 – Navio Negreiro



Fonte: "Navio Negreiro", de Rugendas, em 1830.

A obra *Os Jacobinos Negros*, apresenta, com riqueza de detalhes, os maus tratos nos navios negreiros:

Nos navios, os escravos eram espremidos nos porões uns sobre os outros dentro de galerias. A cada um deles era dado de um metro a um metro e meio apenas de comprimento e de meio metro a um metro de altura, de tal maneira que não podiam nem se deitar de comprimento e nem se sentar com a postura reta. Ao contrário das mentiras que foram espalhadas tão insistentemente sobre a docilidade do negro, as revoltas nos portos de embarcação e a bordo eram constantes. Por isso os escravos tinham de ser acorrentados: a mão direita à perna direita, a mão esquerda à perna esquerda, e atrelados em colunas a longas barras de ferro. Nessa posição eles permaneciam durante

a viagem, sendo levados ao tombadilho uma vez por dia para se exercitar e para permitir que os marinheiros “limpassem os baldes”. Mas, quando a carga era rebelde ou o tempo estava ruim, eles permaneciam no porão por semanas. A proximidade de tantos corpos humanos nus com a pele machucada e supurada, o ar fétido, a disenteria generalizada e a acumulação de imundícies tornavam esses buracos um verdadeiro inferno. Durante as tempestades, os alçapões eram pregados com tábuas e naquela fechada e repugnante escuridão eles eram arremessados de um lado a outro pelo balanço do navio, mantidos na mesma posição pelas correntes nas suas carnes sangrentas. Nenhum lugar na Terra, observou um escritor da época, concentrou tanta miséria quanto o porão do navio negreiro. Duas vezes por dia, às nove e às quatro horas, eles recebiam a comida. Para os traficantes de escravos, eram artigos de comércio e nada mais. Um capitão, que havia sido apanhado pela calmaria, ou por ventos adversos, ficou conhecido por ter envenenado a sua carga. Um outro matou uma parte de seus escravos para alimentar com a carne deles a outra parte. Morriam não apenas por causa do tratamento, mas também de mágoa, de raiva e de desespero. Faziam longas greves de fome; desatavam as suas cadeias e se atiravam sobre a tripulação numa tentativa inútil de revolta (James, 2010, p. 22-23).

Nesta tese, o diálogo com poemas, imagens e relatos dinamiza nossa argumentação e fornece elementos para que se quebrem as grades da prisão do *presentismo*⁴⁹.

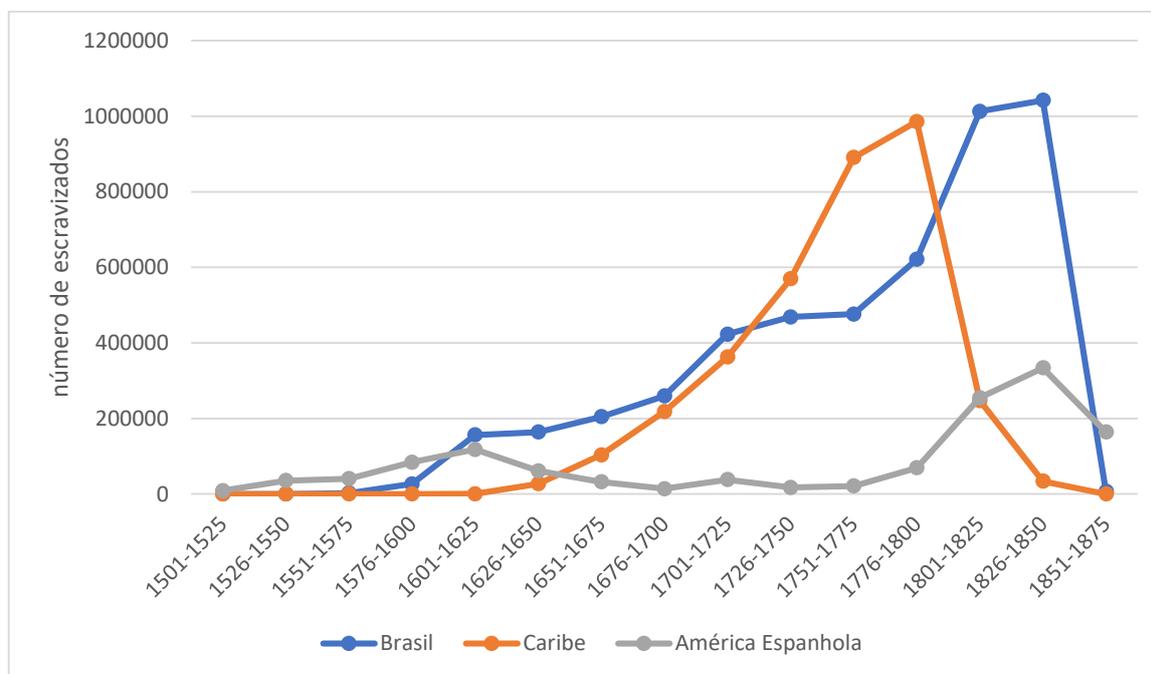
Ao analisar numericamente o comércio transatlântico de escravizados, Alencastro (2018) estabelece uma relação do declínio do tráfico de escravizados no Brasil entre as décadas de 1850 e 1860 com o seu fortalecimento em direção à Cuba. À luz da tabela 1, o exposto se apresenta com maior nitidez. Vejamos: a totalidade dos escravizados desembarcados na América Espanhola entre os anos de 1851 e 1875 (163.947) desembarcou em Cuba⁵⁰. Enquanto isso, no mesmo período, apenas 6.899 desembarcaram no Brasil. Em comparação à faixa de ano anterior (1826-1850), percebemos uma redução de 99,34% no número de escravizados que chegam ao Brasil via tráfico internacional, enquanto Cuba registra uma redução bem menos expressiva (51,60%)⁵¹.

⁴⁹ Eric Hobsbawm destaca que “a destruição do passado – ou melhor, dos mecanismos sociais que vinculam a nossa experiência pessoal à das gerações passadas – é um dos fenômenos mais característicos e lúgubres. Quase todos os jovens de hoje” [1994] “crescem numa espécie de presente contínuo, sem qualquer relação orgânica com o passado público da época em que vivem. Por isso os historiadores, cujo ofício é lembrar o que outros esquecem, tornam-se mais importantes que nunca no fim do segundo milênio” (Hobsbawm, 1997, p. 13). In: Eric Hobsbawm. A Era dos Extremos. São Paulo: Cia das Letras, 1997. p. 13.

⁵⁰ Na base de dados em que se baseiam nossas análises, Cuba engloba a região da América Espanhola junto a Porto Rico, Espanhol Circum-Caribe, Rio de la Plata, entre outras.

⁵¹ Para uma estimativa comparativa entre as faixas de ano (1826-1850 e 1851-1875) em Cuba, aplicamos o filtro de regiões específicas na base de dados *Trade Database*. Com isso consideramos apenas o número de escravizados desembarcados em Cuba entre os anos de 1826-1850 (317.709 escravizados). Esta ação se fez necessária, pois neste período de tempo, outras regiões da América Espanhola também receberam escravizados. No período 1851-1875, Cuba foi o único país a receber

Gráfico 1 – Comércio transatlântico de escravizados: comparativo de escravizados desembarcados



Elaboração própria

Fonte: Banco de dados Slave Voyages (<https://www.slavevoyages.org/voyage/database>)

Não é coincidência histórica que o governo brasileiro resolva alterar a política de acesso à terra imediatamente após uma expressiva movimentação de abertura ao trabalho livre sinalizada pela proibição do tráfico negreiro: se o trabalho é livre, a terra deve ser cativa. Por isso, ao explicitar os movimentos de interdições do acesso à terra, José de Souza Martins intitula sua obra *O cativo da terra*.

Esta breve explanação acerca da centralidade da terra a partir de 1850, ano da aprovação da Lei da Terra e da Lei Eusébio de Queirós, direciona a uma segunda questão que é central neste item. Esta última lei, ao estabelecer medidas para a repressão do tráfico de africanos no Império brasileiro, faz com que a *mercadoria escravo* entre em escassez e se valorize, conforme demonstra a tabela a seguir:

escravizados na região. O quantitativo da região América Espanhola apresentado na tabela 4 corresponde ao total de escravizados desembarcados no país naquele período.

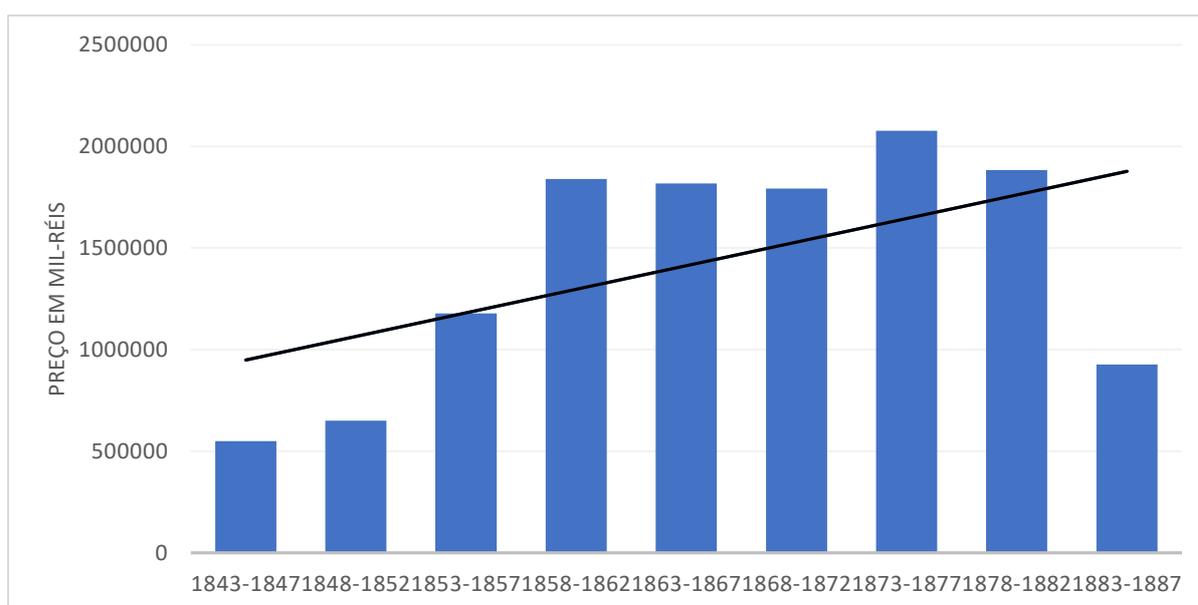
Tabela 2 – Preço médio do escravizado (1843-1887)

Período	Preço em mil-réis
1843-1847	550\$000
1848-1852	649\$500
1853-1857	1:177\$500
1858-1862	1:840\$000
1863-1867	1:817\$000
1868-1872	1:792\$500
1873-1877	2:076\$862
1878-1882	1:882\$912
1883-1887	926\$795

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados extraídos de Martins (2015) e obtidos com base num levantamento de preços realizado na região de fazendas novas, no oeste paulista.

A valorização do preço do escravizado pode ser mais bem visualizada na representação gráfica a seguir, em que é possível traçar uma linha de tendência linear⁵² e visualizar que o aumento do preço médio do escravizado entre os anos de 1858 e 1882 ocorre acima da previsão do seu preço futuro.

Gráfico 2 – Preço médio do escravizado (1843-1887)

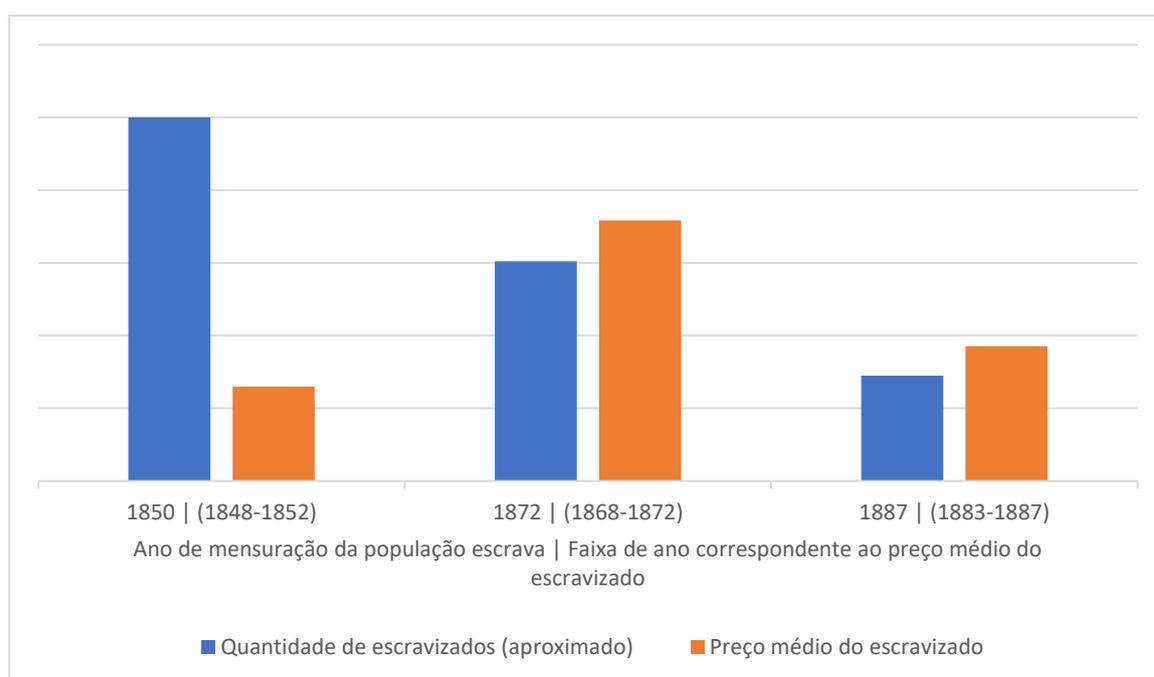


Fonte: Elaboração própria a partir dos dados extraídos de Martins (2015) e obtidos com base num levantamento de preços realizado na região de fazendas novas, no oeste paulista.

⁵² Objetiva apresentar a tendência de crescimento do preço médio do escravizado ao longo dos diferentes períodos de tempo.

Neste momento cabe um importante destaque ao leitor, ainda que possa parecer desnecessário àquele que acompanha a jornada desta tese desde a exposição metodológica: os dados apresentados não se autonomizam; são importantes recursos explicativos que, quando não lidos à luz da dinâmica contraditória da realidade brasileira, revelam-se desprovidos de significação e capacidade explicativa. Da perspectiva teórico-metodológica que partimos, os números apresentados em tabelas e representados graficamente só fazem sentido se lidos à luz da dinâmica social, histórica e econômica do país.

Gráfico 3 – Comparativo entre o número de escravizados e o seu preço médio



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados extraídos de Martins (2015).

A representação gráfica acima apresenta dados da população escravizada em três anos distintos (1850, 1872 e 1887), relacionando o quantitativo obtido com o preço médio do escravizado na faixa de ano que abrange o ano de mensuração da população escravizada.

Salta aos olhos uma relação inversamente proporcional entre essas duas grandezas: quantitativo de escravizados e o seu preço médio. O aumento de preço do escravizado é reflexo evidente de um crescimento na demanda por escravizados mediante a escassez provocada pelo fim do tráfico internacional, mas não somente.

As revoltas e fugas promovidas pelos escravizados acirram a luta de classes neste período⁵³. Com esse processo, intensifica-se a jornada de trabalho dos escravizados, aumentando a sua exploração. Vejamos, com base em Martins (2015), como este processo acontece.

O direcionamento acerca desta questão requer, *a priori*, a assimilação do que Martins (2015, p. 41) demarca como “a dupla função do escravizado no escravismo colonial”: como fonte de trabalho e como fonte de capital para o fazendeiro⁵⁴.

O capital imobilizado no escravizado como mercadoria era subordinado, “uma segunda vez, ao capital comercial mediante empréstimos, para poder pôr em movimento os seus empreendimentos econômicos” (Martins, 2015, p. 41). Assim, no entender deste autor, o escravizado figurava como garantia do pagamento dos empréstimos feitos pelos fazendeiros para a expansão das suas fazendas. Se a referida elevação no preço dos escravizados, por um lado, eleva a base de obtenção de empréstimos hipotecários, uma vez que os escravizados eram a garantia dos empréstimos, por outro, vincula a expansão dos empréstimos ao café a uma maior imobilização de capital, na forma de renda capitalizada na pessoa do cativo, situação essa que não era benéfica ao fazendeiro, mas sim ao traficante de escravizados.

Contudo, a dupla função da escravatura apresentava uma contradição:

Com a demanda crescente de trabalho escravo e a conseqüente elevação do preço do cativo, os fazendeiros teriam de imobilizar parcelas crescentes de seus rendimentos monetários, sob a forma de renda capitalizada, pagando aos traficantes de negros um tributo que crescia desproporcionalmente mais do que a produtividade do trabalho (Martins, 2015, p. 43).

53 Ao mesmo tempo em que crescia a população escrava, de um lado, do outro, a rebeldia desse elemento se fará sentir: os índios através de guerras constantes e violentas contra os colonos, e os africanos através de movimentos coletivos como Palmares e outros grandes ou pequenos quilombos, ou no seu cotidiano com fugas individuais, em grupos, descaso pelo trabalho, delinquência ocasional contra os feitores, senhores e membros de suas famílias. A repressão a essa rebeldia por parte do Estado escravista, por isto mesmo, era uma força necessária e eficaz para poder manter o equilíbrio social, enquanto a força fosse um elemento desse equilíbrio. Era, portanto, um equilíbrio que tinha como base principal o antagonismo entre senhores e escravos e as medidas de controle social dos senhores (Moura, 2020a, p. 61-62).

54 “O escravo tinha dupla função na economia da fazenda. De um lado, sendo fonte de trabalho, era o fator privilegiado da produção. Por esse motivo era também, de outro lado, a condição para que o fazendeiro obtivesse dos capitalistas (nome reservado aos emprestadores de dinheiro), dos comissários (intermediários na comercialização do café) ou dos bancos o capital necessário, seja ao custeio, seja à expansão de suas fazendas.” (Martins, 2015, p. 41).

Essa contradição compromete sobremaneira o lucro do fazendeiro, uma vez que a principal medida do seu lucro consiste na “comparação dos seus rendimentos líquidos com a taxa de juros do mercado de dinheiro” (Martins, 2015, p. 44).

A título de ilustração do que foi afirmado, apresentamos a seguinte estimativa:

Delden Laèrne estimava que já em 1882, seis anos antes da abolição da escravidão, o resultado líquido do empreendimento cafeeiro correspondia a uns 8,5% do capital investido, quando a taxa de juros paga pelo mesmo fazendeiro oscilava entre 10 e 12% ao ano. **A consequência direta desse fato foi a intensificação da jornada de trabalho do escravo, aumentando o número de pés de café de que um trabalhador devia cuidar** (Martins, 2015, p. 44, grifo nosso).

Com isso, temos que a intensificação da jornada de trabalho é consequência elementar do aumento do preço do escravizado, que, por sua vez, decorre da escassez provocada pelo cessar do tráfico internacional.

A intensificação da jornada de trabalho não é ausente de significado; significa um aumento no desgaste físico do escravizado, gerando a necessidade de reposição num intervalo cada vez menor do que os “dez ou vinte anos de vida produtiva” (Gorender, 2016a, p. 218). O alto custo de reposição do escravizado resulta numa regressão ainda maior dos rendimentos líquidos do fazendeiro em relação à taxa de juros do mercado de dinheiro.

Diante desta contradição, a abolição da escravidão se apresentava como inevitável, entretanto esta

não envolvia apenas desonerar a fazenda da renda capitalizada, o capital imobilizado nos escravos, do tributo que ela pagava aos traficantes de negros para obter a sua mão de obra. Tudo indica que tais problemas já eram previstos por ocasião de oficializar a cessação do tráfico negreiro da África para o Brasil, em 1850. No mesmo ano foi promulgada uma lei que estabelecia uma política de imigração de colonos estrangeiros, sobretudo europeus, que produzisse uma oferta de trabalhadores livres nas épocas de maior demanda de força de trabalho por parte das fazendas de café, que eram as da carpa e da colheita. Mas a ampla faixa de terrenos devolutos no país, sujeitos a uma prática de prévia e simples ocupação para posterior regularização, por parte dos interessados, poderia constituir um grande entrave não só à libertação dos escravos como à entrada de trabalhadores livres de origem estrangeira (Martins, 2015, p. 44).

Na tabela 1 foram consideradas as grandes regiões de desembarque. O quantitativo de 4.864.373 escravizados desembarcou em regiões específicas do país. A região que detinha o dinamismo econômico do período destacava-se com o maior número de desembarque.

Os africanos que chegavam ao Brasil vieram, majoritariamente, de duas regiões da África: a primeira, formada pela baía de Benim e pelo golfo do Biafra, foi a origem de 999.600 escravizados desembarcados; na segunda, situada no Centro-Oeste africano (com destaque para Angola), embarcaram 3.656.000 escravizados (Alencastro, 2018, p. 61). Ao chegarem ao Brasil, tinham como destino os seguintes destinos, apresentados na tabela a seguir.

Tabela 3 – Quantitativo e destino de escravizados no Brasil

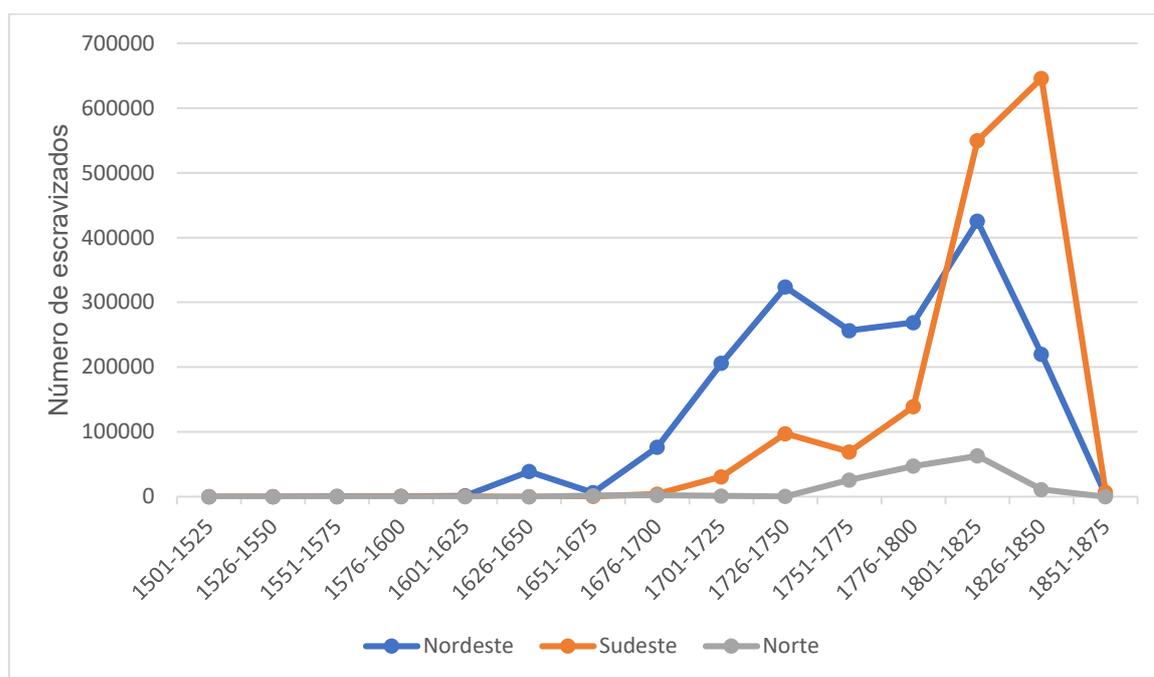
Faixa de ano	Amazônia	Bahia	Pernambuco	Região Sudeste	Outras regiões
1501-1525	0	0	0	0	0
1526-1550	0	0	0	0	0
1551-1575	0	0	388	0	0
1576-1600	0	166	97	334	0
1601-1625	0	900	334	436	0
1626-1650	0	5.646	33.133	0	0
1651-1675	1.602	4.420	1.795	382	0
1676-1700	1.994	68.120	8.061	4.027	0
1701-1725	1.055	179.247	26.767	30.628	0
1726-1750	278	249.124	74.618	97.136	0
1751-1775	25.820	181.508	74.994	69.067	290
1776-1800	47.277	227.231	41.558	138.838	0
1801-1825	62.908	272.697	152.667	549.657	0
1826-1850	10.952	157.701	62.176	645.956	452
1851-1875	0	1.146	1.642	7.010	0
Total	151.886	1.347.906	478.230	1.543.471	742

Elaboração própria

Fonte: Banco de Dados do Comércio Transatlântico de Escravos (The Transatlantic Slave Trade Database) (<https://www.slavevoyages.org/voyage/database>)

Para um comparativo entre regiões e exposição gráfica, juntamos os dados dos estados de Bahia e Pernambuco como região Nordeste, Amazônia como região Norte, e mantivemos os dados apresentados da região Sudeste. Desconsideramos, neste gráfico, o quantitativo de outras regiões (742 escravizados).

Gráfico 4 – Regiões de desembarque dos escravizados no Brasil



Elaboração própria

Fonte: Adaptado de Banco de Dados do Comércio Transatlântico de Escravos (The Transatlantic Slave Trade Database) (<https://www.slavevoyages.org/voyage/database>)

O gráfico ilustra a relação entre as regiões com o maior número de desembarques realizados via tráfico de escravizados e a região de destaque na dinâmica econômica brasileira em determinado período. Entre 1676 e 1750, há um aumento constante no número de desembarque de escravizados na região Nordeste; até o final do século XVII, praticamente a totalidade de escravizados desembarcados no país tinha como destino a região Nordeste (mais especificamente, a Bahia e Pernambuco). Isto ocorre porque a região abriga as plantações de cana-de-açúcar, que consistem na primeira atividade econômica de destaque na colônia portuguesa.

As plantações de cana-de-açúcar se espalhavam pelas costas do Nordeste, especialmente nos estados da Bahia e Pernambuco. Só a Bahia, lá por 1587, tinha 47 engenhos de cana-de-açúcar, fato que bem ilustra a velocidade

expansionista da indústria açucareira desenvolvida com o uso da força muscular africana (Nascimento, 1978, p. 48).

A região Nordeste destaca-se

[...] desde o primeiro século da colonização, em dois sistemas econômicos: o açucareiro e o pecuário. A decadência da economia açucareira, a partir da segunda metade do século xvii, determinou a transformação progressiva do sistema pecuário em economia de subsistência. Nesse tipo de economia, a população tende a crescer em função da disponibilidade de alimentos, a qual depende diretamente da disponibilidade de terras (Furtado, 2005, p. 101)

Os séculos XVI e XVII, auge da plantação e processamento da cana-de-açúcar no Nordeste, registram uma grande concentração de escravizados nesta região. O final do século XVII registra a primeira movimentação expressiva do tráfico de escravizados para a região Sudeste, devido ao início do ciclo do ouro.

As descobertas de ouro e diamantes no século XVIII no estado de Minas Gerais deslocam o ponto focal dos escravos africanos mais para o sul. O mesmo fenômeno se repetiria quando, na primeira metade do século XIX, a queda da produtividade das minas e o início do chamado ciclo do café, cujas plantações se localizavam principalmente nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, outra vez dirigiu a migração escrava mais para o sul (Nascimento, 1978, p. 49)

A decadência da economia açucareira no final do século XVII não reduz expressivamente o quantitativo do desembarque de escravizados via tráfico porque, no decorrer deste período, parte da região protagoniza o desenvolvimento do ciclo do algodão.

O Gráfico 4 ilustra o declínio do desembarque de escravizados nas regiões Norte e Nordeste a partir de 1725, isto ocorre no contexto de declínio do latifúndio escravista nestas regiões, momento em que ascende o ciclo do café, expresso no gráfico a partir de um aumento no quantitativo de escravizados desembarcados na região sudeste: aumento discreto até a segunda metade do século XVIII e expressivo a partir do início do século XIX.

Os dados expostos e a análise realizada poderão ser mais bem compreendidos a partir da exposição do quadro a seguir.

Quadro 2 – Principais ciclos econômicos do Brasil

	Período de início*	Principais regiões	Tipo de trabalho
Cana-de-açúcar	Séculos XVI e XVII	Nordeste (Bahia e Pernambuco)	Trabalho escravo
Ouro	Final do século XVII	Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso	Trabalho escravo
Algodão	Século XVIII	Pernambuco, Bahia, São Paulo e Ceará	Trabalho escravo
Café	Século XIX	Oeste paulista e Vale do Paraíba	Trabalho escravo e trabalho livre
Borracha	Entre o final do século XIX e o início do século XX	Amazonas, Roraima e Pará	Trabalho escravo e trabalho livre

Fonte: Elaboração própria
 Legenda: * data aproximada

Importante sublinhar que a delimitação de datas no quadro 3 tem unicamente um caráter pedagógico. Isso implica que o início de um novo ciclo não encerra por completo as atividades econômicas do ciclo anterior; indica, apenas, que esta atividade não é mais central na dinâmica econômica do país.

No momento em que se investiga a transição da capitalização do escravo à capitalização da terra, é oportuno destacar que o marco da lei de terra, apesar de central, não pode ser desarticulado do significado de outras legislações publicadas no país no século XIX, mais notadamente entre os anos de 1830 e 1888.

Quadro 3 – Principais legislações brasileiras entre 1830 e 1888

Ano de Publicação	Número e Nome	Ementa
1830	Lei de 13 de setembro de 1830	Regula o contrato por escrito sobre prestação de serviços feitos por brasileiro ou estrangeiro dentro ou fora do Império.
1831	Lei de 7 de novembro de 1831 Lei Feijó	Declara livres todos os escravos vindos de fora do Império e impõe penas aos importadores dos mesmos escravos.
1837	Lei nº 108	Estabelece providências sobre os contratos de locação de serviços dos colonos.
1850	Lei nº 581 Lei Eusébio de Queirós	Estabelece medidas para a repressão do tráfico de africanos neste Império.
1850	Lei nº 601 Lei de Terras	Dispõe sobre as terras devolutas do Império.
1871	Lei nº 2.040 Lei do Ventre Livre	Declara de condição livre os filhos de mulher escrava que nascerem desde a data desta lei, libertos os escravos da Nação e outros, e providencia sobre a criação e o tratamento daqueles filhos menores e sobre a libertação anual de escravos.
1879	Decreto nº 2.827	Dispõe o modo como deve ser feito o contrato de locação de serviços.
1885	Lei nº 3.270 Lei dos Sexagenários	Regula a extinção gradual do elemento servil.
1888	Lei nº 3.353 Lei Áurea	Declara extinta a escravidão no Brasil.

Elaboração própria

Fonte: Coleção das Leis do Império do Brasil (<https://www.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/colecao-anual-de-leis>).

Os destaques em verde referem-se às legislações abolicionistas, medidas que, paulatinamente, configuraram a abolição formal da escravidão. Em azul constam os destaques referentes às legislações promotoras da imigração. O tratamento analítico dessas legislações não se dá de forma isolada; faz-se necessário estabelecer análises articuladas.

Em tempo algum o ato de legislar é neutro, tampouco desprovido de interesses de classe. Assim sendo, a legislação necessariamente desvela aspectos imprescindíveis da configuração das relações sociais numa dada sociedade.

A política migratória e a abolição da escravidão não são momentos isolados e desconexos da história do Brasil. No começo do século XIX, com a proibição do comércio de escravizados pelo governo inglês, a continuidade da escravidão já dava sinais de inviabilidade e a gradual implementação do trabalho livre apresentava-se num horizonte não tão distante. Nesse contexto, a imigração de trabalhadores da Europa apresenta-se como alternativa para os fazendeiros de café

A política migratória e a legislação do Estado brasileiro sobre ela não se desvinculam do processo de abolição da escravidão. As legislações que versam sobre este aspecto devem ser analisadas de forma articulada, uma vez que refletem uma posição estatal.

Décio Saes (1985) afirma que a política do Estado imperial com relação aos trabalhadores imigrantes explicitava a tendência de longo prazo à escassez de escravos (determinada pela abolição do tráfico internacional de escravos e pelo desenvolvimento da luta de classes), possuindo, em seu entender, três características fundamentais:

[...] [1] tendência a inserir o trabalhador imigrante, pela via da legislação sobre o contrato de trabalho, em relações de trabalho próximas (isto é, contendo alguns elementos daquelas) das relações de trabalho próprias do escravismo; [2] fomento à entrada, no país, de força de trabalho suplementar – e não substitutiva – ao trabalhador escravo; [3] promoção da entrada, no país, de um contingente de trabalhadores insuficiente com relação às próprias necessidades de suplementação do plantel de trabalhadores escravos (Saes, 1985, p. 159).

Essa citação não apenas caracteriza a política do Estado imperial com relação aos trabalhadores imigrantes, mas também direciona a análise de algumas questões que se colocam quando se relaciona a relação óbvia entre as políticas de Estado sobre o trabalhador imigrante e a tendência à escassez de escravos.

Essa relação permite que o autor levante dois questionamentos. O primeiro deles afere se é possível considerar o conjunto da política de Estado imperial com relação ao trabalhador-imigrante como uma política de fomento à substituição do trabalhador escravo pelo trabalhador assalariado. Outra questão relevante apresentada pelo autor consiste em indagar se a política de Estado imperial com relação ao trabalhador imigrante contribuiu para a destruição das relações de produção escravistas, bem como para a formação de relações de produção capitalistas (Saes, 1985, p. 158).

Este autor, ancorado nas análises de Robert Corand e Jacob Gorender, responde negativamente a essa questão e adverte que:

[...] grande parte das iniciativas concernentes à imigração provinha de fazendeiros escravistas às voltas com o problema da escassez de escravos e, por isso mesmo, crescentemente organizados em associações privadas voltadas para o fomento à imigração (por exemplo: a Associação Auxiliadora da Colonização e Emigração para a Província de São Paulo, de 1871, e a Sociedade Promotora de Imigração, de 1886). É preciso, portanto, não confundir as iniciativas imigrantistas particulares de muitos fazendeiros escravistas com a política do Estado escravista imperial com relação ao trabalhador imigrante (Saes, 1985, p. 158-159, grifo nosso).

Esta questão se apresenta mais inteligível a partir de uma investigação analítica acerca das três características da política do Estado escravista imperial com relação ao trabalhador imigrante, expostas ao leitor em citação anterior. A primeira característica (a tendência a inserir o trabalhador imigrante em relações de trabalho próximas às do escravismo) abre precedente para a investigação da legislação imperial acerca dos contratos de locação de serviços expressos nas leis de 1830, 1837 e 1879, conforme consta do quadro 2.

A lei de 1830 é aprovada num contexto que a Inglaterra estabelece intensas pressões internacionais para a abolição do tráfico internacional de escravos. Desta lei, dois artigos⁵⁵ merecem destaque, a saber, os artigos 3º e 4º:

O que se obrigou a prestar serviços só poderá negar-se á prestação delles, emquanto a outra parte cumprir a sua obrigação, restituindo os recebimentos adiantados, descontados os serviços prestados, e pagando a metade do que mais ganharia, se cumprisse o contracto por inteiro (Brasil, 1830, p. 1).

⁵⁵ Optamos por manter o estilo gramatical do século XIX, ainda que as grafias de algumas palavras não sejam mais vigentes.

Fóra do caso do artigo precedente, o Juiz de Paz constrangerá ao prestador dos serviços a cumprir o seu dever, castigando-o correccionalmente com prisão, e depois de tres correcções inefficazes, o condemnará a trabalhar em prisão até indemnizar a outra parte (Brasil, 1830, p. 1).

O artigo 3º versa que o rompimento de contrato por parte dos trabalhadores só poderia ocorrer mediante indenização ao patrão. Esta indenização prevista em lei consistia em metade do que o patrão ganharia se o trabalhador cumprisse o seu contrato por inteiro, prevendo em seu artigo 4º pena de prisão caso o empregado não realizasse o pagamento estipulado em virtude da ruptura de contrato.

Gorender (2016a, p. 610) observa que esta lei atribui ao trabalhador imigrante a condição de *escravo incompleto*, direcionando esta mesma observação à legislação de 1837, a qual se insere no rol de alternativas para a substituição do trabalho escravo, compondo uma política de atração de imigrantes ao estabelecer relações contratuais na realização do seu trabalho.

Consta desta lei em seu artigo 1º:

O contracto de locação de serviços, celebrado no Imperio, ou fóra, para se verificar dentro d'elle, pelo qual algum estrangeiro se obrigar como locador, só póde provar-se por escripto. Se o ajuste fór tratado com interferencia de alguma Sociedade de Colonisação reconhecida pelo Governo no Municipio da Côrte, e pelos Presidentes nas Provincias, os titulos por ellas passados, e as certidões extrahidas dos seus livros, terão fé publica para prova do contracto (Brasil, 1837, p. 1).

Enquanto a lei de 1830 se destina a trabalhadores nacionais e estrangeiros⁵⁶, a lei de 1837 direciona-se apenas a trabalhadores estrangeiros⁵⁷ e rege os contratos de prestação de serviços dos imigrantes até a publicação da lei de 1879, que em seu artigo 3º revoga⁵⁸ as supracitadas leis da década de 1830. Entre os anos de 1837 e 1879, a lei de 13 de setembro de 1830 fica restrita a um pequeno número de trabalhadores livres nacionais.

Com razão, Gorender aponta que as legislações de 1830 e 1837

⁵⁶ “Art. 1º O contracto por escripto, pelo qual **um Brasileiro, ou estrangeiro** dentro, ou fóra do Imperio, se obrigar a prestar serviços por tempo determinado, ou por empreitada, havendo adiantamento no todo, ou em parte, da quantia contractada, será mantido pela fórmula seguinte.” (Brasil, 1830, p. 1, grifo nosso).

⁵⁷ “Art. 1º O contracto de locação de serviços, celebrado no Imperio, ou fóra, para se verificar dentro d'elle, pelo qual **algum estrangeiro** se obrigar como locador, só póde provar-se por escripto [...]” (Brasil, 1837, p. 1, grifo nosso).

⁵⁸ “Esta Lei é applicavel tanto ao locador nacional como ao estrangeiro. Ficam revogadas as Leis de 13 de Setembro de 1830 e 11 de Outubro de 1837.” (Brasil, 1897, p. 1).

[...] quase nada diziam acerca do mecanismo da locação de serviços, mas especificavam em detalhe as sanções penais a que ficavam sujeitos os trabalhadores – locadores dos serviços – em caso de abandono das obrigações contratuais. Sanções penais draconianas com processo sumário, que culminavam na prisão com trabalho forçado para pagamento da dívida contraída pelo trabalhador. Nessas leis, é mais do que clara a inspiração no sistema dos *indentured servants* [imigrante europeu transformado em servo por contrato] (Gorender, 2016a, p. 611, grifo original).

Antes da Lei Feijó (Lei de 7 de novembro 1831), o Brasil assinou dois tratados internacionais, em 1815 e 1826, respectivamente, objetivando a gradativa diminuição do tráfico de escravizados. O primeiro tratado proibia a chegada, em terras brasileiras, de navios negreiros provenientes das partes da costa africana que ficassem ao norte da linha do Equador, proibição esta que se estendeu, no segundo tratado, a todos os navios negreiros vindos da África.

É sob este prisma que a primeira lei de locação de serviços, publicada em 13 de setembro de 1830, deve ser lida, uma vez surge na esteira da proibição legal do tráfico de escravizados – ainda que somente em teoria, pois na prática o Império brasileiro não repreende o tráfico de escravizados, que continua em escala ascendente até a década 1850, o que pode ser visualizado em detalhes no gráfico 1.

A Lei do Ventre Livre, conforme apresenta o quadro 2, declara livres os filhos de mulheres escravizadas que nasceram desde a data da lei (Brasil, 1871), reacende a campanha abolicionista e sinaliza mais fortemente a abolição da escravidão.

A Lei de Locação de Serviços de 1879 é redigida e posteriormente publicada sob sua influência no sentido da libertação dos escravizados. Esta lei

[...] introduziu modificações na legislação sobre locação de serviços, com o **objetivo evidente de facilitar a imigração europeia**. Estabeleceu o decreto alguns entraves às arbitrariedades dos fazendeiros: os contratos foram expressamente limitados a seis anos para os trabalhadores nacionais e a cinco anos para os estrangeiros; a dívida inicial do imigrante ficou reduzida à metade do preço da passagem de navio e das “despesas de instituição” e se proibiram os acréscimos de juros sobre os débitos do locador dos serviços, isto é, o próprio imigrante; proibiu-se a cláusula abusiva da dívida solidária entre turmas de colonos, limitando-se a responsabilidade do colono às dívidas de sua família; na transferência da locação a outro locatário, tornou-se necessária a concordância do locador. A par disso, manteve-se a pena de prisão no caso de abandono do serviço sem pagamento da dívida, bem como o processo sumário de julgamento. **Em vista da péssima memória deixada pela prática da parceria, os fazendeiros a substituíram pelo salariado sob contrato de locação de serviços** (Gorender, 2016a, p. 613-614, grifo nosso).

Em conjunto, essas legislações obstaculizavam o acesso à terra e ao trabalho por parte do escravizado liberto e, sincronicamente, promoviam o ingresso do imigrante europeu no mercado de trabalho brasileiro.

É possível perceber, pela análise das legislações supracitadas, que os incentivos à promoção da imigração realizam-se ainda nas primeiras décadas do século XIX, porém se intensificam nas últimas décadas daquele século, diante da inevitabilidade do fim da escravidão. Emília Viotti da Costa, em sua obra *A abolição*, ilustra a dimensão desse fenômeno quando anota que nos últimos anos do século XIX, mais precisamente entre 1889 e 1900, “cerca de três quartos de 1 milhão de estrangeiros chegaram a São Paulo” (Costa, 2010, p. 136). Isso significa que São Paulo recebe cerca de 750 mil estrangeiros em aproximadamente uma década; “embora muitos voltassem para seus países de origem, desapontados com as condições de trabalho, outros se mudaram para as cidades assim que puderam e muitos permaneceram nas fazendas onde trabalhavam lado a lado com os libertos” (Costa, 2010, p. 136).

No contexto pós-abolição, os fazendeiros contavam tanto com a força de trabalho dos imigrantes como com a dos escravizados libertos. Esse excesso de trabalhadores possibilita que os fazendeiros continuem a pagar baixos salários.

Minha hipótese é a de que o capitalismo, na sua expansão, não só redefine antigas relações, subordinando-as à reprodução do capital, mas também engendra relações não capitalistas, igual e contraditoriamente necessárias a essa reprodução. **Marx já havia demonstrado que o capital preserva, redefinindo e subordinando, relações pré-capitalistas.** Provavelmente, **o caso mais significativo é o da renda capitalista da terra** (Martins, 2015, p. 36, grifo nosso).

O capitalismo não elimina os processos funcionais à sua lógica de reprodução; incorpora-os à sua dinâmica. A título de exemplificação, aponta-se o patriarcado que, tendo sua existência anterior ao capitalismo, foi funcional a este modo de produção quando, à época da Revolução Industrial, o processo de introdução da maquinaria no processo produtivo simplifica os processos de produção, permitindo a ampla incorporação de mulheres e crianças à produção, trabalhando em condições penosas e com salários miseráveis.

Essa condição decorrente da exploração capitalista do trabalho de mulheres e crianças resulta numa “[...] grande mortalidade infantil nas famílias operárias e na deformação física e moral das mulheres e crianças” (Marx, 2013, p. 325), condição

relatada detalhadamente na obra *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, escrita por Engels em 1845. O capital, então, aproveita-se de um sistema anterior à sua existência e incorpora o patriarcado em sua produção de valor.

A produção artesanal também fornece elementos para ilustrar os mecanismos pelos quais o capital preserva, redefine e subordina as relações pré-capitalistas, incorporando-as à sua dinâmica de (re)produção. Considerando que o trabalho artesanal “depende da força, da habilidade e do manejo do trabalhador individual ao usar seu instrumento de trabalho em uma série de operações diferentes”, o avanço do modo de produção industrial capitalista provoca um processo de “decomposição da atividade do artesão nas diversas operações que a compõem” (Marx, 2013, p. 389). Conclusão: o capital não elimina a produção artesanal, subordina-a à sua lógica de acumulação.

Tendo em conta essas exemplificações, vamos ao que Martins anuncia ser o caso mais significativo da redefinição e subordinação das relações pré-capitalistas à dinâmica de acumulação do capital: **a renda capitalista da terra**. Neste cenário, destaca-se a análise crítica de Marx⁵⁹ acerca das três categorias centrais da Economia Política: terra, capital e trabalho; e suas respectivas fontes de remuneração: renda fundiária, ganho do capital e salário. Antes de Marx, Adam Smith e, sobretudo, David Ricardo estudaram a renda da terra, mas a investigaram a partir de uma instância fenomênica, desconectada da sua essência: a produção de valor.

A introdução desta tese apresentou a construção do pensamento marxiano a partir da interlocução com a economia política clássica. Isso por si só já justificaria uma exposição sumariada da elaboração da renda da terra para a economia política clássica. Somando-se a este fato há o pioneirismo de David Ricardo em propor a elaboração de “verdadeira teoria da renda” (Ricardo, 1996, p. 19) no prefácio de *Princípios de economia política e tributação*.

O autor chama a atenção para o objetivo da economia política clássica e, ao passo que reconhece os avanços alcançados pelos teóricos desta ciência, aponta para a insuficiência de informações sobre as fontes de remuneração das principais categorias da economia política.

⁵⁹ Crítica que tem seu ponto de partida mais elaborado no primeiro manuscrito da obra “Manuscritos econômico-filosóficos”, e sua forma mais bem-acabada e sistematizada em “O Capital: crítica da Economia Política”.

O produto da terra – tudo que se obtém de sua superfície pela aplicação combinada de trabalho, maquinaria e capital – se divide entre três classes da sociedade, a saber: o proprietário da terra, o dono do capital necessário para seu cultivo e os trabalhadores cujos esforços são empregados no seu cultivo. Em diferentes estágios da sociedade, no entanto, as proporções do produto total da terra destinadas a cada uma dessas classes, sob os nomes de renda, lucro e salário, serão essencialmente diferentes, o que dependerá principalmente da fertilidade do solo, da acumulação de capital e de população, e da habilidade, da engenhosidade e dos instrumentos empregados na agricultura. Determinar as leis que regulam essa distribuição é a principal questão da Economia Política: embora esta ciência tenha progredido muito com as obras de Turgot, Stuart, Smith, Say, Sismondi e outros, eles trouxeram muito pouca informação satisfatória a respeito da trajetória natural da renda, do lucro e do salário (Ricardo, 1996, p. 19).

Apesar de destacar que autores como Stuart, Smith, Say e Sismondi não obtiveram sucesso nesta elaboração, Ricardo (1996) salienta que nas elaborações de Malthus há uma tentativa em delinear a *verdadeira teoria da renda*⁶⁰ e, por isso, dialoga com este autor em vários momentos da sua obra⁶¹.

No segundo capítulo de sua principal obra, “Princípios de economia política e tributação”, Ricardo explica o sentido da remuneração pelo uso da terra:

Se todas as terras tivessem as mesmas características, se fossem ilimitadas na quantidade e uniformes na qualidade, seu uso nada custaria, a não ser que possuíssem particulares vantagens de localização. Portanto, somente porque a terra não é ilimitada em quantidade nem uniforme na qualidade, e porque, com o crescimento da população, terras de qualidade inferior ou desvantajosamente situadas são postas em cultivo, a renda é paga por seu uso (Ricardo, 1996, p. 51).

Em seguida, aborda a relação entre aumento da população, cultivos de novas terras e renda da terra. Apesar de longa, a citação a seguir merece nossa atenção:

Suponhamos, portanto, que as faixas de terra – nº 1, 2, 3 – proporcionem, com igual emprego de capital e de trabalho, um produto líquido de 100, 90 e 80 quarters de trigo. Num país novo, onde a terra fértil é ainda abundante, comparada à população, e onde, em consequência, é necessário cultivar apenas a faixa nº 1, a totalidade da produção líquida pertencerá ao agricultor, e corresponderá aos lucros sobre o capital investido. Tão logo a população tenha aumentado o bastante para tornar necessário o cultivo da faixa nº 2, da qual se podem obter apenas 90 quarters, depois de descontado o sustento dos trabalhadores, a renda aparecerá na faixa nº 1; isso porque haverá duas taxas de lucro sobre o capital agrícola, ou deve ser subtraído da produção da faixa nº 1, por algum outro motivo, 10 quarters de trigo, ou o seu equivalente em valor. Se o proprietário da terra ou qualquer outra pessoa cultivasse a

⁶⁰ “Em 1815, Malthus, em seu Estudo Sobre a Natureza e o Progresso da Renda, e um membro do University College, de Oxford, em seu Ensaio Sobre a Aplicação do Capital à Terra, apresentaram ao mundo, quase ao mesmo tempo, a verdadeira teoria da renda.” (Ricardo, 1996, p. 19).

⁶¹ Ao leitor que deseja se aprofundar na leitura que Ricardo faz da renda da terra em Malthus, recomendamos a leitura do último capítulo da obra *Princípios de Economia Política e Tributação*, intitulado “As opiniões de Malthus sobre a renda da terra”.

faixa nº 1, esses 10 quarters constituiriam igualmente uma renda, pois o cultivador da nº 2 obteria o mesmo resultado com o seu capital, se cultivasse a nº 1, pagando 10 quarters como renda, ou se continuasse cultivando a nº 2 sem pagar nada. Da mesma forma, poderia demonstrar-se que, quando a faixa nº 3 começasse a ser cultivada, a renda da nº 2 deveria ser de 10 quarters ou seu valor equivalente, enquanto a da nº 1 aumentaria para vinte: o agricultor da nº 3 teria o mesmo lucro pagando 20 quarters, como renda pela nº 1, 10 quarters pela nº 2, ou cultivando a nº 3 sem pagar nenhuma renda. Na realidade, ocorre com frequência que, antes de entrarem em cultivo as terras nº 2, 3, 4 ou 5, ou ainda as de pior qualidade, o capital seja empregado mais produtivamente naquelas terras já em uso. Pode ocasionalmente suceder que, embora o produto não duplique, isto é, não aumente em 100 quarters, quando se duplica o capital originalmente empregado na faixa nº 1, chegue a crescer em 85 quarters, obtendo-se uma quantidade superior àquela que poderia ser conseguida pelo emprego do mesmo capital aplicado na terra nº 3 (Ricardo, 1996, p. 51-52).

No exemplo em tela, Ricardo (1996) afirma que se se considerar apenas a primeira faixa de terra, a totalidade do excedente produzido pertencerá ao agricultor. Contudo, à medida que a população cresce e se torna necessário cultivar uma segunda faixa de terra, a renda da terra aparecerá na primeira faixa.

Do mesmo modo, no cultivo da terceira faixa de terra a renda aparece na segunda faixa. Em ambos os casos, a renda é calculada pela diferença entre a capacidade produtiva das terras. Outra consequência do aparecimento da terceira faixa de terra é o aumento da renda da terra na primeira faixa (onde há a terra de melhor qualidade), que será necessariamente superior à renda da segunda, de acordo com a diferença produtiva entre elas (sempre considerando o mesmo emprego de capital e de trabalho). Em síntese: “[...] a cada avanço do crescimento da população, que obrigará o país a recorrer à terra de pior qualidade para aumentar a oferta de alimentos, aumentará a renda de todas as terras mais férteis” (Ricardo, 1996, p. 51).

Podemos inferir, com base em Ricardo, que à medida que o capital avança no cultivo de terras de qualidade inferior, o excedente declina e, ao mesmo tempo, as terras de qualidade superior terão suas rendas elevadas. O declínio do excedente reduz a taxa geral de lucro do sistema⁶². Essa capacidade de desestabilizar o lucro do capitalismo conduziria o sistema ao estágio estacionário, o que representava uma grande preocupação para este pensador empenhado na defesa dos interesses da classe industrial.

⁶² Abre-se aqui um ponto de conexão que nossa análise não consegue alcançar: a teoria da renda de David Ricardo apresenta a tendência à queda da taxa de lucro como consequência do crescimento da população e da redução de produtividade das terras. Percebe-se, então, que Marx não foi o primeiro a pensar na tendência à queda da taxa de lucro, mas o fez com um nível de aprofundamento que Ricardo não alcançou, pois não conseguiu precisar corretamente a distinção entre mais-valia e taxa de lucro.

Ricardo concorda com uma das proposições⁶³ de Malthus (1996, p. 90) acerca da renda terra, a saber: “a escassez relativa das terras mais férteis [...] é necessária [...] para separar uma parte do excedente geral da terra sob a forma de renda para o proprietário da terra”.

Para facilitar a compreensão do leitor acerca da exemplificação exposta, elaboramos a tabela a seguir.

Tabela 4 – Relação entre cultivo de novas terras, produto líquido e renda da terra

Faixa de Terra	Excedente Produzido*	Renda*	Excedente apropriado pelo produtor*
1	100	20	80
2	90	10	80
3	80	0	80

Legenda: *em quarters.

Fonte: elaborada pela autora a partir do exemplo contido em Ricardo (1996).

A tabela 4 demonstra a teoria da renda da terra de David Ricardo. No entendimento deste autor, a renda é uma parcela do lucro (um lucro extra) criado em terras mais férteis. Nestas terras, o trabalho cria um lucro maior do que a taxa média de lucro – um lucro extra, apropriado pelo proprietário da terra. O excedente apropriado pelo produtor é, portanto, produto da diferença entre o excedente produzido pelo trabalho e a renda da terra.

Essa apropriação não altera o princípio da determinação do valor pela quantidade de trabalho, como defendido por Ricardo. A análise do autor permite considerar a renda da terra como uma instância explicativa da sua propriedade privada. Dito de outro modo, a renda da terra aponta para a necessidade de que a terra seja apropriada por uma classe (classe esta que não é a classe trabalhadora).

⁶³ “A primeira propriedade da terra que mencionamos, ou seja, sua capacidade de produzir uma quantidade de bens de primeira necessidade maior que o exigido para a manutenção das pessoas empregadas no cultivo é, obviamente, o fundamento dessa renda e o limite de seu crescimento possível. A segunda propriedade citada, ou seja, a tendência ao aumento da população, em função da abundância de alimentos, é necessária para estabelecer o valor do excedente de bens de primeira necessidade que os agricultores podem obter na terra cultivada pela primeira vez, e também para criar demanda de mais alimentos do que se pode obter das terras mais ricas. E a terceira causa, ou a escassez relativa de terras férteis, que é claramente uma consequência natural da segunda, é necessária, por fim, para separar uma parte do excedente geral da terra sob a forma de renda para o proprietário da terra.” (Malthus, 1996, p. 90-91).

Não é nosso objetivo uma exposição pormenorizada acerca da teoria da renda da terra em Ricardo, contudo esta explanação preliminar é elementar, pois a análise que Marx fornece de renda da terra parte da elaboração de David Ricardo. Nesta tese, a questão da renda da terra é concebida para além do trato analítico oferecido por Ricardo. Suas limitações foram objeto de análise de Marx no livro terceiro de *O Capital*, momento em que o autor analisa a gênese da renda fundiária capitalista.

De acordo com este autor:

Com o surgimento do arrendatário capitalista entre o proprietário da terra e o agricultor que de fato trabalha, cortam-se todas as relações provenientes do antigo modo rural de produção. O arrendatário se torna o verdadeiro comandante desses trabalhadores agrícolas e o verdadeiro explorador do mais-trabalho destes últimos, ao passo que o proprietário da terra só estabelece com esse arrendatário capitalista uma relação direta, ou seja, uma mera relação monetária contratual. Desse modo, também a natureza da renda se transforma, não só de fato e fortuitamente, como já ocorria em parte sob as formas anteriores, mas de modo normal, em sua forma reconhecida dominante. **De forma normal do mais-valor e do mais-trabalho, ela é rebaixada a um excedente desse mais-trabalho sobre a parte dele que passa a ser apropriada pelo capitalista explorador sob a forma de lucro;** do mesmo modo, agora esse capitalista extrai diretamente todo o mais-trabalho – o lucro e o excedente sobre o lucro – na forma de mais-produto total e o converte em dinheiro [...]. **Assim, de forma normal do mais-valor e do mais-trabalho a renda se transforma, então, num excedente dessa esfera particular da produção, a esfera agrícola, num excedente sobre a parte do mais-trabalho que o capital reclama como pertencendo a ele de antemão e normalmente.** Em vez da renda, é o lucro que agora se converteu em forma normal de mais-valor, e a renda é considerada apenas como uma forma, autonomizada sob circunstâncias especiais, não do mais-valor em geral, mas de determinada ramificação deste último: do lucro extra [...]. Não mais a terra, mas o capital passou agora a submeter diretamente o trabalho agrícola a si mesmo e a sua produtividade (MARX, 2017b, p. 860 – III).

Marx indica “[...] três erros principais que é preciso evitar ao abordar a renda fundiária, pois turvam a análise”. O primeiro dos erros apontados pelo autor consiste na “[...] confusão entre as diversas formas da renda, que correspondem aos variados graus de desenvolvimento do processo social de produção [...]”, enquanto o segundo erro a ser considerado versa que “[...] toda renda fundiária é mais-valor, produto de mais-trabalho. É ainda diretamente mais-produto em sua forma não desenvolvida [...]” Marx (1986, p. 137). O terceiro erro, por seu turno, indica que

[...] precisamente no caso da valorização econômica da propriedade fundiária, no desenvolvimento da renda fundiária, manifesta-se como característico o fato de que sua quantidade não esteja determinada em absoluto pela intervenção de seu receptor, mas sim pelo desenvolvimento do

trabalho social, que independe da ação desse receptor e no qual ele não participa em absoluto (Marx, 1986b, p. 137).

Nos limites desta tese, interessa tratar de um desses erros em específico, o qual se vincula ao nosso tema de pesquisa, qual seja: *a confusão entre diferentes formas de renda, correspondentes a fases diversas de desenvolvimento do processo de produção social.*

Eis os elementos que Marx fornece a este respeito:

Qualquer que seja a forma específica de renda, todos os seus tipos têm em comum: a apropriação da renda é a forma econômica em que a propriedade fundiária se realiza, e, por sua vez, a renda fundiária pressupõe propriedade fundiária, propriedade de determinados indivíduos sobre determinadas frações do globo terrestre. É indiferente que o proprietário seja a pessoa que representa a comunidade, como na Ásia, no Egito etc., ou que essa propriedade fundiária seja apenas um tributo acidental de propriedade de determinadas pessoas sobre as pessoas dos produtores diretos, como no sistema escravocrata ou de servidão, ou que seja pura propriedade privada de não-produtores sobre a Natureza, mero título de propriedade sobre o solo ou, por fim, que seja uma relação com o solo, a qual, como no caso de colonos e pequenos proprietários camponeses, parece encontrar-se diretamente compreendida – no sistema de trabalho isolado e socialmente não desenvolvido – na apropriação e produção dos produtos de determinadas frações de terra pelos produtores diretos. **Esse denominador comum das diferentes formas de renda – ser a realização econômica da propriedade fundiária**, a ficção jurídica por força da qual diversos indivíduos detêm de modo exclusivo determinadas partes do globo terrestre – faz com que se esqueçam as diferenças (Marx, 1986b, p. 137, grifo nosso).

Assim, apesar de ser “[...] verdade que a renda tem como elemento essencial a propriedade privada da terra e o reconhecimento jurídico desta propriedade” (Sartori, 2021, p. 2.731), este fato tomado isoladamente não fornece os elementos necessários à compreensão da renda da terra. Esta só pode ser entendida na sua relação com a produção de valor.

O problema da renda apresenta-se, então, como resultado do processo de autonomização das condições de trabalho (meios de trabalho e terra) em relação ao trabalho. A força mistificadora desse processo revela-se na inversão que faz com que capital, propriedade fundiária e trabalho assalariado apareçam como “[...] fontes das quais, como nascente última, brota, portanto, o próprio valor do produto (Marx, 2017b, p. 889).

E continua:

Desse modo, o capital já se transforma num ente altamente místico, na medida em que **todas as forças produtivas sociais do trabalho aparecem como forças pertencentes ao capital, e não ao trabalho como tal, como forças que têm origem no seu próprio seio [...]**. O mais-valor, na forma de lucro, já não se refere à parte do capital desembolsada em trabalho, do qual deriva, mas ao capital total [...]. Tudo isso contribui para esconder cada vez

mais a verdadeira natureza do mais-valor e, por conseguinte, o verdadeiro mecanismo que move o capital [...]. Os próprios lucros médios aparentam ser intrínsecos ao capital; independentes da exploração [...]. **A autonomização da forma mais-valor, sua ossificação em relação a sua substância, a sua essência, completa-se com a divisão do lucro em lucro empresarial e juros** [...]. Em contrapartida, os juros, aparecem, então, como independentes, seja do trabalho assalariado do trabalhador, seja do próprio trabalho do capitalista, e como tendo origem no capital como sua fonte própria e independente [...]. Está consumada a mistificação do modo de produção capitalista, a reificação das relações sociais [...] o mundo encantado, distorcido e de ponta-cabeça (Marx, 2017b, p. 890-892).

Por não ser resultado do trabalho humano, a terra não tem valor e, em tese, não deveria ter preço. É só lembrar que ao analisar o processo de trabalho comum a todas as formas sociais, Marx caracteriza a terra como um meio de trabalho⁶⁴ e como objeto geral do trabalho⁶⁵.

Nos países da Europa, antes do advento do capitalismo, “[...] o uso da terra estava sujeito a um tributo, ao pagamento de renda em trabalho, em espécie ou em dinheiro. Essas eram formas pré-capitalistas de renda decorrentes unicamente do fato de que algumas pessoas tinham o monopólio da terra” (Martins, 2015, p. 36).

O advento do capitalismo, no entender de Martins (2015), não encerra essa irracionalidade, ao contrário,

[...] a propriedade fundiária, ainda que sob diferentes códigos, foi incorporada pelo capitalismo, contradição essa que se expressa na renda capitalista da terra. Tal renda nada mais tem a ver com o passado pré-capitalista, não é mais um tributo individual e pessoal do servo ao senhor; agora é um pagamento que toda a sociedade faz pelo fato de que uma classe preserva o monopólio da terra. A nova forma que ela assume é caracteristicamente capitalista, é oposta ao tributo historicamente anterior: nem os burgueses, nem os proletários deduzem e transferem diretamente uma parte de seus lucros ou de seus salários aos proprietários. Entretanto, a composição orgânica diferencial do capital entre agricultura e indústria, entre o setor atrasado e o setor moderno, entre o que se baseia em maior proporção de salário em relação ao capital do que de capital em relação a salário, encarrega-se de fazer aparecer nas mãos do proprietário a renda absoluta que aparentemente não é extraída de ninguém. O lucro médio encarrega-se de equalizar o valor criado em setores da economia que produzem desiguais quantidades de valor, viabilizando a conversão de parte dessa transferência em renda territorial (Martins, 2015, p. 36-37).

Sobre a mercantilização da terra no capitalismo, Martins assevera que, assim como a força de trabalho, a terra também se transforma em mercadoria neste sistema.

⁶⁴ “A própria terra é um meio de trabalho, mas pressupõe, para servir como meio de trabalho na agricultura, uma série de outros meios de trabalho e um nível de desenvolvimento relativamente alto da força de trabalho.” (Marx, p. 1985, p. 150).

⁶⁵ “A terra (que do ponto de vista econômico inclui também a água), como fonte original de víveres e meios já prontos de subsistência para o homem, é encontrada sem contribuição dele, como objeto geral do trabalho humano.” (Marx, p. 1985, p. 150).

Destaca que “assim como o capital pode se apropriar do trabalho, também pode se apropriar da terra e fazer com que ela, que nem é produto do trabalho nem do capital, apareça dominada por este último” (Martins, 1986, p. 160).

Conforme anunciamos na introdução deste item, a compreensão das especificidades do colonato não é possível sem o entendimento do processo de valorização do capital no interior da fazenda de café. Isto ocorre, pois

[...] quando não se retém a especificidade das relações de produção no regime de colonato, fica impossível entender os mecanismos ideológicos que definiam a singularidade do processo de valorização do capital nessas condições (Martins, 2015, p. 83).

O Brasil ainda não havia se industrializado, assim a exploração da força de trabalho se dava no interior da fazenda de café. Neste espaço, ocorria a extração de mais-valia compatível com a forma como se explorava a força de trabalho no interior da fazenda de café. “A produção direta dos meios de vida pelo trabalhador indicava apenas que o capital não se assenhoreara diretamente do processo de produção, mas fazia-o indiretamente, convertendo o seu produto em mercadoria” (Martins, 2015, p. 83).

A produção do valor no capitalismo se dá a partir do momento em que o trabalhador produz além da sua subsistência, expressa no tempo de trabalho socialmente necessário. Na dinâmica capitalista, o trabalhador produz a sua subsistência a partir do tempo de trabalho socialmente necessário à sua reprodução, produzindo em seguida a mais-valia, o tempo de trabalho que excede ao necessário.

Vimos na segunda seção da presente tese que a questão não é tão simplista e que essa relação entre tempo de trabalho necessário e excedente é, também, uma relação inversamente proporcional e envolve o componente da luta de classes. Neste momento, interessa apontar esta relação, ainda que sumariamente, para verificar que o que ocorre na fazenda de café é o oposto: primeiro havia a extração do tempo de trabalho excedente e sua apropriação por parte do fazendeiro e, depois disso, o colono poderia “[...] dedicar-se residualmente ao trabalho necessário à sua reprodução como trabalhador, sob a aparência de que trabalhava para si mesmo. Ainda assim estava trabalhando para o fazendeiro, garantindo as condições de sua própria reprodução como produtor de trabalho excedente” (Martins, 2015, p. 83).

Uma investigação mais atenta das análises de Martins permite inferir que a capitalização da renda a partir do cativo da terra altera a forma como se dá a relação entre trabalho necessário e excedente.

Entendo, pois, que o ponto nuclear da análise das relações de produção no café está em identificar as transformações ocorridas com a renda capitalizada, o capital imobilizado improdutivamente na coisa que lhe é objeto, e o seu vínculo com as transformações do trabalho. O rentismo estava na propriedade do escravo, carecendo o fazendeiro de capital adicional para fazê-lo produzir. Tenha-se em conta que na maior parte do período de vigência da escravidão o uso da terra não dependia de compra, e sim de cessão de uso do domínio do que de fato pertencia à Coroa. Não existia, propriamente, a não ser como exceção, a propriedade fundiária, que só se formalizará com a Lei de Terras de 1850. Durante a crise do trabalho servil, o objeto da renda capitalizada passa do escravo para a terra, do predomínio num para a outra, da atividade produtiva do trabalhador para o objeto do trabalho, a terra. Nessa mudança sutil, persiste a dimensão propriamente rentista da economia de exportação, o que é diverso do propriamente capitalista. Porém, libertando do rentismo o trabalho e transferindo o rentismo para a propriedade da terra (Martins, 2015, p. 39-40).

Quando investigamos esta questão mais de perto percebemos que a renda capitalizada – seja sob o regime do trabalho escravo ou sob o regime do trabalho livre – caracterizou-se como a forma do capital da fazenda cafeeira e por isso “podia, a um só tempo, fazer do fazendeiro um empresário capitalista, e da fazenda um empreendimento baseado principalmente em relações não capitalistas de produção” (Martins, 2015, p. 38).

A compreensão da produção capitalista de relações não capitalistas da produção do café só se desvela quando mediada pela análise da renda capitalizada. Sem este recurso analítico não é possível desvelar o movimento contraditório pelo qual o capital se transforma no seu oposto na produção do café.

Ademais, a produção capitalista de relações não capitalistas de produção:

[...] expressa não apenas uma forma de reprodução ampliada do capital, mas também a reprodução ampliada das contradições do capitalismo - o movimento contraditório não só de subordinação de relações pré-capitalistas ao capital, mas também de criação de relações antagônicas e subordinadas não capitalistas. Nesse caso, o capitalismo cria a um só tempo as condições de sua expansão, pela incorporação de áreas e populações às relações comerciais e os empecilhos à sua expansão, **pela não mercantilização de todos os fatores envolvidos, ausente o trabalho caracteristicamente assalariado**. Um complemento da hipótese é que tal produção capitalista de relações não capitalistas se dá onde e enquanto a vanguarda da expansão capitalista está no comércio. **Em suma, onde o capitalismo não se realiza plenamente, como no caso do colonato, dissemina a dinâmica capitalista e até uma híbrida mentalidade capitalista que fazem com que a economia funcione como economia capitalista, mesmo não o sendo**

plenamente, a sociedade ainda organizada com base em relações sociais e valores de orientação pré-modernos (Martins, 2015, p. 37).

A seguir as implicações da não consideração do movimento contraditório do capital na produção cafeeira:

Nas diferentes análises observa-se, em geral, que as formas do capital são tratadas como se constituíssem uma única, uma espécie de capital genérico, que na produção não podia originar senão relações capitalistas. Isso impossibilita que se estabeleça qual é o vínculo entre relações de produção, que por suas características não podem ser classificadas como capitalistas, e o capital. Por outro lado, **a definição da escravatura no latifúndio cafeeiro como simples instituição, devido à dificuldade de conceituá-la como modo de produção escravista, pode ter como uma das implicações a redução do problema do escravo e das relações de produção à sua mera expressão jurídica, sem alcançar as bases concretas e históricas do trabalho cativo** (Martins, 2015, p. 39).

A transição do escravismo pleno para o escravismo tardio tem um marco histórico já apresentado ao leitor: a Lei Eusébio de Queirós, de 1850. A partir desta lei desenvolve-se um gradual processo de esgotamento do escravismo que marca o início do processo de transição gradual; neste há o “redirecionamento dos recursos aplicados no tráfico no investimento na infraestrutura necessária ao desenvolvimento das relações capitalistas” (Oliveira, 2020, p. 12).

Neste processo, a população negra de antigos escravizados é marginalizada, sobretudo a partir da negação do direito à posse da terra. Como vimos, com a Lei de Terras, a terra deixa de ser concessão e passa a ser propriedade privada, concentrando-se numa classe: os antigos senhores de escravizados.

Com isso, lançamos as bases para compreensão da luta de classes no escravismo tardio e a transição do trabalho escravo ao trabalho livre.

3.4 Luta de Classes no escravismo tardio e transição ao trabalho livre

Acreditamos que não somente a inviabilidade econômica da escravidão é responsável por destruir a formação social escravista; antes de acessória, a luta de classes (e o papel desempenhado pelos escravizados) é elemento central para a derrocada do escravismo. Cumpre analisar de que forma as revoltas dos escravizados

participam do processo de crise das relações escravistas e do processo de extinção da escravidão.

A luta de classes consiste num elemento de análise central nas obras de Clóvis Moura, sobretudo em *Rebeliões da Senzala*. Contudo, no entender de Gorender, existiam muitas dificuldades para a organização dos escravizados no período escravocrata.

Mais do que outras classes oprimidas, os escravos se defrontavam com enormes dificuldades estruturais para formar uma consciência de classe que transcendesse a rebeldia e atingisse o nível de consciência revolucionária dirigida à transformação social progressiva. A introdução continuada de africanos trazia diferenciações étnicas, religiosas, linguísticas e outras de natureza cultural, aprofundando separações, estranhamentos e hostilidades. Escravos crioulos se distanciavam de escravos africanos, impossibilitando ou emperrando ações cooperativas contra um adversário comum [...]. Por si sós, enquanto classe, não alcançavam a **consciência revolucionária**. Seus atos de oposição mais avançados visavam à liberdade individual dentro do próprio regime escravista [...]. Nada há pra surpreender que escravos tenham assimilado os valores da sociedade escravista e pensassem atingir a liberdade para se tornarem eles próprios senhores de escravos (Gorender, 2016b, p. 142).

É preciso examinar mais de perto as considerações de Gorender sobre a consciência revolucionária dos escravizados. Para tanto, é imprescindível recorrer à obra de Clóvis Moura, *Rebeliões da Senzala*. Nesta obra o autor defende que a práxis política do africano escravizado apresenta um caráter de rebeldia ao trabalho. A partir da análise, revoltas, guerrilhas e insurreições combatem o mito de relações harmoniosas entre senhores e escravos e situam os conflitos entre essas classes como referências de luta de classes.

O quilombo foi, incontestavelmente, a unidade básica de resistência do escravo. [...] uma instituição natural da sociedade escravista. As fugas sucessivas que decorriam da própria situação do escravo exigiam que se organizassem núcleos capazes de receber o elemento que necessitava, como é natural, conviver com semelhantes para sobreviver. Elemento complementar do quilombo, muitas vezes independente de sua estrutura, foi a guerrilha, que proliferou em diversos locais nos quais os quilombos apareciam. Menos numerosa, a guerrilha tinha outros objetivos: o quilombo aglutinava os elementos que fugiam e procurava dar-lhes uma estrutura organizativa estável e permanente, [enquanto] [...] a guerrilha era extremamente móvel. Por isto mesmo pouco numerosa. Atacava as estradas, roubando mantimentos e objetos que os quilombos não produziam. Eram seus componentes também sentinelas avançadas dos quilombos, refregando com as tropas legais, os capitães do mato e os moradores das vizinhanças (Moura, 2020b, p. 155-156).

Diante do caráter degradante do trabalho ao qual eram submetidos, os escravizados participaram de movimentos políticos que ocorreram durante a Colônia e o Império. Assim, as formas de luta dos escravizados podem ser caracterizadas da seguinte maneira:

a) a revolta organizada, pela tomada do poder, que encontrou a sua expressão nos levantes dos negros malês (muçulmanos), na Bahia, entre 1807 e 1835; b) a insurreição armada, especialmente no caso de Manuel Balaio (1839) no Maranhão; c) a fuga para o mato, de que resultaram os quilombos, tão bem exemplificados no de Palmares. De fato, estas três formas fundamentais de luta caracterizaram, de um modo geral, os movimentos dos escravos contra o instituto da escravidão. Devemo-nos lembrar, porém, para que não fique o panorama incompleto, de outras formas de resistência usadas pelos escravos: 1) as guerrilhas [...] e 2) a participação [...] do escravo em movimentos que, embora não sendo seus, adquirirão novo conteúdo com a sua atuação (Moura, 2020b, p. 157).

Moura compreende o escravizado como “[...] o elemento material, a massa humana capaz de impulsionar, embora sem autoconsciência, o processo histórico-social no que diz respeito à sua contradição fundamental” (Moura, 2014, p. 15). Mesmo sem autoconsciência revolucionária, o escravizado impulsiona o processo histórico-social no que diz respeito à sua contradição fundamental, fato este que, no entender deste autor, foi aproveitado instintivamente pelos abolicionistas.

Décio Saes apresenta um grau maior de precisão ao de Moura quando afirma que “[...] os escravos rurais constituíram a força principal do processo de liquidação final das relações de produção escravistas, de extinção legal da escravidão” (Saes, 1985, p. 284). Contudo, a influência dos escravizados não ficou restrita a este momento, já que o fim das relações escravistas e da abolição formal da escravidão são processos que não encerram-se em si e direcionam a reorganização do Estado.

Dito de outro modo:

[...] os escravos rurais constituíram a força principal do processo de transformação burguesa do Estado, considerado no seu conjunto. Mas a classe média foi a força dirigente do processo, na medida em que subordinou a revolta escrava – até então voltada para a criação de comunidades isoladas – ao seu objetivo de liquidar o direito escravista, criar um direito burguês e reorganizar, segundo os princípios do burocratismo, o aparelho de Estado. Isso significa que é entre as classes populares (trabalhadoras, não proprietárias) que encontramos, simultaneamente, a força principal e a força dirigente do processo de transformação burguesa do Estado brasileiro (Saes, 1985, p. 284).

O processo de abolição da escravidão não pode ser concebido de forma desassociada da proclamação da República e da Assembleia Constituinte; juntos representam o processo de formação do Estado burguês no país, que constitui, no entender de Saes (1985, p. 182), “[...] a revolução política burguesa ou a revolução burguesa num sentido estrito: transformação do tipo (natureza de classe) de estrutura jurídico-política dominante numa formação social”.

Essa transformação é apenas um aspecto da revolução burguesa num sentido amplo, entendida esta como um longo processo – compreendendo o surgimento e a difusão da grande indústria (fábrica/máquina), a formação e o desenvolvimento da burguesia industrial e do proletariado, a estruturação da ideologia jurídica burguesa – de passagem ao capitalismo: isto é, de estabelecimento da dominância, numa formação social, do modo de produção capitalista [...]. Não é possível que se estabeleça a dominância de relações de produção capitalistas, numa formação social qualquer antes que ocorra uma revolução política burguesa. A revolução antiescravista brasileira de 1888-1891 transformou o Estado escravista moderno em Estado burguês, sem que tenha se estabelecido previamente a dominância de relações de produção capitalistas. Na verdade, tal revolução criou as condições jurídico-políticas necessárias – porém, não suficientes – ao estabelecimento da dominância, no Brasil, do modo de produção. A dominância do modo de produção capitalista no Brasil se estabeleceu, portanto, após a revolução política burguesa de 1888-1891; porém, não imediatamente após (isto é, durante os anos ou décadas seguintes) [...]. A revolução política burguesa de 1888-1891 permitiu, sem dúvida, um certo desenvolvimento da grande indústria e do mercado urbano de trabalho, nas décadas seguintes; porém, esse desenvolvimento não implicou a generalização da relação capital - trabalho assalariado por toda a formação social brasileira (Saes, 1985, p. 182-183).

Décio Saes, após apresentar a influência de Clóvis Moura em sua análise da participação das revoltas dos escravizados no processo de crise e extinção da escravidão, não segue a linha de raciocínio deste autor sobre a revolução burguesa. Para Moura, a abolição da escravidão no Brasil não se configurou como revolução democrático-burguesa.

Querer ver [...] a Abolição como uma possível revolução democrático-burguesa no Brasil é no mínimo ingenuidade, pois nenhuma das reformas que essa revolução tem por objetivo executar foi feita com essa medida. Daí por que o problema da revolução burguesa no Brasil é um problema polêmico, especialmente porque muitos dos que a abordam tomam como paradigma as revoluções burguesas europeias como se tivéssemos de repeti-las aqui, na época do imperialismo e no contexto de uma sociedade que tinha até cem anos atrás como forma fundamental de trabalho a escravidão e as instituições correspondentes (Moura, 2020a, p. 149).

Em seu entender, a abolição não promove uma mudança estrutural na sociedade brasileira. Tal afirmativa pode ser compreendida quando o autor explica que a abolição:

[...] substituiu o senhor de escravos pelo fazendeiro de café, sendo que os últimos tomaram o lugar dos primeiros como seus herdeiros diretos e continuadores, cristalizando-se, por outro lado, as oligarquias regionais do Nordeste e Norte também apoiadas no monopólio da terra, como os antigos senhores de escravos (Moura, 2020a, p. 149).

Florestan Fernandes e Jacob Gorender⁶⁶, por sua vez, concebem a abolição como uma revolução burguesa no Brasil, como uma ação política que não muda a estrutura econômica.

Mauro Maestri, o principal estudioso da obra de Gorender, em obra recentemente lançada, *Filhos de Cã, Filhos do Cão*; apresenta a sua compreensão acerca da revolução abolicionista:

Os limites históricos da Abolição não devem minimizar a importância da conquista dos direitos políticos e civis mínimos por setecentos mil ‘escravos’ e ‘ventres livres’. Em 13 de maio de 1888, superava-se a distinção entre trabalhadores livres e escravizados, iniciando-se a história da classe operária brasileira como compreendemos hoje. A Revolução Abolicionista foi o primeiro grande movimento de massas do cidadão moderno, promovido pelos trabalhadores escravizados em aliança com os libertos, trabalhadores livres, segmentos médios, etc. Até agora, foi a única revolução social vitoriosa do Brasil (Maestri, 2022, p. 204).

Pelo exposto, este autor radicaliza a concepção sobre a revolução abolicionista quando afirma que esta revolução destruiu o modo de produção escravista que vigorou no Brasil por longos séculos, configurando-se como uma revolução social - a única, em seu entender - vitoriosa no Brasil.

A eliminação do trabalho escravo, em nosso entender, coloca como central a questão da terra. O deslocamento geográfico das plantações de café na metade do século XIX, do vale da Paraíba para o Oeste Paulista ocorre porque nesta região “[...] a terra roxa, o relevo, a altitude e o clima com estações de chuva e seca bem definidas foram favoráveis aos cafeeiros”. Prova disso é que no final do século XIX, mais especificamente em 1886, “[...] a produção de café na área da Mogiana passou de dois milhões de arrobas, mais de 20% da produção paulista, e chegou, no início dos

⁶⁶ “Procurei desenvolver esta ideia básica dentro da concepção de que a revolução abolicionista foi a revolução burguesa no Brasil. Por conseguinte, a revolução burguesa ficou para trás. Não cabe mais projetá-la para o futuro” (Gorender, 2016b, p. 224).

anos de 1900, a 35% do café produzido em São Paulo”⁶⁷. Neste contexto a aristocracia agrária que se fortalece e destrona a monarquia, proclamando a república. Por isso a vinculação entre o processo de abolição da escravidão e a proclamação da República.

Vejamos a relação entre o deslocamento geográfico das plantações de café e a substituição do trabalho escravo pelo trabalho do colono:

Em meados do século XIX, quando foi proibido o tráfico negreiro para o Brasil, como vimos antes, o café se localizava predominantemente no Vale do Paraíba, com seus núcleos mais importantes na região próxima ao Rio de Janeiro. Foi em seguida se deslocando para a região oeste da província de São Paulo, através do Vale do Paraíba. Nos anos 1880, o café avançou para o que seria chamado depois de oeste velho, em direção às regiões que ficaram conhecidas como Mogiana e Paulista. A partir dos anos 1910-1920, o café se deslocou em direção ao oeste novo, às regiões da Araraquarense, da Alta Sorocabana e, finalmente, da Noroeste. O deslocamento espacial do café coincidiu com progressivas mudanças nas relações de trabalho nas fazendas cafeeiras: **nesse processo, o trabalho escravo cedeu lugar ao trabalho do colono, predominantemente estrangeiro**. Este, por sua vez, foi das relações de parceria agrícola a diferentes formas de colonato (Martins, 2015, p. 128).

No item anterior, vimos que a escassez de escravizados e a elevação do seu preço se dão não somente pela abolição do tráfico internacional, mas também pelo aumento de revoltas e fugas de escravizados. Este processo resulta num constante aumento no preço do escravizado, no momento em que também era crescente a demanda por produtos agrícolas no mercado mundial.

Esses dois fatores em conjunto são instâncias explicativas da introdução de trabalhadores não escravizados (colonos, meeiros e moradores) nas plantações escravistas. Insistimos: as rebeliões e revoltas dos escravizados participam, não de modo assessorio, mas de maneira direta na elevação do preço da mercadoria escravo e na crise que desemboca na substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre. Reivindicamos, portanto, a categoria luta de classes na análise da transição do trabalho escravo para o trabalho livre. À frente o leitor encontrará novos elementos para compreender as razões da nossa referência de transição: entendemos que esta ocorre do trabalho escravo para o trabalho livre e não do trabalho escravo para o assalariado, *stricto sensu*.

⁶⁷ Museu Casa de Portinari. Café e Imigrantes. São Paulo, 2019. In: https://www.museucasadeportinari.org.br/exposicao-estacao-brodowski/cafe_e_imigrantes.html

Por ora, é importante destacar que:

O trabalho livre gerado pela crise da escravidão negra diferia qualitativamente do trabalho livre do agregado, pois era definido por uma nova relação entre o fazendeiro e o trabalhador. O trabalhador livre que veio substituir o escravo dele não diferia por estar divorciado dos meios de produção, característica comum a ambos. Mas **diferia na medida em que o trabalho livre se baseava na separação do trabalhador de sua força de trabalho, que no escravo se confundiam**, e nela se fundava sua sujeição ao capital personificado no proprietário da terra. Entretanto, **se nesse ponto o trabalhador livre se distinguia do trabalhador escravo, num outro a situação de ambos era igual. Refiro-me a que a modificação ocorreria para preservar a economia fundada na exportação de mercadorias tropicais, como o café, para os mercados metropolitanos, e baseada na grande propriedade fundiária** (Martins, 2015, p. 30, grifo nosso).

Assim sendo, a contradição que envolve a emergência do trabalho livre: “[...] se expressa na transformação das relações de produção como meio para preservar a economia colonial de exportação” (Martins, 2015, p. 30), o que garantia a preservação do padrão de realização das relações econômicas no Brasil.

Diante disso, é imprescindível um destaque acerca da transformação das relações de produção. Essas transformações, em um primeiro momento, justificam-se em maior medida pelas alterações de abastecimento da força de trabalho de que o café requeria. Secundariamente justificam-se pelas com modificações no processo de trabalho da fazenda de café. Vejamos o porquê:

A transformação das relações de trabalho na cafeicultura originou-se na esfera da circulação, na crise do comércio de escravos, que produziu seus efeitos mais drásticos no Brasil a partir de 1850, quando o tráfico negreiro foi definitivamente proibido. A hegemonia do comércio na determinação das relações de produção na economia de tipo colonial, nesse caso particular, deve ser ressaltada. Essa economia não se definia apenas pelo primado da circulação, mas também pelo fato de que o próprio trabalhador escravo entrava no processo como mercadoria. Portanto, antes de ser o produtor direto, ele tem que ser objeto de comércio. Por isso, tem que produzir lucro já antes de começar a produzir mercadoria e não apenas depois, quando começa a trabalhar. Pode-se, pois, dizer que, na economia colonial, o processo de constituição da força de trabalho é regulado, antes de mais nada, pelas regras de comércio [...] (Martins, 2015, p. 31-32).

Em *Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro*, Gorender argumenta que no campo, após a abolição “[...] continuou a dominar a plantagem exportadora, sobretudo a de café; a de açúcar, perdido o mercado externo, teve de se voltar para o mercado interno que então se encontrava em expansão” (Gorender, 2002, p. 48).

Assim, a despeito do surgimento de um setor industrial fabril tipicamente capitalista, a plantagem e o latifúndio dominam a dinâmica econômica do Brasil. Naquele momento o modo de produção capitalista não era dominante, e sim, subordinado.

[...] o modo de produção capitalista em expansão em alguns núcleos urbanos, não era senão, depois da Abolição, notem bem, e ainda durante alguns decênios depois, um modo de produção subordinado, não o modo de produção dominante, esta é a minha opinião. Direi sucintamente que, na Velha República, não dominou o modo de produção capitalista, pois era um modo de produção subordinado; estava, porém, em crescimento e iria dar a linha para o desenvolvimento geral da própria formação social em direção ao capitalismo (Gorender, 2002, p. 28).

No que concerne ao trabalho, a transição não foi do trabalho escravo para o trabalho assalariado, mas sim do trabalho escravo para o trabalho livre. É o que defende Martins quando afirma que “[...] na crise do trabalho escravo foi engendrada a modalidade de trabalho que o superaria, isto é, o trabalho livre, sendo essa a sua única e inicial adjetivação, e não a de trabalho assalariado” (Martins, 2015, p. 29).

À medida que os próprios pesquisadores descrevem as relações de trabalho que predominaram na substituição do escravo pelo trabalhador livre, baseadas na produção direta dos meios de vida necessários à reprodução da força de trabalho, já se constata que tais relações não podem ser definidas como capitalistas (nem o trabalho como assalariado) senão através de muitos e questionáveis artifícios. Essa é, na verdade, uma questão de método (Martins, 2015, p. 29).

Através do cativo, o capital organizava e definia o processo de trabalho, mas não instaurava um modo capitalista de coagir o trabalhador a ceder a sua força de trabalho em termos de uma troca aparentemente igual de salário por trabalho. Já que a sujeição da produção ao comércio impunha a extração do lucro antes que o trabalhador começasse a produzir, representando, pois, um adiantamento de capital ao traficante, ele não entrava no processo de trabalho como vendedor da mercadoria força de trabalho, e sim diretamente como mercadoria; mas não entrava também como capital, no sentido estrito, como meio econômico para movimentar a produção, e sim como equivalente de capital, como renda capitalizada, como tributo ao fornecedor de mão de obra. **A exploração da força de trabalho se determinava, pois, pela taxa de juros no mercado de dinheiro, pelo emprego alternativo do capital nele investido antecipadamente, isto é, o cálculo capitalista da produção era mediado por fatores e relações estranhos à produção** (Martins, 2015, p. 32, grifo nosso).

As relações que se colocam na substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre não se desnudam quando “o procedimento classificatório descarta a reconstituição das relações, tensões e determinações que se expressam nas formas assumidas pelo trabalho” (Martins, 2015, p. 29). Necessário, portanto, compreendê-

las sob a orientação do método dialético, movimento que, no entender do autor, permite demonstrar como se produz algo e, concomitantemente, o seu contrário.

Dito de outro modo, o método dialético permite compreender a criação do cenário para o trabalho livre concomitantemente à sua negação. Isso não significa dizer que não houve trabalho assalariado nesta passagem; significa tão somente que ele não se difundiu com facilidade no país, sobretudo no campo.

O caminho expositivo que melhor apresenta esta questão e responde aos objetivos da pesquisa perpassa pela reconstrução

[...] da diversidade de mediações e determinações das relações de produção que configuraram o regime de trabalho que veio a ser conhecido como regime de colonato, sob o qual, durante cerca de um século, até fins dos anos 1950, foi realizada a maior parte das tarefas no interior da fazenda de café (Martins, 2015, p. 29).

A crise do escravismo no final do século XIX abre espaço ao regime de colonato, um regime de trabalho singular que “[...] abrangeu a cultura de café, mas que também alcançou a de cana-de-açúcar em São Paulo” (Martins, 2015, p. 35). Não podendo ser definido como um regime de trabalho assalariado, o colonato caracteriza-se pela articulação de três elementos:

[...] [1] um pagamento fixo em dinheiro pelo trato do cafezal, [2] um pagamento proporcional em dinheiro pela quantidade de café colhido e [3] produção direta de alimentos, como meios de vida e como excedentes comercializáveis pelo próprio trabalhador, portanto, um componente camponês pré-capitalista na relação laboral (Martins, 2015, p. 34-35).

Pelo exposto, percebe-se que o colono tinha um “modo camponês de trabalhar” baseado num “trabalho familiar”, o que não se adequava às condições de assalariamento de um trabalhador individual. É, contudo, o último elemento característico do colonato (a saber, a produção direta de alimentos como meios de vida e como excedentes comercializáveis pelo próprio trabalhador) que estabelece a impossibilidade de caracterização das suas relações como propriamente capitalistas (Martins, 2015, p. 36).

A prévia mercantilização de todos os fatores envolvidos nessas relações, mediante a qual o salário não pode ser um salário aritmético, isto é, disfarçado, mas deve ser salário em dinheiro para que os meios de vida necessários à produção da força de trabalho sejam adquiridos e regulados socialmente pela mediação do mercado, é condição para que as relações de produção se determinem como relações capitalistas de produção. Tal

condição, porém, não se dá neste caso. O salário aritmético é um salário que entra nos cálculos e na cabeça do capitalista, mas que não entra no bolso do trabalhador, não produz uma relação social (Martins, 2015, p. 36).

O Brasil possui mais de três séculos de trabalho escravo. Tamanho fato histórico constituiu e marcou expressivas contradições da sociedade brasileira. A substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre se deu, no entender de Moura (2020, p. 149), a partir de estratégias de dominação antecipadamente estabelecidas, as quais fizeram com que o antigo escravizado não entrasse sequer como força secundária na dinâmica deste processo, ficando como borra, sem função expressiva.

Em posse desta análise, o referido autor fundamenta a negação da abolição como uma possível revolução democrático-burguesa no Brasil e afirma que a substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre, além de excluir os antigos escravizados da nova dinâmica do país, faz com que o Brasil preserve o arcaico (instrumentos de dominação, prestígio e exploração) – enquanto o moderno foi absorvido pela dinâmica do imperialismo.

Não é coincidência histórica que o processo de abolição da escravidão no Brasil se dê nas duas últimas décadas do século XIX, concomitantemente ao processo de monopolização do capital nos países desenvolvidos. O desenvolvimento do capitalismo internacional consiste num importante eixo de análise para a compreensão do contexto da abolição do trabalho escravo no Brasil, no decurso do final do século XIX, pois ao passo que o capitalismo lança as bases para a existência dos regimes coloniais (fundamentais à dinâmica de acumulação de capital no período manufatureiro) e da escravidão moderna, direciona o seu fim quando esta economia representa um obstáculo para a emergência do modo de produção tipicamente capitalista.

Com essa projeção, ampliamos o prisma de análise para a compreensão de que a abolição da escravidão no Brasil vincula-se à necessidade de generalização das relações mercantis ante um capitalismo que, a partir de 1870, apresenta um forte movimento de concentração e centralização de capitais, ampliando a sua base de acumulação e buscando generalizar as relações mercantis, o que implica pressões internacionais em direção ao estabelecimento do trabalho livre.

É fato que o fim da escravidão e a importação de imigrantes colocaram os escravizados como massa marginalizada e reserva de segunda categoria do exército industrial.

Atuando concomitantemente, no plano intelectual e político, as elites intelectuais elaboraram e desenvolveram a ideologia do racismo como arma justificadora dessa estratégia, qualificando o trabalhador nacional não branco de um modo geral, e o negro em particular, como incapazes de enfrentar os desafios da nova etapa de organização do trabalho que se apresentava com o fim da escravidão (Moura, 2020a, p. 148).

Sobre este aspecto, Furtado (2007, p. 142) considera que a abolição não poderia se limitar a uma transformação formal de escravizados em trabalhadores livre. Teria de promover, à semelhança de uma reforma agrária, modificações na forma de organização da produção e no grau de utilização dos fatores. Neste país, a abolição não acarretou reformas que integrassem o negro na nova sociedade; por isso, o mencionado autor a considera uma medida de caráter mais político do que econômico.

Em seu entender:

Observada a abolição de uma perspectiva ampla, comprova-se que a mesma constitui uma medida de caráter mais político que econômico. A escravidão tinha mais importância como base de um sistema regional de poder que como forma de organização da produção. Abolido o trabalho escravo, praticamente em nenhuma parte houve modificações de real significação na forma de organização da produção e mesmo na distribuição da renda. Sem embargo, havia-se eliminado uma das vigas básicas do sistema de poder formado na época colonial e que, ao perpetuar-se no século XIX, constituía um fator de entorpecimento do desenvolvimento econômico do país (Furtado, 2005, p. 145).

No período posterior à abolição, o trabalho carregava, na sociedade brasileira, a marca da maldição e da desmoralização geradas pelos séculos de escravismo. Assim, os antigos escravizados, quando libertos, tendiam a trabalhar apenas o necessário para cobrir os gastos da sua subsistência. Isso resulta na subutilização da força de trabalho após a abolição.

A situação favorável, do ponto de vista das oportunidades de trabalho, que existia na região cafeeira valeu aos antigos escravos liberados salários relativamente elevados [...]. Sendo o trabalho para o escravo uma maldição e o ócio o bem inalcançável, a elevação de seu salário acima de suas necessidades – que estão definidas pelo nível de subsistência de um escravo – determina de imediato uma forte preferência pelo ócio. Na antiga região cafeeira onde, para reter a força de trabalho, foi necessário oferecer salários relativamente elevados, observou-se de imediato um afrouxamento nas normas de trabalho. Podendo satisfazer seus gastos de subsistência com dois ou três dias de trabalho por semana, ao antigo escravo parecia muito mais atrativo ‘comprar’ o ócio que seguir trabalhando quando já tinha o suficiente ‘para viver’. Dessa forma, uma das consequências diretas da abolição, nas regiões em mais rápido desenvolvimento, foi reduzir-se o grau de utilização da força de trabalho [...]. Por toda a primeira metade do século XX, a grande massa dos descendentes da antiga população escrava continuará vivendo dentro de seu limitado sistema de ‘necessidades’.

cabendo-lhe um papel puramente passivo nas transformações econômicas do país (Furtado, 2005, p. 144).

Diante da condição degradante do trabalho escravo, a subjetividade do antigo escravizado manifesta-se rechaçando-o. A transição apontava para uma necessidade de mudança na ética do trabalho.

Sobre o impacto da Abolição, Emília Viotti da Costa argumenta que:

[...] não trouxe a ruína da economia nem o caos social que os mais pessimistas haviam previsto. De fato, do ponto de vista das classes dominantes a transição do trabalho escravo para o trabalho livre foi extraordinariamente bem-sucedida. A desorganização do trabalho pela intensa fuga de escravos nos anos que imediatamente precederam à lei que pôs fim à escravidão foi seguida por uma rápida reorganização nos setores mais dinâmicos da economia. Embora fazendeiros, cuja situação econômica já era precária anteriormente à lei, fossem profundamente abalados, alguns chegando mesmo a ser forçados a abandonar suas fazendas, como classe a maioria dos fazendeiros fez essa transição sem maiores problemas. (Costa, 2010, p. 133)

Como solução alternativa ao problema da mão de obra, sugeria-se fomentar uma corrente de imigração europeia, depois de cogitar-se, seguindo o exemplo das Índias Ocidentais inglesas e holandesas, a importação de mão de obra asiática, em regime de semisservidão (Furtado, 2005, p. 129).

Ao passo que consideramos relevantes as análises de Furtado no que se concerne a compreensão da dinâmica econômica brasileira economia, julgamos importante apresentar a seguinte reflexão:

Em face da evidência sobre a escolha política que gerou tantas mudanças econômicas e institucionais profundas favoráveis aos imigrantes europeus nesse período, tanto a questão da escassez absoluta quanto a qualidade da força de trabalho local no período do desenvolvimento do ciclo do café são, a nosso ver, questões que exigem um reexame devido a contradições explícitas no discurso do autor sobre esse aspecto [...]. Seu texto indica, portanto, que o principal ciclo econômico brasileiro, o café, cujas bases fomentariam o processo de industrialização, institucionalização, repovoamento e, principalmente, a reorganização espacial da economia não possuíam um elemento fundamental para o seu sustento e sustentabilidade além dos solos produtivos: a força de trabalho remunerada. Assim, com base em sua leitura da história econômica brasileira, Furtado afirmou que a solução encontrada naquele tempo foi dada pôr o seguinte desdobramento lógico: devido à escassez e baixa qualidade dos trabalhadores residentes – especialmente os ex-escravos – para lidar com o crescimento acelerado do setor dinâmico da nova economia desde o final da segunda metade do século XIX, associou a dificuldade de mobilidade inter-regional trabalhista, a “única alternativa” para o crescimento e o desenvolvimento da economia brasileira, naquele momento seria a importação maciça dos ‘qualificados’ trabalhadores europeus para o cultivo do café (Sampaio, s/d, p. 5-6).

Na transição do trabalho escravo para o trabalho livre no Brasil, a classe trabalhadora vivia em situação de desprestígio, humilhação e desvalorização, enquanto as classes dominantes brasileiras gozavam de prestígio social, político, econômico e cultural.

Ianni apresenta alguns direcionamentos importantes no tocante à compreensão deste processo:

À medida que se formava e desenvolvia o Estado nacional, organizava-se o aparelho estatal de modo a garantir o regime de trabalho escravo. Depois, à medida que o regime de trabalho escravo foi sendo substituído pelo trabalho livre, os grupos e as camadas dominantes reorganizaram o aparelho estatal de modo a garantir o predomínio dos seus interesses, em detrimento de trabalhadores rurais e urbanos, negros, índios, imigrantes. Os governantes reagiam negativamente às reivindicações populares. Na lei e no debate parlamentar sempre se distinguiu revolução, feita por gente igual, e rebeldia, sedição e insurreição, feitas por gente menor socialmente ou por escravos (Ianni, 1984, p. 13).

Outro aspecto marcante desta transição consiste na absorção do escravizado liberto – o lado mais frágil das relações de produção – pelo mercado de trabalho. Este foi preterido diante da concorrência de imigrantes e trabalhadores livres brancos.

No Brasil, o estabelecimento das novas relações de produção combinou-se com a imigração de trabalhadores europeus, como recurso **não só para constituir a força de trabalho necessária à cultura do café, mas também como recurso para pôr no lugar do trabalhador cativo um trabalhador livre cuja herança não fosse a escravidão**. Mais de 1 milhão e 600 mil imigrantes vieram para o país num período de pouco mais de 30 anos, entre 1881 e 1913, a maioria dos quais para trabalhar como colonos nas fazendas de café. Devido, justamente, à modalidade das relações de produção aí vigentes, no chamado colonato, a imigração constituiu um requisito de importação constante e maciça de trabalhadores em grupos familiares. O colonato, diversamente das relações de produção caracteristicamente capitalistas, que criam a superpopulação relativa na indústria, o excesso de procura de emprego em face da oferta, criou uma subpopulação relativa no campo, que tornou a imigração subvencionada pelo Estado um dos seus ingredientes básicos (Martins, 2015, p. 38).

Conforme já apresentamos, o escravizado carregava consigo a negação pelo trabalho, dadas as condições degradantes de trabalho que foi submetido no modo de produção escravista colonial. Por isso, interessava às classes dominantes o estabelecimento de novas relações de produções, de modo a dispor de uma força de trabalho que não carregasse consigo a herança do trabalho escravo.

A preferência por imigrantes e trabalhadores livres brancos não é suficiente situar a classe dominante como abolicionista. Em verdade, não temos elementos para conceber que a introdução do trabalho não escravo e a preferência pelo imigrante se deram por uma postura abolicionista das classes dominantes.

A questão vista para além da imediatividade permite inferir que a utilização de imigrantes se deu pelos fatores embaraçantes da escravidão já apresentados, a saber: a inviabilidade da escravidão, decorrente do alto preço da mercadoria escravizada, bem como as crescentes fugas e revoltas. Neste cenário chega ao Brasil um elevado número de imigrantes, vindos sobretudo da Europa, fugindo da miséria e da crise que assolava a classe trabalhadora de países como a Itália. Assim,

[...] não há por que supor que as classes dominantes introdutoras do trabalho não escravo nas plantações escravistas, ou a ele favoráveis, deveriam querer, por esse mesmo fato, a extinção legal da escravidão (= Abolição): na verdade, essas classes dominantes, ao tempo que adotaram o trabalho não escravo (morador, colono) nas plantações, lutaram pela conservação da escravidão em geral (Saes, 1985, p. 235).

Importante destacar que a fazenda de café possuía algumas características que não se harmonizavam bem com a manutenção do trabalho escravo. Celso Furtado, ao analisar a economia de transição para o trabalho assalariado na sua obra *Formação econômica do Brasil*, pondera aspectos acerca da gestação da economia cafeeira e demonstra que o café faz parte da busca por um produto de exportação em que a terra, abundante no país, entrasse como fator de produção.

O problema brasileiro consistia em encontrar produtos de exportação em cuja produção entrasse como fator básico a terra. Com efeito, a terra, era o único fator de produção abundante no país. Capitais praticamente não existiam e a mão de obra era basicamente constituída por um estoque de pouco mais de dois milhões de escravos, parte substancial dos quais permaneciam imobilizados na indústria açucareira ou prestando serviços domésticos (Furtado, 2005, p. 117- 118).

O café era o produto adequado às características econômicas do país. Seu apogeu como produto nacional de exportação brasileira se deu na primeira metade do século XIX. Com a crise da economia mineira (ciclo do ouro), havia força de trabalho disponível e subutilizada nas regiões de mineração. É nesse contexto que Celso Furtado explica o tráfico interprovincial, movimento em que os escravizados do

Nordeste eram comprados pelo Sudeste – região que neste período caracterizava-se como o centro economicamente dinâmico do país.

O autor explica este processo da seguinte forma:

Como em sua primeira etapa a economia cafeeira dispôs do estoque de mão de obra escrava subutilizada da região da antiga mineração, explica-se que seu desenvolvimento haja sido tão intenso, não obstante a tendência pouco favorável dos preços. No terceiro quarto de século os preços do café se recuperam amplamente, enquanto os do açúcar permanecem deprimidos, criando-se uma forte pressão no sentido da transferência da mão de obra do norte para o sul do país (Furtado, 2005, p. 119).

Na esteira deste processo, também é importante destacar que:

Enquanto cresce no Nordeste, desde meados do século XIX, o aproveitamento dos trabalhadores livres nos engenhos, a região cafeeira preferiu recorrer cada vez mais aos escravos, drenados das outras regiões. Nos anos 1870, diante da elevação do preço dos escravos, os fazendeiros paulistas entregam aos caboclos as tarefas perigosas do desbravamento de terras virgens. Mas somente ao escravo, poupado do risco de tais tarefas, se confia o cultivo do café (Gorender, 2016b, p.212).

A gestação da economia cafeeira desencadeia o surgimento de uma nova classe dirigente no país, que

[...] se formou numa luta que se estende em uma frente ampla: aquisição de terras, recrutamento de mão de obra, organização e divisão da produção, transporte interno, comercialização dos portos, contatos oficiais, interferências na política financeira e econômica (Furtado, 2005, p. 120).

O referido autor refere quatro instâncias analíticas para explicar o *problema da mão de obra*, são elas: a oferta interna potencial (escrava e nacional), a imigração europeia, a transumância amazônica e a eliminação do trabalho escravo. Infere que após a eliminação da imigração forçada de africanos, a questão da mão de obra se agrava e passa a se configurar como um problema que urge por solução:

Para compreender a natureza desse problema é necessário ter em conta as características da economia brasileira nessa época e a forma como a mesma se expandia. O crescimento das economias europeias, que se industrializaram no século XIX, consistiu fundamentalmente numa revolução tecnológica. A medida que iam penetrando as novas técnicas, sucessivos segmentos do sistema econômico preexistente se desagregavam. Sendo essa desagregação muito rápida na primeira etapa, a oferta de mão de obra crescia suficientemente para alimentar o setor mecanizado em expansão e ainda exercer forte pressão sobre os salários. Por outro lado, a desagregação do sistema pré-capitalista intensificava o processo de urbanização, o que por

sua vez facilitava a assistência médica e social e, destarte, acarretava uma intensificação no crescimento vegetativo da população. Com efeito, registrou-se na Inglaterra um substancial aumento na taxa de crescimento da população no correr do último quartel do século XVIII e primeiro do XIX, se bem que, segundo as opiniões mais autorizadas, dificilmente se possa negar que durante esse período pioraram as condições de vida da classe trabalhadora. No caso brasileiro, o crescimento [da população] era puramente em extensão. Consistia em ampliar a utilização do fator disponível – a terra – mediante a incorporação de mais mão de obra. A chave de todo o problema econômico estava, portanto, na oferta de mão de obra. Caberia, entretanto, indagar: não existia uma oferta potencial de mão de obra no amplo setor de subsistência, em permanente expansão? (Furtado, 2005, p. 91-92, grifo nosso).

A resposta ao questionamento levantado pelo autor na citação acima perpassa pela compreensão da natureza do desenvolvimento da economia brasileira nesta etapa e nas subsequentes.

É necessário compreender o que significa o setor de subsistência, o qual “se estendia do Norte ao extremo sul do país [e] caracterizava-se por uma grande dispersão. Baseando-se na pecuária e numa agricultura de técnica rudimentar, era mínima sua densidade econômica” (Furtado, 2005, p. 91-92).

O autor supramencionado destaca que na economia de subsistência a produção de alimentos era voltada para a unidade familiar, por isso a “roça” é a sua unidade central. Contudo, na economia de subsistência, o ser humano não se limita a viver da roça, pois se vincula a um “grupo econômico maior, quase sempre pecuário, cujo chefe é o proprietário da terra onde tem a sua roça. Dentro desse grupo desempenha funções de vários tipos [...] e recebe uma pequena remuneração [...]” (Furtado, 2005, p. 123).

Se na roça o sistema é exclusivamente de subsistência, as coisas não são bem assim no âmbito da unidade maior, onde o sistema é misto, “variando a importância da faixa monetária de região para região, e de ano para ano numa região” (Furtado, 2005, p. 123). A abundância de terras inevitavelmente desencadeia um crescimento do sistema de subsistência, o que implica, na maioria das vezes, uma redução na importância relativa da faixa monetária, uma vez que:

O capital de que dispõe o roceiro é mínimo, e o método que utiliza para ocupar novas terras, o mais primitivo. Reunidos em grupo abatem as árvores maiores e em seguida usam o fogo como único instrumento para limpar o terreno. Aí, entre troncos abatidos e tocos não destruídos pelo fogo, plantam a roça. Para os fins estritos de alimentação de uma família, essa técnica agrícola é suficiente. Tem-se repetido comumente no Brasil que a causa dessa agricultura rudimentar está no “caboclo”, quando o caboclo é simplesmente uma criação da economia de subsistência. Mesmo que dispusesse de

técnicas agrícolas muito mais avançadas, o homem da economia de subsistência teria que abandoná-las, pois o produto de seu trabalho não teria valor econômico. A involução das técnicas de produção e da forma de organização do trabalho com o tempo transformaria esse homem em 'caboclo' (Furtado, 2005, p. 123-124).

Neste cenário, é necessário destacar que a baixa produtividade da mão de obra, que formava uma reserva potencial de força de trabalho, não estava restrita ao sistema de subsistência. Nas zonas urbanas, também

[...] havia acumulado uma massa de população que dificilmente encontrava ocupação permanente. As dificuldades principais neste caso eram de adaptação à disciplina do trabalho agrícola às condições da vida nas grandes fazendas. As dificuldades de adaptação dessa gente e, em grau menor, daqueles que vinham da agricultura rudimentar do sistema de subsistência contribuíram para formar a opinião de que a mão-de-obra livre do país não servia para a 'grande lavoura' (Furtado, 2005, p. 125)

A análise apresentada reflete os processos que explicitam a concretude da questão social no processo de formação da sociedade brasileira, sobretudo no que se concerne à negação do acesso ao trabalho e a terra, as quais se configuram como expressões da questão social no processo de transição.

Este raciocínio nos permite estabelecer conexões com os processos ulteriores que foram complexificando a questão social na particularidade brasileira, na conformação como economia periférica e dependente.

A análise da formação social escravista é elementar para que continuemos o processo de investigação não apenas da gênese da questão social, mas também dos seus pressupostos sócio-históricos da sua particularidade no Brasil.

A transição para o capitalismo neste país assume um caráter dependente e situa-se estrategicamente para atender à demanda econômica dos países desenvolvidos. É isso que passamos a investigar a seguir.

4 PRESSUPOSTOS SÓCIO-HISTÓRICOS DA PARTICULARIDADE DA QUESTÃO SOCIAL NO BRASIL

O particular não é um exemplo do geral, [...] e sim a existência do geral mais rica de determinações que o próprio geral.

Jacob Gorender

Nos limites desta tese, não nos cabe mais que apontar alguns traços dos pressupostos sócio-históricos da particularidade da questão social e do capitalismo no Brasil, a partir da exposição, em seus elementos essenciais, do caráter dependente do capitalismo brasileiro e da superpopulação relativa neste país.

Nesta seção apresentaremos os pressupostos sócio-históricos da particularidade da questão social no Brasil, destacando os processos de superpopulação relativa e de precarização do trabalho, apresentados na segunda seção e agora articulados com a realidade brasileira.

Enfrentar o desafio teórico de interpretar a “questão social” no Brasil a partir do que nos particulariza como formação social significa imprimir a análise crítica dos processos sociais, tão marcante no âmbito do Serviço Social brasileiro. Concordamos com Ortiz no que concerne ao entendimento de que no Brasil a questão social “pressupõe reconhecer a relação entre capital e trabalho a partir das particularidades do desenvolvimento capitalista dependente e periférico do país, que passa, necessariamente, pela sua formação sócio-histórica” (Ortiz *et al.*, 2021, p. 252).

Com este indicativo, avançamos em direção à análise do caráter dependente do capitalismo brasileiro a partir das suas duas principais características: a transferência de valor e a superexploração da força de trabalho

4.1 O caráter dependente do capitalismo brasileiro: transferência de valor e superexploração da força de trabalho

No entender de Ruy Mauro Marini, dois fundamentos sustentam a “reprodução ampliada da dependência”: a transferência internacional de valor e a superexploração da força de trabalho. A análise deste item articula essas características com a finalidade de apresentar o caráter dependente do capitalismo brasileiro.

A compreensão da particularidade da questão social no Brasil perpassa, inevitavelmente, pela análise da superexploração da força de trabalho – a forma particular da exploração da força de trabalho no país.

Ao investigar a inserção da América Latina na dinâmica capitalista, elabora a categoria superexploração da força de trabalho. Esta categoria, ao passo que particulariza as economias dependentes, também se apresenta como característica estrutural e sistemática destas economias.

[...] a superexploração é mais bem definida pela maior exploração da força física do trabalhador, em contraposição à exploração resultante do aumento da produtividade, e tende normalmente a se expressar no fato de que a força de trabalho se remunera abaixo do seu valor real. (Marini, 2005, p. 189).

Na segunda seção desta tese, apresentamos ao leitor, com base em Marini (2012), como se dá a concentração de capital no ciclo da economia dependente por meio do mecanismo do lucro extraordinário. Capitais pequenos e médios, por não disporem das mesmas condições de produção e de incremento tecnológico dos grandes capitais, operam em condições médias de produção (e às vezes, abaixo dela). Como o capitalista mais desenvolvido tecnologicamente venderá sua mercadoria pelo preço estabelecido ao nível de produção do capitalista menos desenvolvido, a diferença do custo de produção fará com que o lucro daquele capitalista seja maior do que deste.

Dessa forma, os pequenos capitais tendem a transferir parte de sua mais-valia às grandes empresas monopolistas. Dada a impossibilidade do capitalista que dispõe de pequeno e médio capital de aumentar a produtividade do trabalho, recompõe sua taxa de lucro através da elevação da taxa de mais-valia. Como consegue isto? Extraindo mais-trabalho não remunerado de seus trabalhadores.

Descartando a elevação da produtividade, isso só é possível: (1) aumentando a intensidade do trabalho, (2) prolongando a jornada de trabalho, e/ou (3) rebaixando o salário do trabalhador. Nesses três casos, a força de trabalho é remunerada abaixo de seu valor, o que configura a presença de uma superexploração do trabalho.

Deste modo, por ser

[...] um recurso que os capitais com menor poder de competição acionam, a superexploração acaba, ao final, favorecendo os capitais monopolistas, posto que ali também se emprega força de trabalho cujo nível de remuneração obedece, em linhas gerais, ao nível médio fixado nas empresas que trabalham em condições médias. Portanto, reduz-se também em termos relativos a massa de salários pagos pelas empresas monopolistas, abatendo-se seu custo de produção. E, mais, como a superexploração implica que se reduzam os custos de produção, todas as matérias-primas e os demais insumos industriais veem seus preços de mercado deprimidos, o que beneficia também as grandes empresas. Estabelece-se assim um círculo vicioso no qual a estrutura de preços tende sempre a ser deprimida, pelo fato de que se deprime artificialmente o preço do trabalho, o salário. (Marini, 2012, p. 31).

A investigação da forma como operam os mecanismos de transferência de valor no processo de expansão capitalista permite estabelecer relações históricas com o período pré-capitalista, momento em que

os países desenvolvidos extraíam o excedente produzido na periferia através da expropriação, dentro da acumulação primitiva de capital. Mais tarde, nas regiões periféricas, a extração do excedente passa a se dar por meio dos fluxos comerciais, dentro dos mecanismos de transferência de valor já observados, da expansão do capital que conduz à extração da mais-valia localmente, através dos investimentos diretos estrangeiros, e da desregulamentação interna e externa dos fluxos de capitais. (Carcanholo, 2008, p. 256).

Marini explica os mecanismos de transferência de valor a partir de dois movimentos: o primeiro, já apresentado, refere-se à produtividade inferior dos países dependentes em relação aos países centrais. Esta menor produtividade, na esfera do mercado (onde as mercadorias são vendidas pelo valor que reflete as condições médias de sua produção), acarreta uma transferência de valor excedente da periferia para o centro do capitalismo. Este processo relaciona-se diretamente com “o monopólio de produção de mercadorias⁶⁸ com maior composição orgânica do capital pelos capitais operantes nas economias centrais” (Marini, 2005).

⁶⁸ “Quando determinados capitais possuem um grau de monopólio razoável em seus mercados específicos, isto faz com que eles possam manter, por determinado tempo, preços de mercado acima dos preços de produção de mercado, isto é, sustentar temporariamente volumes de produção abaixo

Um segundo mecanismo de transferência de valor ocorre na concorrência entre distintas fases de produção, processo este sintetizado por Carcanholo:

[...] Esse processo de concorrência reflete a entrada e saída de capitais de várias esferas, conforme as diferentes taxas de lucro vigentes nessas esferas, o que tende a igualar as taxas de lucro. Entretanto, o monopólio de produção de mercadorias com maior valor agregado no centro faz com que os capitais externos possam vender seus produtos a um preço que supera aquele que prevaleceria com iguais taxas de lucro, definindo também um mecanismo de transferência de valor. (Carcanholo, 2008, p. 255).

Carcanholo (2008, p. 255) destaca que esses dois mecanismos de transferência de valor operam sob o condicionante da dependência. Adiciona, com base em Marini, um terceiro mecanismo:

dada a característica atual de aprofundamento da desregulamentação e abertura financeira, deve-se ressaltar o funcionamento de outro mecanismo de transferência de valor: [...] o capital externo, na forma de investimento direto, tende a repatriar lucros e dividendos, e, portanto, remete valor criado na periferia para o centro. Por outro lado, na sua forma de endividamento, implica a transferência de valor a partir do pagamento de juros e amortizações de dívida. Por fim, a dependência tecnológica também coloca a transferência de valor produzido na periferia para o centro na forma de pagamento de *royalties*. (Carcanholo, 2008, p. 255).

Em síntese:

Esses elementos condicionantes da dependência provocam uma forte saída estrutural de recursos, levando a recorrentes problemas de estrangulamento externo e restrições externas ao crescimento. A única maneira que a acumulação de capital interna à economia dependente tem para prosseguir seria aumentar a sua produção de excedente. Assim, ainda que uma parcela crescente desse excedente seja apropriada e, portanto, acumulada, externamente, o restante (a partir da taxa de lucro interna) pode sustentar uma dinâmica de acumulação interna, mesmo que restringida e dependente. A forma associada à condição de dependência para elevar a produção de valor é a superexploração da força de trabalho, o que implica o acréscimo da proporção excedente/gastos com força de trabalho, ou a elevação da taxa de mais-valia, seja por arrocho salarial e/ou extensão da jornada de trabalho, em associação com aumento da intensidade do trabalho. (Carcanholo, 2008, p. 256).

A transferência de valor, produzida pela dinâmica da dependência, permite que, de um lado, os países centrais se apropriem do valor produzido nos países periféricos,

das demandas. Como os preços de mercado estariam, nesta situação, acima dos preços de produção, para além das oscilações conjunturais, estes capitais poderiam se apropriar de um lucro efetivo acima do médio; uma massa de valor apropriado além daquele que, de fato, foi produzido por estes capitais". (Carcanholo, 2012, p. 82).

dado o ingresso destes na dinâmica de acumulação com uma baixa composição orgânica de capital; e de outro, como um mecanismo de estancar o impacto deste primeiro movimento, produz-se a superexploração da força de trabalho.

Para compreender a lógica de acumulação de capital contemporânea em escala mundial, é indispensável “observar a crise do capitalismo nos últimos 40 anos, assim como as respostas encontradas por ele na tentativa de recompor as condições de uma acumulação ampliada” (Carcanholo, 2008, p. 249).

Com esta indicação, prosseguimos na análise, a fim de contemplar a dinâmica contemporânea de acumulação no que concerne à tendência à queda da taxa de lucro.

4.2 Tendência à queda da taxa de lucro e Superpopulação relativa

Neste item apresentamos ao leitor a superpopulação relativa como uma categoria intrínseca à dinâmica de acumulação capitalista e como movimento contratendencial à queda da taxa de lucro.

Na segunda seção desta tese já estabelecemos as necessárias conexões entre a acumulação capitalista e a superpopulação relativa. Neste momento, cabe-nos a análise da sua articulação com o movimento contratendencial à queda da taxa de lucro. Para tanto, é necessário compreender como esta questão se expressa nos países centrais.

Nas décadas imediatamente após a Segunda Guerra Mundial, há uma significativa redução no número de desempregados. As taxas de desemprego dos países centrais atingiram percentuais considerados baixos, conforme demonstra a tabela a seguir.

Tabela 5 – Desemprego nos países do G7 – 1964/1973 e 1983/1992

	1964-1973	1983-1992
Alemanha Ocidental	0,79	6,03
França	2,23	9,70
Itália	5,48	10,13
Reino Unido	2,94	9,79
Estados Unidos	4,46	6,69
Canadá	4,23	9,64
Japão	1,22	2,71

Elaboração própria
Fonte: Eatwell (1996).

Concomitantemente a este processo, os ganhos do capital atingiram um elevado patamar até os últimos anos da década de 1960⁶⁹, quando há um esgotamento da organização da produção fordista, decorrente da queda no consumo, do advento de novas tecnologias e da implementação de um modelo de organização da produção e do trabalho mais lucrativo no Japão, o toyotismo. Este se adapta melhor às mudanças tecnológicas em curso na terceira revolução industrial.

A nova organização do trabalho foi implantada progressivamente entre as décadas de 1950 e 1970 e tem uma dupla origem: a necessidade de as empresas japonesas serem tão competitivas quanto as americanas e a necessidade de aplicar o fordismo no Japão (Gounet, 1999, p. 25).

No toyotismo, a produção vincula-se à demanda e ao crescimento econômico. “A empresa só produz o que é vendido, e o consumo condiciona toda a organização da produção” (Gounet, 1999, p. 26). Por isso, funciona a partir da existência de um estoque mínimo.

Tudo ocorre, mais ou menos, da seguinte forma:

Existe um estoque mínimo de veículos apresentados aos clientes; estes escolhem seus carros; a Toyota então reconstitui o estoque em função do que foi vendido; produz os carros que faltam; mas, para isso, precisa de componentes específicos de modelos comprados; retira-os dos estoques; as indústrias de autopeças renovam então as reservas esgotadas; também elas devem ter peças e se aprovisionam em estoques previamente constituídos; e

⁶⁹ Neste período a economia mundial cresceu por volta de 4,9% e as taxas de produtividade da força de trabalho foram muito elevadas. Entre 1950 e 1970 a taxa de lucro da manufatura cresceu tendencialmente atingindo uma média anual de 40,4 no Japão, 24,3 nos EUA e 23,1 na Alemanha. (BRENNER, 2003).

assim por diante. **Dessa maneira a produção é puxada pela demanda e o crescimento, pelo fluxo** (Gounet, 1999, p. 26, grifo nosso).

Essa flexibilidade da organização da produção articula-se à flexibilidade da organização do trabalho. Com isso, rompe-se a relação um homem/uma máquina, característica da organização da produção fordista. A título de ilustração, Gounet (1999) observa que em 1955 um trabalhador operava em média cinco máquinas na Toyota.

Gounet (1999, p. 27) chama atenção para duas consequências decorrentes deste processo: a primeira delas consiste no fato de que o trabalho se torna de equipe e não é mais individualizado e racionalizado conforme o fordismo/taylorismo, uma vez que a relação homem/máquina é a relação de uma equipe de operários ante um sistema automatizado. Uma segunda consequência consiste na já mencionada polivalência do trabalhador, o qual, a partir de então, deve operar diversas máquinas.

Sinteticamente, podemos afirmar que o toyotismo é um sistema de organização da produção baseado numa resposta imediata às variações da demanda e que exige, portanto, uma organização flexível do trabalho e dos trabalhadores (Gounet, 1999, p. 29).

Neste momento verifica-se na dinâmica econômica o que Marx (1985) assinalou no livro Terceiro de *O Capital*: a tendência da queda da taxa de lucros, processo que, segundo este autor é intrínseco ao processo de produção capitalista.

A queda da taxa de lucros fez com que o capitalismo, numa necessidade de contornar os movimentos de crise para não comprometer o processo de acumulação de capital, reduzisse o número de trabalhadores e os salários. Ocorre então um acentuado aumento do desemprego nos países do centro do capitalismo a partir da década de 1980.

Marx trata sobre a lei tendencial à queda da taxa de lucro no Livro Terceiro de *O Capital*, como uma tendência imanente ao modo de produção capitalista. A composição orgânica do capital consiste na relação entre capital constante e capital variável. Uma composição orgânica elevada acontece quando a proporção do capital constante é maior. Uma composição orgânica baixa, por sua vez, resulta de uma proporção do capital variável maior que o constante. A tendência à queda da taxa de lucro, portanto, apresenta-se a partir de um aumento na composição orgânica do capital, o que se dá a partir de uma alta no capital constante.

Um aumento na composição orgânica do capital leva a um aumento na acumulação do capital, o que contraditoriamente faz com que a taxa de lucro decline. Capital é contradição! Para entender melhor esse processo, é necessário salientar que a mais-valia advém apenas da parcela variável do capital e o lucro advém do capital total (capital constante + capital variável). Dito que a mais-valia advém do capital variável, sua taxa só poderia ser determinada pela relação entre mais-valia e capital variável.

A taxa de lucro, por sua vez, como advém do capital total, é determinada pela relação entre mais-valia e capital global (ou total). Portanto, um incremento no capital constante a partir da introdução de novos métodos produtivos leva necessariamente à tendência à queda da taxa de lucro.

Eis o exemplo que Marx fornece em *O Capital*:

Tabela 6 – Tendência à queda da taxa de lucro

C	v	l'
50	100	100/150 = 66,6%
100	100	100/200 = 50%
200	100	100/300 = 33,3%
300	100	100/400 = 25%
400	100	100/500 = 20%

Elaboração própria

Fonte: *O Capital*, Livro III:

Legenda: c= capital constante; v= capital variável; l' = taxa de lucro

A tabela 2 demonstra que um capital variável (v) inalterado e um capital constante (c) sempre crescente reduzem a taxa de lucro do sistema capitalista⁷⁰. A taxa de lucro (l') declina à medida que cresce o capital constante. Uma contradição, portanto, coloca-se diante do sistema, pois o mesmo movimento que maximiza os lucros de cada capitalista é o que colide com o interesse dos capitalistas em conjunto.

Essa tendência somente à custa de uma considerável falsificação teórica pode ser analisada desconectada das suas contratendências, pois “quaisquer que possam

⁷⁰ Neste contexto cabe destacar que alguns estudos apontam limitações às análises de Marx, uma vez que consideram insuficientes os apontamentos de queda à taxa de lucro a partir da consideração do capital variável inalterado (no exemplo de Marx, sempre 100). Contudo, o desenvolvimento capitalista aponta a validade histórica desta análise tendencial realizada por Marx.

ser as mudanças corretivas imediatamente possíveis [...], o impacto negativo das interações tendências e contratendências herdadas do passado permanece como um problema importante” (Mészáros, 2012, p. 365).

Para este autor, “toda tendência é de fato necessariamente neutralizada – em maior ou menor grau – por seu contrário durante os desenvolvimentos capitalistas” (Mészáros, 2012, p. 364). Dessa forma, “as tendências objetivas do processo econômico não se estabelecem de modo autocontrolado” (Mészáros, 2012, p. 367).

Nesse sentido, a tendência à queda da taxa de lucro não é uma abstração teórica. É um movimento tendencial constitutivo do desenvolvimento do capitalismo. As *leis* econômicas são sempre tendenciais; assim, podem ou não se realizar, e devem ser examinadas em conexão com suas contratendências.

Como são tendências intrínsecas ao movimento econômico, Marx (1985) afirma que suas contratendências só podem ser identificadas na realidade objetiva. No desenrolar do capítulo XIII do Livro Terceiro, Marx analisa as principais contratendências, são elas: *a elevação do grau da exploração de trabalho*, processo que ocorre a partir da produção de mais-valia absoluta ou relativa, mas que com o incremento do maquinário no processo produtivo se dá, sobretudo, a partir da extração da mais-valia relativa; *a compressão do salário abaixo de seu valor, grosso modo*, redução salarial; *o barateamento dos elementos do capital constante*: com isso, mesmo com uma composição orgânica alta – ou seja, uma parcela de capital constante maior –, o seu valor pode reduzir, pois os elementos que o compõem sofreram um processo de desvalorização; *a superpopulação relativa*, também denominada de “exército industrial de reserva”, que no capitalismo tem a funcionalidade de reduzir os salários; *o comércio exterior*: com isso os países mais desenvolvidos passam a comercializar com os países menos desenvolvidos, buscando vantagens que possam maximizar os lucros dos primeiros; e, por fim, *o aumento do capital por ações*, processo que surge conectado com a financeirização do capital, a qual é mais uma importante transformação que a economia sofre no estágio imperialista.

Nas economias dependentes, como é o caso do Brasil, a queda da taxa de lucro se expressa também a partir do incremento tecnológico no processo de produção, mas apresenta duas características que a particularizam: a transferência de valor e a superexploração da força de trabalho. A queda na taxa de lucro, decorrente da transferência de parte de sua mais-valia às grandes empresas

monopolistas faz com que o capitalista compense à queda na taxa de lucro através da elevação da taxa de mais-valia, o que só é possível a partir da superexploração da força de trabalho.

Como movimento contratendencial à queda da taxa de lucro, a superpopulação relativa não está apartada da dinâmica de acumulação capitalista. Ao contrário, é funcional à lógica de reprodução do capital e atua como mecanismo de rebaixamento de salários.

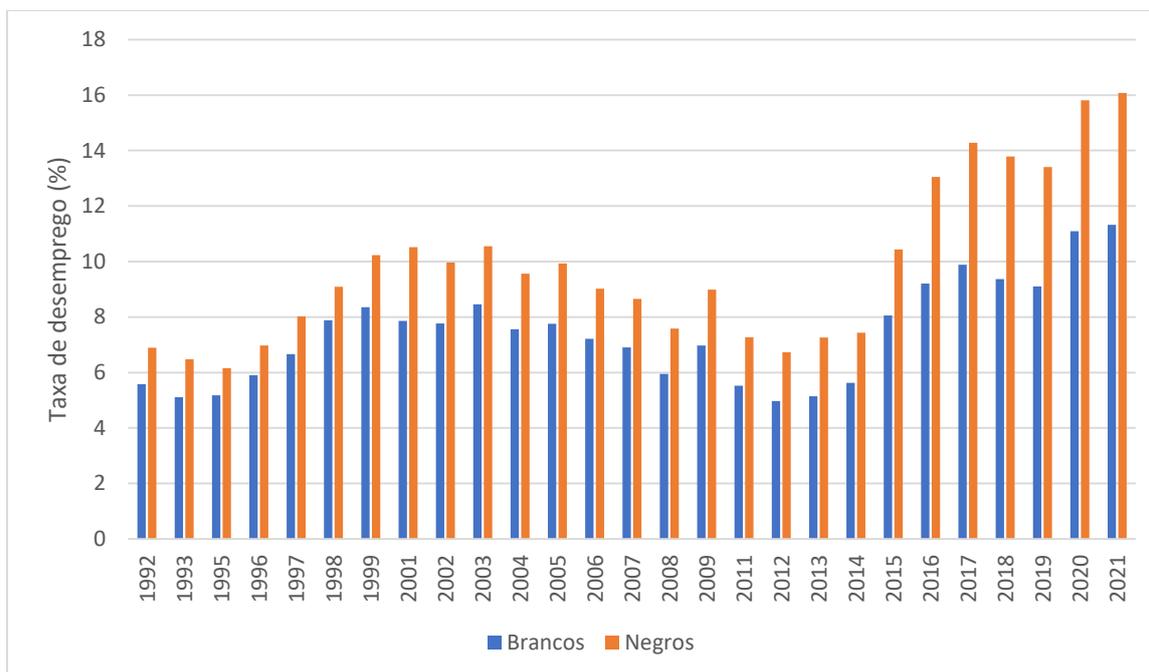
O exército industrial de reserva na economia dependente,

[...] tende a crescer a partir do momento em que se introduzem (principalmente através do capital estrangeiro, como já vimos) novas técnicas de produção, projetadas para economias nas quais a mão de obra é relativamente escassa e que obedecem, de resto, à busca natural de uma maior produtividade e, por conseguinte, de mais produção por homem/hora. Vimos também que a essa introdução de tecnologia corresponde a agilização de formas de superexploração que implicam também arrancar mais produção dos operários já em funções. Reduz-se, em consequência, a capacidade do capital para empregar mais mão de obra, fazendo com que o exército industrial de reserva ativo cresça a um ritmo lento, o que resulta, como contrapartida, em expansão rápida do exército de reserva. Este pode existir sob a forma aberta, do desemprego, ou disfarçada, de subemprego; mas, em qualquer caso, é um exército de reserva que faz minguar a capacidade reivindicativa da classe operária e propicia a superexploração dos trabalhadores (Marini, 2012, p. 32).

No Brasil, o exército de reserva de trabalhadores manifesta uma indissociável relação entre desenvolvimento capitalista e racismo. Gorender (2016a) aponta que as classes dominantes brasileiras, ao longo da nossa história, criaram o exército de reserva às custas da imigração europeia e asiática nas regiões economicamente dinâmicas, o que fez com que os negros constituíssem a “reserva da reserva” neste país.

O gráfico a seguir demonstra a taxa de desemprego entre brancos e negros entre 1992 e 2021, momento em que é possível associar os números à reprodução das desigualdades sociais e raciais, que dificultam a inserção do negro no mercado formal de trabalho.

Gráfico 5 - Taxa de desemprego entre brancos e negros (1992 – 2021)



Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD e PNADc.

Desta feita, Lara e Barcelos (2020, p. 213) destacam que “tanto que no processo de assalariamento da força de trabalho, pós-abolição, a inserção do negro no mercado formal de trabalho foi seriamente dificultada pelos mecanismos excludentes que já operavam por intermédio da discriminação racial”. Afinal,

como explicar o fato de que nas cidades os negros raramente eram aceitos nas fábricas e manufaturas, quando a industrialização ainda era incipiente e o processo de trabalho apresentava uma baixa complexidade laboral, possibilitando, inclusive, o emprego de crianças na produção, senão pela existência de práticas segregacionistas que colocavam o negro no patamar mais baixo da escala social, fazendo deles uma força de trabalho reserva da reserva, pois a ordem de preferência dos empregadores pós-abolição era: primeiro os imigrantes, segundo os nacionais brancos e, por fim, o negro (Lara, Barcelos, 2020, p. 213).

O desenvolvimento da economia cafeeira e a consolidação do capital industrial, constituídos a partir do capital mercantil, são ilustrativos deste processo. Ademais,

A instituição do trabalho livre e a formação do Estado Nacional marcam o preâmbulo da economia cafeeira. A região Nordeste, em particular, não se beneficiou com o ciclo do café, mantendo-se, predominantemente, açucareira, ou seja, após a independência, pouco modificou-se estruturalmente em relação ao Período Colonial, enquanto o Sudeste, mais especificamente São Paulo, avançava em direção à industrialização (Santos, 2012, p. 249-250).

A classe trabalhadora em formação era composta majoritariamente por escravizados libertos, trabalhadores livres brancos e imigrantes que integravam um “exército de reserva”, com condições de trabalho precárias, remunerações insignificantes e desprovidos de qualquer instância de proteção social.

A transição para o trabalho assalariado no Brasil realiza-se com o processo de industrialização dependente. Este processo exclui os negros das relações formais de trabalho, alegando inabilidade para realizar o trabalho que por séculos realizou, o que historicamente justifica o caráter majoritariamente negro da superpopulação relativa brasileira.

A herança escravista colonial é a base constitutiva do capitalismo que se desenvolve no Brasil, caracterizando a questão social neste território, sobretudo se se considera que “aqui, a transição para o capitalismo teve seu próprio percurso e seu próprio ritmo” (Martins, 2015, p. 10).

No Brasil, o desenvolvimento do capitalismo

não seguiu o modelo consagrado na literatura especializada. Teve sua própria circunstância e nela percorreu o caminho possível. As determinações de origem do capitalismo entre nós não podem ser ignoradas se queremos compreender suas contradições históricas, os bloqueios que até hoje nos desafiam a criar mais do que imitar (Martins, 2015, p. 9).

Gorender (2016a) compreende o racismo como um marco histórico que domina o Brasil. Por isso, a questão étnico-racial deve assumir centralidade ao se pensar as particularidades deste país.

De acordo com este autor:

A relação intrínseca entre racismo atual e capitalismo é uma tese que traz importantes esclarecimentos. Os capitalistas agrários e industriais, em nosso país, criaram o exército de reserva às custas da imigração europeia e asiática nas regiões de forte dinamismo econômico e fizeram dos negros o que, a meu ver, constitui uma reserva da reserva. Classificar as pessoas segundo cor tem sido vantajoso ao funcionamento do capitalismo, pois mantém a reserva de segunda linha dos discriminados, sempre disponível para o trabalho em troca de salários rebaixados (Gorender, 1985, p. 203).

Gorender, ao analisar o mercado de trabalho e o exército de reserva de trabalhadores no Brasil, apresenta a relação entre superpopulação relativa e sua dinâmica interna, que certamente se manifesta em situações contemporâneas como trabalho contemporâneo análogo à escravidão. Ainda de acordo com este autor, a

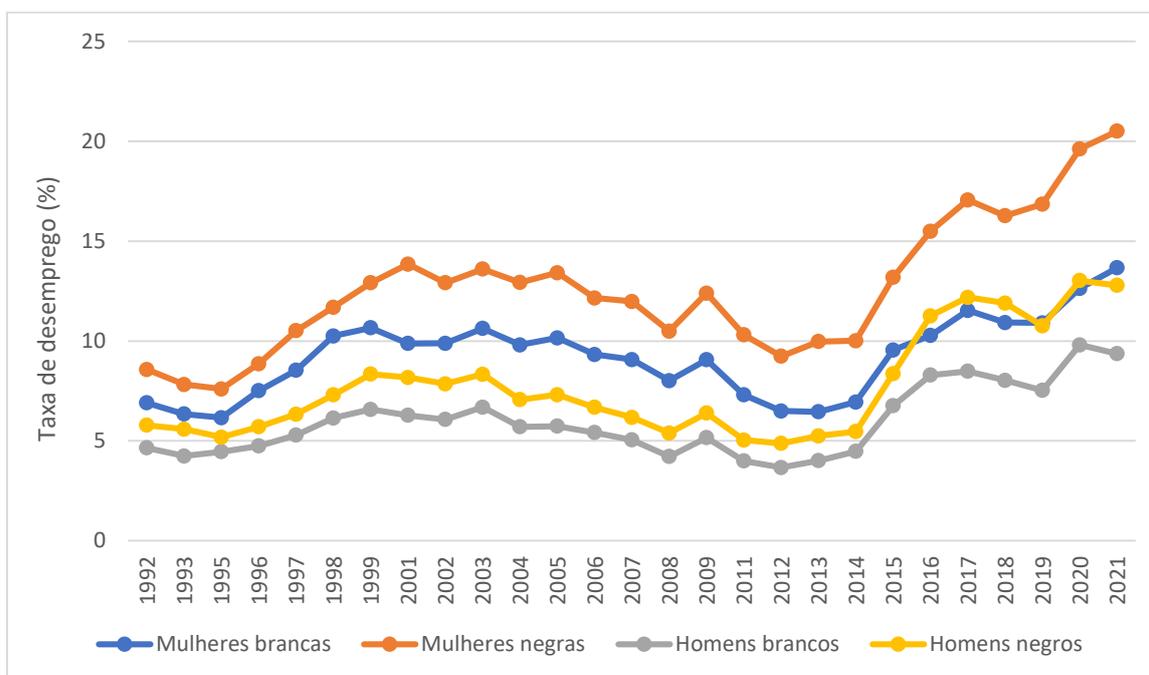
discriminação racista é um procedimento integrado à dinâmica do capitalismo brasileiro, necessitando, portanto, de constante combate (Gorender, 1985).

Em suas palavras:

[...] pelas características da sociedade brasileira, na qual a concentração de riqueza atinge extremos raros no mundo, as possibilidades de mobilização vertical são ínfimas para as classes oprimidas e exploradas quer se trate de brancos e negros. Assim, a raiz da pobreza geral está, em primeiro lugar, no capitalismo. Mas a discriminação racista impõe ao segmento negro o fardo mais pesado. A classificação racial não é, portanto, um epifenômeno, porém um procedimento perverso integrado na dinâmica do capitalismo e que precisa ser denunciada e combatido de maneira específica, aqui e agora (Gorender, 1985, p. 203).

Lélia Gonzalez (2020) afirma que o gênero e a etnicidade são manipulados de tal modo que, no Brasil os mais baixos níveis de participação na força de trabalho pertencem às mulheres e à população negra, o que pode ser visualizado no gráfico a seguir.

Gráfico 6 - Taxa de desemprego entre brancos e negros e homens e mulheres (1992 - 2021)



Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD e PNADc.

O gráfico 6, ao demonstrar os índices de desemprego no segmento das mulheres negras em todo período pesquisado, nos permite observar a simbiose das relações patriarcais de gênero com a questão étnico-racial.

Quando empregadas, as mulheres tendem a ser submetidas à acentuados processos de exploração, haja vista que, conforme observa Saffioti (2013, p. 343), “[...] o emprego de mulheres sempre permitiu a apropriação de maior quantum de mais-valia, dada a discrepância entre os salários masculinos e femininos”.

No Brasil, a relação de conflito entre capital e trabalho alimenta-se da herança colonial e escravista, motivo porque somente à custa de um grave ocultamento histórico poderíamos considerar a questão racial como uma mera “expressão da questão social”. Neste país ela é, antes de tudo, um componente constitutivo das relações conflituosas entre capital e trabalho que marcam a questão social.

A luta de classes, assim como a questão social, não pode ser desassociada da questão étnico-racial, sob o risco de não refletirmos com precisão o que particulariza a nossa questão social. Vejamos o que Florestan Fernandes destaca a este respeito:

[...] se a classe tem de ser forçosamente o componente hegemônico, nem por isso a raça atua como um dinamismo coletivo secundário. A lógica política que resulta de tal solo histórico é complexa. [...] Classe e raça se fortalecem reciprocamente e combinam forças centrífugas à ordem existente, que só podem se recompor em uma unidade mais complexa, uma sociedade nova, por exemplo (Fernandes, 2017, p. 85).

O estudo da questão social no Brasil, portanto, deve considerar a formação sócio-histórica brasileira no que se refere ao significado de mais de três séculos de trabalho escravo no país, bem como a constituição do mercado de trabalho brasileiro, entre outros fatores que particularizam a nossa formação e ofertam traços singulares no tocante à compreensão da questão social.

5 CONCLUSÃO

*O senhor pense outra vez
Repense o bem pensado
Guimarães Rosa*

A pesquisa termina em movimento. Chamamos de “síntese inconclusiva” o que a formalidade acadêmica sugere chamar de “conclusão”. A chegada ao porto de destino é um fim de travessia que impulsiona o desejo por novas embarcações. Ao desembarcar neste momento da tese, saltam aos olhos mais questionamentos do que respostas.

Refletir o Brasil e os temas brasileiros, a partir da perspectiva marxista, para compreender a gênese da questão social neste país, requereu um estudo fecundo sobre a formação social brasileira, mantendo no centro da reflexão as relações de trabalho, de propriedade e de luta de classes. Reivindicamos a superação do debate abstrato conceitual e das análises meramente historiográficas.

Os fundamentos da formação social brasileira analisados nesta tese buscam lançar luz à compreensão da gênese da questão social, fornecendo elementos elucidativos das denominadas expressões da questão social. A análise que estabelecemos demonstrou que a formação sócio-histórica deve direcionar a compreensão da questão social à particularidade brasileira, aproximando a formação do exercício profissional e ampliando a compreensão das demandas inerentes à sociedade brasileira que requerem a intervenção do assistente social.

Neste momento de divulgação do resultado desta pesquisa, o leitor que acompanha esta jornada desde o início receberá algumas sínteses conclusivas da análise dos objetivos da pesquisa, que ao longo desta tese foram expostos em forma de seções e subseções.

No que concerne à apresentação analítica dos fundamentos pelos quais a lei geral de acumulação capitalista figura como a “anatomia da questão social”, demonstramos a articulação entre acumulação capitalista e questão social, uma vez que, pela dinâmica de reprodução do capital, a acumulação de riqueza em um polo implica, necessariamente, a acumulação de miséria no outro.

A análise da lei geral de acumulação capitalista apresentou os processos de concentração e centralização de capitais que, operando em conjunto, fornecem as

bases para o ingresso do capital em sua era monopolista. Por via deste processo, os capitais mais frágeis são absorvidos pelos que têm mais força na dinâmica de acumulação, o que pode ser verificado na subordinação da burguesia dos países periféricos à dos países centrais.

Apresentamos, neste processo, o ciclo de reprodução do capital nas economias dependentes – análise que visou, para além de fornecer elementos explicativos da particularidade da dinâmica do ciclo do capital em países de economia dependente, apresentar ao leitor elementos essenciais para a compreensão da última seção desta tese.

A investigação do processo de acumulação primitiva de capital articulado ao escravismo e ao colonialismo revelou que a escravidão colonial não apenas fomentou a acumulação primitiva inglesa, mas participou diretamente da própria Revolução Industrial, sendo imprescindível para o desenvolvimento do capitalismo. A pesquisa realizada permitiu inferir que quando a Revolução Industrial se dinamizou, as relações de trabalho que existiam nas colônias tornaram-se um entrave à expansão do mercado. Deste processo decorre a pressão internacional pela abolição da escravidão e, por isto, indicamos uma relação entre o movimento de monopolização do capital e a abolição da escravidão no Brasil.

A terceira seção desta tese visou responder ao objetivo que direciona à análise dos pressupostos sócio-históricos da formação da questão social no Brasil. Disto concluímos que as matrizes históricas decisivas com que nos deparamos em nossa análise, a saber, a propriedade da terra e o trabalho, regulam o Brasil até hoje.

O fim da escravidão no Brasil demarca o surgimento de uma nova formação social, explicitando a necessidade da compreensão da formação social que foi extinta. Na terceira seção deste estudo apresentamos o fundamento da formação social escravista e a dupla alienação do escravizado (como mercadoria e como produtor de mercadorias) – momento em que dialogamos com as análises de José de Souza Martins em *O cativo da terra*. Em sua análise, com que concordamos, o trabalho livre requeria que a terra fosse privada a partir do estabelecimento de interdições no acesso à sua propriedade, pelo que versa a Lei de Terras.

Sobre a crise do trabalho escravo e o processo de substituição ao trabalho livre, negamos análises *meramente economistas* e destacamos a centralidade da luta de classes e do papel das revoltas e rebeliões escravistas no processo de esgotamento e inviabilidade da escravidão.

Neste momento, queremos dialogar com o leitor de forma mais direta, a partir de alguns questionamentos sumariamente apontados ao longo desta tese, que agora, após nossa caminhada por quatro seções, podem ser elaborados com mais elementos.

Conceber a questão social a partir do marco da industrialização em si apaga a formação social escravista e a herança escravista colonial, que, até os dias atuais, se manifesta nas mais variadas expressões da questão social. Assim, nossa análise priorizou a formação social escravista e o escravizado para explicar a gênese da questão social deste país. Dito isso, colocamos algumas questões simples, em que não é necessário sequer sair do nível fenomênico para apontar respostas: como podem as manifestações da questão social, que cotidianamente se apresentam ao povo brasileiro, dissociar-se de mais de dois terços da nossa história? Como explicar o desemprego e a pobreza que majoritariamente assolam o povo negro, se o nosso ponto de partida não abarca a herança escravista e a significância desta formação social de mais de três séculos?

Em nossa análise, procuramos demonstrar que a escravidão consiste num elemento fundamental para a compreensão da configuração do desenvolvimento capitalista no Brasil. Por isso, a investigação da questão social neste país, dimensionada a partir da centralidade do conflito entre capital e trabalho, não pode desconsiderar o que significou o modo de produção escravista colonial.

A transição para o assalariamento realizou-se a partir da exclusão de trabalhadores negros dos melhores postos de trabalho, sob o argumento infundado de que não possuíam as habilidades necessárias para realizar o trabalho exigido. Tal fato relaciona-se diretamente com a composição majoritariamente negra do exército industrial de reserva brasileiro.

Não se compreende a questão social apartada do movimento do capital enquanto totalidade histórico-concreta. Salta aos olhos o seguinte fato: a transferência de valor dos países dependentes para os países centrais advém do ingresso das economias dependentes na dinâmica de acumulação com uma baixa composição orgânica de capital. Como um mecanismo compensatório desta dinâmica, dá-se a superexploração da força de trabalho.

Num país que por mais de três séculos foi dinamizado pelo modo de produção escravista colonial, é possível verificar uma articulação estrutural entre a questão étnico-racial e a superexploração da força de trabalho. As estatísticas ilustram o que

a investigação histórica explica – a figuração de negros nos postos de trabalho mais precarizados, submetidos a jornadas de trabalho extenuantes, assim como liderando os índices de desempregos no país (mais gritantes ainda no segmento das mulheres negras).

Na esteira desta análise, a quarta seção desta tese apresentou indicativos para a compreensão dos pressupostos sócio-históricos da particularidade da questão social no Brasil.

Quanto à compreensão dos fundamentos do desenvolvimento capitalista no Brasil a partir da teoria marxista da dependência, apresentamos os elementos que fundamentam o caráter dependente do capitalismo brasileiro: a transferência de valor e a superexploração da força de trabalho. Esta última, em nossas análises, figura como um elemento intrínseco ao capitalismo dependente. Com isso demonstramos a permanência da classe trabalhadora negra nas formas mais brutais e subalternizadas de exploração da força de trabalho, o que permite confirmar o que previamente já concluímos ao longo do texto: a questão étnico-racial não figura somente como uma expressão da questão social; está, antes de tudo, estruturalmente articulada à questão social.

Insistimos: é impossível compreender a questão social no Brasil desassociando-a da questão étnico-racial. Isto se dá, conforme demonstramos, ao peso do escravismo na formação social brasileira e na configuração da forma em que o desenvolvimento capitalista ocorre neste país.

A questão étnico-racial resulta de um processo histórico que tem suas raízes no escravismo colonial. Secundarizar esta questão significa abraçar uma perspectiva eurocêntrica que acaba por não considerar todas as facetas do significado da questão social em nossa particularidade.

O desenrolar expositivo das inferências realizadas nos direciona para compreender o significado da reestruturação produtiva do capitalismo em nível global: o fordismo, que até final da década de 1960 estruturava a produção capitalista, é superado pelo toyotismo. Este processo é responsável por reorganizar a forma de Estado, levando à substituição do denominado “Estado de bem-estar social” pelo Estado de cunho neoliberal nos países centrais.

Nos países dependentes, incluindo o Brasil, o desenvolvimento capitalista assume contornos diferentes. O neoliberalismo penetra em território brasileiro tardiamente em relação aos países centrais – no final da década de 1980 –, atacando

implacavelmente os direitos sociais mediante processos de privatização, sobretudo num país que não vivenciou a experiência do período de ampliação das políticas públicas sob a base política do “Estado de bem-estar social”.

O impacto da chegada do neoliberalismo no Brasil, no tocante ao ataque aos direitos sociais, atinge a implementação da seguridade social – núcleo duro das políticas sociais e organizador da proteção social brasileira. O texto constitucional de 1988, quanto à seguridade social, reconhece a Assistência Social como política pública não contributiva, amplia a cobertura do sistema previdenciário e consolida a universalização do atendimento à saúde.

Contudo, na esteira da aprovação do texto constitucional, segue a implementação de uma política de caráter neoliberal, direcionada pelo ajuste fiscal, com a tendência à privatização de serviços públicos – momento em que se acentua a inclinação à privatização da saúde e da previdência, fazendo com que a assistência assumira centralidade nas políticas que compõem o tripé da seguridade social. Todo este contexto desarticula a perspectiva de fortalecimento da proteção social e intensifica as expressões da questão social.

Este período, marcado pela elevação de juros e aumento inflacionário, agudiza as expressões da questão social no país, sobretudo a partir do empobrecimento da classe trabalhadora, do sucateamento dos serviços públicos, do desemprego e da fragilização das condições de trabalho, consequência do processo de redução dos direitos.

Em que pese o limite dos objetivos da pesquisa desta tese para analisar os pressupostos da questão social no Brasil, julgamos imprescindível registrar alguns apontamentos acerca da relação entre os processos de exploração do trabalho e a questão social no Brasil.

Nossa pesquisa classifica como imprecisas as análises que consideram, exclusivamente, a organização política dos trabalhadores brasileiros vinculada à chegada dos imigrantes europeus neste país, desconsiderando, dentre outros aspectos, que as primeiras greves ocorreram no século XIX, antes da imigração europeia. Defendemos, com base no referencial teórico exposto, que a formação da classe trabalhadora no território brasileiro, longe de se associar exclusivamente à chegada dos imigrantes europeus no século XX, tem suas raízes no período escravista colonial.

Para nós, tão importante quanto este apontamento conclusivo é demarcar que o escravismo colonial marca intensamente a formação da classe trabalhadora brasileira, e isto expressa a concepção de questão social que defendemos nesta tese – sendo, portanto, elementar a compreensão dos elementos que ajudam a elucidar a sua gênese.

Um breve balanço do exposto nos direciona a concluir que a concepção (a nosso ver, insuficiente) da demarcação da gênese da questão social na terceira década do século XX decorre de uma imprecisa apreensão e historicização do processo de formação social brasileira.

Não temos a pretensão de demarcar com precisão o período de gênese da questão social no Brasil. Defendemos que é na investigação da particularidade brasileira que a análise dos fundamentos da questão social (como a lei geral de acumulação capitalista) ganha sentido.

Sobre as mais variadas formas de manifestação da questão social neste país, destacamos a necessidade de compreendê-las para além das suas expressões em si, remetendo-nos aos fundamentos históricos que configuram a questão social brasileira na realidade concreta. Trata-se de um desafio teórico presente na profissão, que esta tese procurou enfrentar ao defender que o passado escravista colonial influencia as determinações da questão social no Brasil.

REFERÊNCIAS

- ABEPSS. **Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social**. Rio de Janeiro. 1996.
- ALVES, Castro. **O navio negreiro e outros poemas**. São Paulo: Saraiva, 2007.
- ALVES, H. M. R. De **Economia Política à Economia**: relação entre a alteração da estrutura socioeconômica do capitalismo e o surgimento do marginalismo na teoria econômica. 66f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Ciências Econômicas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2023.
- ALVES, H. M. R. **A social-democracia alemã e o reformismo**: um estudo a partir da passagem da centralidade do trabalho para a centralidade da política. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Programa de pós-graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2015.
- ALENCASTRO, L. F. **O trato dos viventes**: formação do Brasil no atlântico sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- ALENCASTRO, L. F. África, números do tráfico atlântico. *In*: SCHWARCZ, L. M; GOMES F. **Dicionário da Escravidão e Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, pp. 57-63
- ALMEIDA, N. L. T. de. “Questão social” e Serviço Social no Brasil. *In*: SILVA, M. L. de O. (org.). **Serviço Social no Brasil: História de resistências e ruptura com o conservadorismo**. São Paulo: Cortez. 2016.
- AMARAL, A. S., NEVES, D., PERUZZO, J. F., SILVA, M. L. O., LARA, R. **Relatório do Grupo Temático de Pesquisa: Trabalho, "Questão Social" e Serviço Social**. Temporalis, Brasília (DF), ano 15, n. 30, jul./dez. 2015. <https://doi.org/10.22422/2238-1856.2015v15n30p517-549>
- BAGÚ, Sergio. **Economía de la sociedad colonial**. Colección Socialismo e Libertad. Disponível em: <http://elsudamericano.wordpress.com>. Acesso em 10 de fev. de 2021.
- BEHRING, Elaine Rosseti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social**: fundamentos e história. São Paulo: Cortez, 2008.
- BETHELL, Leslie. **A abolição do comércio brasileiro de escravos**: a Grã-Bretanha, o Brasil e a questão do comércio de escravos 1807-1869. Senado Federal, 2002.
- BLACKBURN, Robin. **A Construção do Escravismo no Novo Mundo, 1492-1800**. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- BIANCO, Maria Eliana Basile. **A Sociedade Promotora de Imigração (1886 – 1895)**. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de História, São Paulo, 1982.

BRASIL, SENADO FEDERAL - **A Abolição no Parlamento**: 65 anos de lutas. Brasília, 1988.

BOEHRER, George C. A.. **Da Monarquia à República**: história do Partido Republicano do Brasil – (1870-1889). Belo Horizonte: Itatiaia, 2000.

BRASIL. **Lei n. 581, de 4 de setembro de 1850**. Estabelece medidas para a repressão do tráfico de africanos neste Império. Coleção das leis do Império do Brasil, Rio de Janeiro, 1850. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/colecao-anual-de-leis>

BRASIL. **Lei n. 3.353, de 13 de maio de 1888**. Declara extinta a escravidão no Brasil. Coleção das leis do Império do Brasil, Rio de Janeiro, 1888. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/colecao-anual-de-leis>

BRASIL. **Lei n. 3.270, de 28 de setembro de 1885**. Regula a extinção gradual do elemento servil. Coleção das leis do Império do Brasil, Rio de Janeiro, 1885. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/colecao-anual-de-leis>

BRASIL. **Lei n. 2.040, de 28 de setembro de 1871**. Declara de condição livre os filhos de mulher escrava que nascerem desde a data desta lei, libertos os escravos da Nação e outros, e providencia sobre a criação e tratamento daquelles filhos menores e sobre a libertação annual de escravos. Coleção das leis do Império do Brasil, Rio de Janeiro, 1871. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/colecao-anual-de-leis>

BRASIL. **Lei n. 581, de 4 de setembro de 1850**. Estabelece medidas para a repressão do trafico de africanos neste Império. Coleção das leis do Império do Brasil, Rio de Janeiro, 1850. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/colecao-anual-de-leis>

BRASIL. **Lei de 7 de novembro de 1831**. Declara livres todos os escravos vindos de fôra do Imperio, e impõe penas aos importadores dos mesmos escravos. Coleção das leis do Império do Brasil, Rio de Janeiro, 1831. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/colecao-anual-de-leis>

CARCANHOLO, Marcelo. (Im)precisões sobre a categoria superexploração da força de trabalho. In: **Desenvolvimento e dependência**: cátedra Ruy Mauro Marini / Organizador: Niemeyer Almeida Filho. – Brasília: Ipea, 2013.

CARCANHOLO, Marcelo. **Dialética do desenvolvimento periférico**: dependência, superexploração da força de trabalho e política econômica. Revista Econ. Contemporânea. Rio de Janeiro, 2008.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Sociologia do Açúcar**: pesquisa e dedução. Rio de Janeiro: Instituto do Açúcar e do Alcool, 1971.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da *belle époque*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.

CFESS. **Código de Ética profissional dos Assistentes Sociais**. 2011.

CONRAD, Robert. **Os últimos anos da escravatura no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

CONRAD, Robert. **Tumbeiros: o tráfico escravista para o Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

COSTA, Emília Viotti da. **A Abolição**. São Paulo: Global, 1982.

COSTA, Emília Viotti da. **Da Senzala à Colônia**. São Paulo: UNESP, 2010.

CUEVA, Agustín. **O desenvolvimento do capitalismo na América Latina**. São Paulo: Global, 1983.

DEL ROIO, Marcos. Sodrê e o feudalismo no Brasil: uma tentativa de atualização do problema. **Revista Crítica de Sociologia e Política**, 2016

EATWELL, J. Desemprego em escala mundial. **Revista Economia e Sociedade**, Campinas, v. 5, n. 1, p. 25–43, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8643186>. Acesso em: 20 out. 2022.

EWBANK, Thomas. **Vida no Brasil: ou Diário de uma visita à Terra do Cacaueiro e da Palmeira com um apêndice contendo ilustrações sul-americanas antigas**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1976.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes no limiar de uma nova era**. São Paulo: Globo, 2008.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. 5ªed. São Paulo: Globo, 2005.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. São Paulo: Global, 2009.

FERNANDES, Florestan. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.

FERNANDES, F. **O significado do protesto negro**. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

FRANCESCHINI, Antonio. **L'emigrazione italiana nell'America Del Sud**. Forzani e C. Tipografi Editori, Roma, 1908.

FRANCO, M. S. **Homens livres na velha civilização do café**. São Paulo. Tese de doutorado. Departamento de Ciências Sociais/Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1962.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional., 2005

GENOVESE, Eugene D. **The Political Economy of Slavery: studies in the economy and society of the slave south**. Connecticut: Wesleyan University Press, 1989.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1994.

GORENDER, J. Gênese e Desenvolvimento do Capitalismo no Campo Brasileiro. In: STÉDILE, J. P. (org.). **A Questão Agrária Hoje**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

GORENDER, J. **O escravismo colonial**. São Paulo: Expressão Popular, 2016a.

GORENDER, J. **A escravidão reabilitada**. São Paulo: Expressão Popular, 2016b.

GOULART, M. **A escravidão africana no Brasil: das origens à extinção do tráfico**. São Paulo: Alfa-Ômega. 1975.

IANNI, O. **As metamorfoses do escravo: apogeu e crise da estrutura, no Brasil meridional**. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1988.

IANNI, O. **Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

IANNI, O. **O ciclo da revolução burguesa**. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 1984.

IANNI, Octavio. **Escravidão e racismo**. São Paulo: Hucitec, 1978.

IOTTI, Luiza Horn (org). **Imigração e colonização: legislação de 1747-1915**. Caxias do Sul: EDUCS, 2001.

JAMES, C. L. R. (1938). **Os Jacobinos Negros: Toussaint L'Ouverture e a revolução de São Domingos**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.

KOSIK, Karel. **A dialética do Concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

KOWARICK, L. **Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 2019.

LARA, R.; MARANHÃO, C. Fundamentos do trabalho, “questão social” e serviço social. In: SOUZA, E. A.; SILVA, M. L. O. **Trabalho, questão social e serviço social: a autofagia do capital**. São Paulo: Cortez, 2019.

LARA, Ricardo; DIOGO, Pablo Ramon. A herança escravista de longa duração na formação do mercado de trabalho no Brasil. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 145, p. 72-90, set./dez. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.293>

LARA, Ricardo. A pesquisa no Serviço Social e a tradição materialista-dialética. *In*: SILVA, J. F. Siqueira da; SANT'ANNA, Raquel S; LOURENÇO, E. A. de Souza (Orgs.) **Sociabilidade burguesa e Serviço Social**. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2013.

LARA, Ricardo. **A produção do conhecimento em Serviço Social: o mundo do trabalho em debate**. 2008. 278 f. (Doutorado em Serviço Social) - Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista, Franca, 2008.

LARA, Ricardo; BARCELOS, Jonaz. Classe e racismo na formação social brasileira. **Revista Linhas**. Florianópolis, v. 21, n. 46, p. 204-223, maio/ago. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.5965/1984723821462020204>

LENIN, Vladimir I. **Imperialismo, fase superior do capitalismo**. São Paulo: Expressão popular, 2008.

LIMA, T. C. S. de; MIOTO, R. C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v.10, n. esp., p.37-45, 2007.

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social I**. São Paulo: Boitempo, 2012.

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo: Boitempo, 2013.

LUKÁCS, Georg. **Para a ontologia do ser social**. Maceió: Coletivo Veredas, 2018. Tomo I.

LUXEMBURGO, R. **A acumulação de capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo**. 3ª Ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MAESTRI, M. **Filhos de cão, filhos do cão**. O trabalhador escravizado na historiografia brasileira. Ensaio de interpretação marxista. Porto Alegre, FCM Editora, 2022.

MAFFEI, Eduardo. Gigi Damiani e Outros. *In*: **Temas de Ciências Humanas**. São Paulo, vol. 5, 1979.

MALTHUS, T. R. **Princípios de economia política e considerações sobre sua aplicação prática: ensaio sobre a população**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MARA, Eduardo; BEZERRA, Lucas. A busca como medida: a questão social na formação social brasileira. **Temporalis**, Brasília, ano 21, n. 42, p. 110-125, jul./dez. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.22422/temporalis.2021v21n42p110-125>

MARIÁTEGUI, J. C. **Sete Ensayos de interpretación de la realidad peruana**. Caracas, Venezuela: Fundación Biblioteca Ayacucho, 2007.

MARINI, Ruy Mauro. **Sobre a dialética da dependência**. *In*: TRASPADINI, R.; STEDILE, J. P. (Orgs.). Ruy Mauro Marini: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MARINI, Ruy Mauro. O ciclo do capital na economia dependente. In: Ferreira, Carla; Osório, Jaime; Luce, Mathias (orgs.). **Padrão de reprodução do capital**. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. São Paulo: Contexto, 2015.

MARTINS, José de Souza. **Os Camponeses e a Política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1986.

MAZZEO, A. C. O Escravismo Colonial: Modo de produção ou formação Social? In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo: nº 12, p. 203-214, 1986.

MARX, K. **Miséria da filosofia**: resposta à filosofia da miséria do Sr. Proudhon. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Cortez, 1998.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da Economia Política. São Paulo: Abril Cultural. 1985a. Livro Primeiro, Tomo 1.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da Economia Política. São Paulo: Abril Cultural. 1985b. Livro Primeiro, Tomo 2.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da Economia Política. São Paulo: Abril Cultural. 1985c. Livro Segundo.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da Economia Política. São Paulo: Abril Cultural. 1985d. Livro Terceiro, Tomo 1.

MELLO, João Manuel C. de. **O capitalismo tardio**. São Paulo: UNESP, 2009.

MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. Leis para “os que se irão buscar”: imigrantes e relações de trabalho no século XIX brasileiro. **História: Questões & Debates**. Curitiba: Editora UFPR, 2012.

MÉSZÁROS, István. **Para Além do Capital**: rumo a uma teoria da transição. Trad. Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2022.

MOTA, Ana Elizabete Mota. Serviço Social brasileiro: profissão e área do Conhecimento. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 16, n. esp., p. 17-27, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-49802013000300003>

MOURA, C. **A história do trabalho no Brasil ainda não foi escrita**. Disponível em <http://revistaprincipios.com.br/artigos/37/cat/1720/a-história-do-trabalho-no-brasilainda-não-foi-escrita-.html>. Acesso em 03 de março de 2020.

MOURA, Clóvis. **Dialética radical do Brasil negro**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2020a.

MOURA, Clóvis. **Rebeliões da senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2020b.

MOURA, Clóvis. **O negro: de bom escravo a mau cidadão?** Rio de Janeiro: Conquista, 1977.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do Negro Brasileiro**. São Paulo: Perspectiva, 2019.

MOURA, C. **A história do negro brasileiro**. São Paulo: Editora Ática, 1992.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. São Paulo: Paz e Terra, 1978.

NETO, A. B. S. **Capital e trabalho na formação econômica do Brasil**. São Paulo: Instituto Lukács, 2015.

NETTO, José Menelau. Desemprego e luta de classes: as novas determinações do conceito de exército industrial de reserva. *In: Neoliberalismo e Reestruturação Produtiva: as novas determinações do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez, 1996.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2007.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e serviço social**. São Paulo: Cortez, 2011a.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011b.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2012.

NETTO, José Paulo. Cinco Notas a Propósito da “Questão Social”. *In: Revista Temporalis*. Brasília: ABEPSS, 2001.

NOVAIS, Fernando. **Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)**. São Paulo: Editora 34, 2019.

OLIVEIRA, Dennis de. Uma análise marxista das relações raciais. *In: MOURA, Clóvis. Dialética radical do Brasil negro*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2020.

ORTIZ, Fátima Grave; ASSUNÇÃO, Hamida; CANTALICE, Luciana; GOIN, Mariléia; REIDEL, Tatiana. **A centralidade da questão social para o serviço social brasileiro**. Brasília: Temporalis, 2021.

OSORIO, Jaime. Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica. *In: FERREIRA, Carla; OSÓRIO, Jaime; LUCE, Mathias (orgs.). Padrão de reprodução do capital*. São Paulo: Boitempo, 2012.

PÉTRÉ-GRENOUILLEAU, Olivier. **A história da escravidão**. São Paulo: Boitempo, 2009.

PARRON, T. **A política da escravidão no Império do Brasil, 1826-1865**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

PRADO JR. C. **A Revolução Brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

PRADO JR. C. **Evolução política do Brasil e outros estudos**. 11ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1979.

PRADO JR. C. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

PRADO JR. C. **História Econômica do Brasil**. 26ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

PRADO, Eleutério F. S. **Das explicações para a quase estagnação da economia capitalista no Brasil**. Revista de Economia Política, 2017.

RICARDO, David. **Princípios de Economia política e tributação**. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Global editora, 1ª edição digital, 2014.

RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno**. São Paulo: Global Editora, 2017.

RIBEIRO, Darcy. **As Américas e a Civilização: processo de formação e causas do desenvolvimento desigual dos povos americanos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SILVA, S. **Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil**. São Paulo: Editora AlfaOmega, 1985.

ROCHA, A. P. **Abolicionistas brasileiros e ingleses – a coligação entre Joaquim Nabuco e a British and Foreign Anti-Slavery Society, 1880-1902**. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

THOMPSON. E. P. **A formação da classe operária inglesa**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

ROSDOLSKY, Roman. **Gênese e estrutura de O capital de Karl Marx**. Tadução: César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

RUBIN, I. I. **A teoria marxista do valor**. São Paulo: Braziliense, 1980.

RUBIN, I. I. **História do pensamento econômico**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2014.

RUIZ, João Álvaro. **Metodologia científica**: guia para eficiência nos estudos. São Paulo: Atlas, 2011.

SAES, Décio. **A formação do Estado Burguês no Brasil (1888-1891)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

SALVADOR, Ângelo Domingos. **Métodos e técnicas de pesquisa bibliográfica**. Porto Alegre: Sulina, 1986.

SABINO, Cristiane Sabino de Souza. **Racismo e luta de classes na América Latina**: as veias abertas do capitalismo dependente. São Paulo: Hucitec, 2020.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Expressão Popular; Fundação Perseu Abramo, 2015.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SAMPAIO, Elias de Oliveira. Resposta a celsofurtado: a questão da mão de obra em formação econômica do Brasil à luz da contribuição de Nathaniel Leff. s/d. Disponível em: https://www.anpec.org.br/encontro/2017/submissao/files_l/i3-1577be494f8b5882b65687f3860b8b93.pdf

SANTOS, Ynaê Lopes dos. **Lugares de Memória dos Trabalhadores**: Cais do Valongo, Rio de Janeiro (RJ). Laboratório de estudos de História do Mundo do Trabalho. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://lehmt.org/lugares-de-memoria-dos-trabalhadores-33-cais-do-valongo-rio-de-janeiro-rj-yna-e-lopes-dos-santos>. Acesso em 20 de novembro de 2023.

SARTORI, Vitor Bartoletti. **Marx e a forma jurídica em O capital**: um embate com Pachukanis. Rev. Direito e Práx., Rio de Janeiro, Vol. 12, N.04, 2021, p. 2689-2741.

SCHWARCZ, L. M. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SILVA, Ivone Ferreira da. **Questão social e serviço social na formação sócio-histórica brasileira**. Temporalis, 2017.

SILVA, Maicon Cláudio da; MATTEI, Lauro. A transição do trabalho escravo para o trabalho livre no Brasil: um processo de acumulação primitiva em uma economia dependente. **Rebela**, Florianópolis, v.5, n.2, p.272-299, maio/ago., 2015.

SILVA, S. **Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil**. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1985.

SMITH, A. **A riqueza das nações**: uma investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2017.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações**: investigação sobre sua natureza e causas. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda, 1996. Volume I.

SOARES, Marcela. **Escravidão e dependência**: opressões e superexploração da força de trabalho brasileira. Marília: Lutas anticapital, 2022.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Capitalismo e Revolução Burguesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Graphia, 1997.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação Histórica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1968.

STÉDILE, J. P. **A questão agrária no Brasil**: o debate tradicional – 1500-1960. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

TEIXEIRA, Francisco José. **Pensando com Marx**: uma leitura crítico-comentada de O capital. São Paulo: Editora Ensaio, 1995.

TEIXEIRA, Francisco José Soares. **Trabalho e valor**: contribuição para a crítica da razão econômica. São Paulo: Cortez Editora, 2004.

TONET, Ivo. **Método científico**: uma abordagem ontológica. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

WILLIAMS, Eric. **Capitalismo e escravidão**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.